

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA GOMES DE MELLO

PARA RESISTIR É PRECISO PRIMEIRO TER A OPÇÃO DE SE LIBERTAR: O  
PROCESSO DE RE-EXISTÊNCIA DOS POVOS E COMUNIDADES  
TRADICIONAIS DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE- SP

MATINHOS

2018

CAMILA GOMES DE MELLO

PARA RESISTIR É PRECISO PRIMEIRO TER A OPÇÃO DE SE LIBERTAR: O  
PROCESSO DE RE-EXISTÊNCIA DOS POVOS E COMUNIDADES  
TRADICIONAIS DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE- SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Linha Socioeconomia e Saberes Locais, Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Marcia Regina Ferreira

MATINHOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M527p Mello, Camila Gomes de

Para resistir é preciso primeiro ter a opção de se libertar: o processo de re-existência dos povos e comunidades tradicionais do rio ribeira de Iguape- São Paulo / Camila Gomes de Mello ; orientadora Marcia Regina Ferreira. – 2018.  
134 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,  
Matinhos/PR, 2018.

1. Comunidades tradicionais – Litoral de São Paulo. 2. Rio ribeira – Iguape. 3. Povos tradicionais – Iguape. 4. Saberes locais – Iguape. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

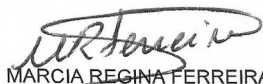
CDD – 307.14

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAMILA GOMES DE MELLO** intitulada: **PARA RESISTIR É PRECISO PRIMEIRO TER A OPÇÃO DE SE LIBERTAR: O PROCESSO DE RE-EXISTÊNCIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE/SP**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

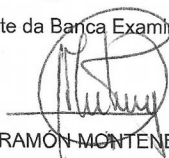
A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 25 de Junho de 2018.



MARCIA REGINA FERREIRA

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



JORGE RAMON MONTENEGRO GÓMEZ

Avaliador Externo (UFPR)



LILIANI MARILIA TIEPOLO

Avaliador Interno (UFPR)



Para os lutadores e lutadoras que são incansáveis na defesa dos seus territórios, do Vale do Ribeira e pelo Rio Ribeira Livre!

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora guerreira, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marcia Regina Ferreira, pelo acompanhamento, orientação, ensinamentos, trocas e paciência. Agradeço imensamente a generosidade e solidariedade, com a minha singularidade e a minha “desobediência” enquanto pesquisadora e por me apresentar o Sentirpensar como um campo de possibilidades e desta forma contribuir para o encontro do meu lugar no mundo acadêmico. Agradeço pelas palavras de força, incentivo e de inspiração diante ao desafio de conciliar as atividades da pesquisa com tantas outras demandas pessoais, como trabalho, militância, amigos, família, coração, sentir e pensar. Sou grata por poder ter em sua força, minha referência para caminhar na busca por descolonizar nosso ser inteiramente, a começar por nossos corpos, territórios e nossa forma de pensar.

À minha família por sempre depositar confiança e fé nos passos que tenho dado, e por não me fazerem desistir, mesmo sabendo que chegar até aqui seria muito difícil. Agradeço pela mão e confiança eterna que tenho em vocês e por sempre me guiarem para as melhores escolhas, e ainda respeitarem o meu jeito de ser. Em especial agradeço a minha mãe, por despertar em mim desde menina a sede e fome de justiça e não me calar diante às injustiças.

Às irmãs Sueli e Ângela por me inspirarem a cada dia e por ensinarem com suas praticas de ser e estar no mundo, que é possível acreditar num mundo rebelde, desobediente e que é possível sim construir uma sociedade a partir dos “de baixo”. Obrigada por me fazerem acreditar na força do povo e no Rio Ribeira como nosso irmão de luta .

Ao Rodrigo, Tom e Cida, integrantes do MOAB e EAACONE, que dedicaram seus tempos, saberes e desafios de forma tão sensível e de profunda confiança comigo. Trago este momento como uma grande fortaleza e de troca, para muitas outras caminhadas juntos.

Às hermanas de programa de pós-graduação, Juliana Souza e Ednéia Cachoeira, que neste caminhar tornaram-se grandes amigas, e que farão parte da minha vida não só acadêmica. Obrigada hermanas pelo carinho, trocas, e caminhar juntas nessa terra fria, caminhar com vocês fez toda diferença.

Aos meus amigos e amigas de coração, alma, pensar e de muito sonhos coletivos, que pra minha sorte, seriam muitos para colocar aqui, mas que fizeram e

fazem toda a diferença na construção do meu ser, pensar em agir no mundo. E por fim, aos povos que lutam e defendem o Rio Ribeira de Iguape, com sua gente e geografia, e que me despertaram pra luta . Trago em mim um profundo respeito, admiração e gratidão.

*“TERRA SIM! BARRAGEM NÃO!  
Por um Meio Ambiente com Gente”*  
Lema do MOAB

## RESUMO

Como contribuição para a construção de conhecimento, baseado nos saberes locais e na defesa dos lugares, esta pesquisa buscou registrar as percepções e saberes dos grupos envolvidos nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape/SP. A metodologia se deu a partir da pesquisa social, participativa, com abordagem decolonial e utilizou-se da pesquisa ação, observação participante e história oral como técnicas de coleta de dados, sendo possível com a contribuição da memória dos participantes do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira – O MOAB. Como arcabouço teórico buscou-se elaborar um quadro teórico sobre desenvolvimento, colonização, decolonialidade no território, des-envolvimento de povos e comunidades tradicionais e a territorialidade das águas para esses povos.

O trabalho apresenta uma sistematização do histórico de resistência dos grupos e comunidades tradicionais, organizados em torno do MOAB, à luz do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, assim como a identificação de novas ameaças e desafios relacionados a defesa do Território do Vale do Ribeira. Por fim, ao considerar esses saberes oriundos do processo de resistência e suas práticas, assim como todo os desdobramentos a partir da organização do MOAB, enquanto movimento social, procuramos proporcionar reflexões e subsídios não só para políticas públicas de desenvolvimento territorial, como também de contribuir para a produção científica crítica acerca dos saberes locais e das diferentes epistemologias que constroem os lugares, os territórios e seus modos de vida.

Palavras-chave: Decolonialidade, Epistemologia, Saberes Locais, MOAB, Desenvolvimento Territorial.



## **ABSTRACT**

As a contribution to the construction of knowledge, based on local knowledge and the defense of places, this research sought to record the perceptions and knowledge of the groups involved in the resistance processes in the Ribeira de Iguape / SP River basin. The methodology was based on social research, participatory, with a decolonial approach and used action research, participant observation and oral history as data collection techniques, being possible with the contribution of the memory of the participants of the Movement of Threatened by Dams of Ribeira Valley - The MOAB. As a theoretical framework we sought to elaborate a theoretical framework on development, colonization, decoloniality in the territory, de-involvement of traditional peoples and communities, and the territoriality of the waters for these peoples.

The work presents a systematization of the resistance history of traditional groups and communities, organized around the MOAB, in the light of the construction project of the Tijuco Alto Hydroelectric Power Plant, as well as the identification of new threats and challenges related to the defense of the Vale Territory of Ribeira.

Finally, when we consider these knowledge derived from the resistance process and its practices, as well as all the developments from the organization of the MOAB, as a social movement, we seek to provide reflections and subsidies not only for public policies of territorial development, but also to contribute for the critical scientific production about the local knowledge and the different epistemologies that construct the places, the territories and their ways of life.

**Keywords:** Decoloniality, Epistemology, Local Knowledge, MOAB, Territorial Development.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DO VALE DO RIBEIRA.....	55
FIGURA 2 - FOTOS ACONTECIMENTO DE PESQUISA.....	58
FIGURA 3 - FOTOS ACONTECIMENTO DE PESQUISA.....	59
FIGURA 4 - IMAGEM ILUSTRATIVA DO PROJETO DAS BARRAGENS TIJUCO ALTO.....	76
FIGURA 5 - LINHA DO TEMPO – LUTA CONTRA TIJUCO ALTO / ISA.....	82
FIGURA 6 - DIAGRAMA E DESDOBRAMENTO DAS AÇÕES / MOAB.....	84
FIGURA 7 - FOTOS ACERVO MOAB / EAACONE.....	92
FIGURA 8 - DIAGRAMA LUGAR (NÍVEL MICRO – MOAB – INTEGRANTES, ENTIDADE, NÍVEL REGIONAL, NÍVEL GLOBAL.....	93
FIGURA 9 - AMEAÇAS – IDENTIDADE – TERRITÓRIO.....	110

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SÍNTESE DAS ETAPAS PESQUISA.....	52
QUADRO 2 - TÉCNICAS E OBJETIVOS DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA.....	53
QUADRO 3 - ACONTECIMENTO DE PESQUISA.....	57
QUADRO 4 - ROTEIRO DE QUESTÕES CHAVES DIRECIONADAS À ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	60
QUADRO 5 - ANÁLISE DE CAMPO.....	61
QUADRO 6 - LINHA DO TEMPO DO MOVIMENTO.....	89

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ALESP	- Assembleia Legislativa de São Paulo
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	- Banco Mundial
CBA	- Companhia Brasileira de Alumínio
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base
CESP	- Companhia Energética do Estado de São Paulo
CMA	- Conselho Mundial da Água
CONAQ	- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
DEPATUR	- Departamento de Turismo Estância Turística de Eldorado
DNPM	- Departamento Nacional de Produção Mineral
EAACONE	- Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	- Instituto Socioambiental
ITESP	- Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MOAB	- Movimento dos Ameaçados por Barragens
MPF	- Ministério Público Federal
NUPAUB	- Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas em áreas úmidas brasileiras
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONGs	- Organizações Não Governamentais
PCH's	- Pequenas Centrais Hidroelétricas
PCT's	- Povos e Comunidades Tradicionais
PETAR	- Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

PPPs	- Parcerias Público Privadas
SMA	- Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDELPA	- Superintendência de Desenvolvimento no Litoral Paulista e Vale do Ribeira
UCs	- Unidades de Conservação
UHE	- Usina Hidroelétrica



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
2.1 O DESENVOLVIMENTO EM UMA ABORDAGEM DECOLONIAL: A BUSCA DE NOVAS EPISTEMOLOGIAS PARA A VIDA.....	21
2.1.1 O Des-envolvimento e os Povos e Comunidades Tradicionais.....	29
2.2 O SENTIR E PENSAR COM A TERRA: NOVAS ABORDAGENS SOBRE O TERRITÓRIO E A DIFERENÇA.....	32
2.3 ÁGUA E TERRITORIALIDADES: O LUGAR DA NATUREZA E A NATUREZA DO LUGAR.....	38
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>49</b>
3.1 A METODOLOGIA E SUA EPISTEMOLOGIA: PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA SOCIAL NA ABORDAGEM DECOLONIAL.....	49
3.2 LOCAL DE ESTUDO: UNIVERSO E AMOSTRA.....	54
3.3 COLETA DE DADOS.....	55
3.3.1 Observação participante.....	55
3.3.2 História oral.....	56
3.3.3 Pesquisa-ação.....	56
3.3.4 Entrevista semiestruturada.....	59
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO.....	60
<b>4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....</b>	<b>62</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA: OS TEMPOS-ESPAÇOS-TERRITÓRIOS.....	63
4.1.1 O Rio Ribeira de Iguape.....	71
4.2 A HISTÓRIA DE LUTA CONTRA A UHE TIJUCO ALTO: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA.....	75
4.3 O MOVIMENTO DE AMEAÇADOS POR BARRAGENS DO VALE DO RIBEIRA – MOAB: HISTÓRIA E PROCESSOS DE APRENDIZADOS COM OS ENVOLVIDOS.....	82
4.3.1 A construção histórica de participação e ações apreendidas.....	88
4.4 O MOVIMENTO DE LUTA E O ENCONTRO CONSIGO MESMO: LIBERTAÇÃO DA NEGAÇÃO DO SER, VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE E CONHECIMENTO SÓCIO HISTÓRICO.....	92

4.4.1 O Desenvolvimento do Vale do Ribeira a partir da percepção dos integrantes do MOAB.....	93
4.4.2 O sentir e pensar com o Rio Ribeira de Iguape: diferenças epistêmicas.....	99
4.4.3 “O Meio Ambiente, com Gente”: re-existência, ecologia política e justiça ambiental.....	105
4.4.4 Os alcances do MOAB e os novos desafios: das desigualdades de poder a resistência no lugar.....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO OURO A ENERGIA.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO 1 – ROTEIRO ENTREVISTAS.....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO 2 – TERMOS DE CONSENTIMENTO – ENTREVISTAS.....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em decorrência do processo de globalização, industrialização e mercantilização da natureza, diversas comunidades vêm resistindo e lutando contra o ideal de “Desenvolvimento” construído pelo sistema capitalista/colonial, devido aos inúmeros impactos sobre os seus territórios, assim como as recorrentes interferências nos modos de vida dos povos originários e das populações tradicionais. Neste sentido, esta pesquisa buscou dar maior visibilidade à luta dos Povos e Comunidades Tradicionais em defesa do Rio Ribeira de Iguape, como um marco histórico de resistência à colonialidade de poder<sup>1</sup> na região do Vale do Ribeira/SP (QUIJANO, 2012). Também buscou-se dar destaque a narrativa contra a privatização de um bem comum tão importante, como a água e o Rio, para as comunidades e povos tradicionais que habitam a região. Ainda sob este entendimento a pesquisa teve como principal intenção contribuir com os processos e com os movimentos insurgentes e resistentes do Vale do Ribeira em defesa de seus territórios e modos de vida. Esta inquietação em pesquisar o Rio Ribeira de Iguape e a importância do mesmo para as comunidades que lá residem nasceu a partir do contato com a luta contra a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto<sup>2</sup> - um empreendimento destinado a gerar energia em benefício de uma única empresa, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) de propriedade do Grupo Votorantim, que recentemente foi encerrado, no ano de 2016 indeferido pelo IBAMA, após 29 anos de resistência.

Para (DIEGUES, 2007), a região e apresenta brevemente o território como extensas áreas ainda preservadas do bioma Mata Atlântica e também com a presença de Estuários e Manguezais, Unidades de Conservação estaduais e federais e grupos de populações tradicionais como pescadores caiçaras, agricultores familiares caipiras, povos indígenas e negros afrodescendentes, os quilombolas. De acordo com (DIEGUES, 2007), são diversos os aspectos

- 1 Colonialidade é aqui entendida como elemento que sustenta a imposição racial/étnica enquanto padrão de poder e que opera nos planos materiais e subjetivos da existência social cotidiana e da escala societal (Quijano, 2005). É um fenômeno decorrente do colonialismo, mas que se estende ao território das ideias, dos valores, das ideologias que fundam visões sociais de mundo (QUIJANO, 2005, p. 460)
- 2 A Empresa buscava aumentar a oferta de energia elétrica para seu complexo metalúrgico localizado na cidade de Alumínio, antiga Mairinque, no interior de São Paulo. Aproximadamente 70% do alumínio produzido no Brasil é exportado, isto significa que as comunidades locais perdem soberania sobre os recursos naturais do seu território, os que acabam apropriados na barganha do mercado globalizado para reduzir custos de produção. Mapa Fiocruz (2013)

conflitantes que coexistem na bacia do Rio Ribeira. Segundo o autor, as ocupações de diversas culturas e atividades econômicas de grande impacto se destacam no território, e são constantes ameaças à conservação dos elementos naturais e culturais que envolvem o rio e as suas diversas territorialidades.<sup>3</sup>

Para compreender com maior profundidade a defesa do Rio Ribeira foi realizada revisão bibliográfica sobre a região, e as diferentes etapas do processo de colonização no território. Os autores destacados são (DIEGUES, 2007, 2010, 2000) ao abordar as questões relacionadas a comunidades e povos tradicionais, assim como a relação dessas comunidades com as águas, (MARINHO, 2007) ao apresentar uma caracterização da região, com enfoque para os conflitos após a criação das Unidades de Conservação (UC) no território, (PAES, 2014) sobre os mitos, crenças e lendas sobre o Rio Ribeira de Iguape, (NASCIMENTO, 2005, 2012, 2017) com contribuições sobre os conflitos presentes no território, Rosa (2014) ao caracterizar o MOAB e as suas especificidades, assim como sua origem e, (JERONYMO, GUERRA E BERMANN, 2012), sobre os impactos da usina hidrelétrica e os deslocamentos de famílias em decorrência da ameaça da barragem de Tijuco Alto. (ALVES, SAHR, 2010) e (BERLANGA, 2017) sobre a regularização fundiária da região e (BRANDÃO, 1999) a partir da identidade e caracterização do Ser do Vale do Ribeira.

Acerca do processo de resistência, esta pesquisa buscou saber: Quais foram os saberes e impactos gerados na vida dos povos e comunidades tradicionais, diante à defesa do Rio Ribeira de Iguape, na luta contra a barragem de Tijuco Alto? A partir dessa questão, outras questões surgiram e se fizeram necessárias quando observa-se a importância do Rio Ribeira de Iguape e o foco de resistência que o mesmo tem para a região: qual a importância do Rio Ribeira para os sujeitos que habitam no território? O Rio Ribeira se configura como um bem comum para esses povos e comunidades tradicionais que habitam e resistem no Vale do Ribeira? Ao longo desses anos como foi o processo de resistência em defesa da água e do Rio Ribeira? Quais foram as ações de resistência contra a barragem do Tijuco Alto? Como pensar o desenvolvimento a partir da nossa história? Quais os aspectos

---

3 A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente (SAQUET, 2015)

comuns dos projetos de desenvolvimento para a região, que ameaçam os povos e comunidades do Rio Ribeira de Iguape?

Como objetivo geral buscou-se registrar as percepções e saberes dos grupos envolvidos nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Os objetivos específicos buscaram elaborar um quadro teórico sobre desenvolvimento, colonização, decolonialidade e território, sistematizar o histórico de resistência dos grupos e comunidades tradicionais, à luz do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto e identificar as ameaças e desafios relacionados a defesa do Território do Vale do Ribeira, afim de contribuir para a produção científica acerca dos saberes locais.

A metodologia se deu partir da pesquisa social, participativa, com abordagem decolonial e utilizando-se da pesquisa ação, observação participante e história oral como técnicas de coleta de dados, sendo possível com a contribuição da memória dos participantes do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB).

Esta pesquisa divide-se em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução apresentando o tema da pesquisa, de forma geral os aspectos e desafios colocados para os povos e comunidades e uma breve caracterização da região.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica sob a perspectiva crítica da decolonialidade, ao analisar e registrar o histórico de desenvolvimento do território à luz de teóricos que discutem o pós desenvolvimentismo<sup>4</sup>, como também a sociedade pós extrativismo, a partir de pensamentos decoloniais, entre outros que também abordam a questão do desenvolvimento e o pensamento decolonial, e trazem importantes reflexões para contribuir com a construção de novas alternativas para os territórios. Ainda neste capítulo encontram-se breves discussões sobre conceitos como: território, territorialidades, ecologia política, injustiça ambiental, dívida ecológica, imperialismo ecológico. Para concluir a discussão neste capítulo encontra-se também reflexões acerca da água, e a diferenciação da água como um recurso natural e um bem comum, que está inteiramente ligada as disputas em torno da água.

---

4 A noção de “pós-desenvolvimento” é uma ajuda para reaprender a ver e reavaliar a realidade das comunidades na Ásia, África e América Latina. É possível diminuir o domínio das representações do desenvolvimento quando abordamos esta realidade? O pós-desenvolvimento é uma maneira de assinalar esta possibilidade, uma tentativa de limpar um espaço para pensar outros pensamentos, ver outras coisas, escrever outras linguagens (CRUSH, 1995; ESCOBAR, 1995).



O terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, assim como informa as técnicas utilizadas em todas as etapas e reapresenta os objetivos deste trabalho, de forma a proporcionar uma visão da estrutura e da articulação da análise de campo para facilitar o entendimento dos resultados apresentados e discussões.

No quarto capítulo, são apresentadas as discussões e reflexões analisando as dimensões da libertação do Ser, a partir das contribuições de (BORDA, 2009), (ESCOBAR, 1995, 2005, 2010, 2014, 2016), assim como a dimensão do pertencimento e a não visão utilitarista sobre a natureza, e a práxis libertadora inspiradora do Borda (2009) e da ecologia política de (ALIER, 1998, 2017), como também outros aportes e perspectivas sobre os projetos de desenvolvimento para a região do Vale do Ribeira.

No quinto capítulo, nas considerações finais enfatizamos o processo de libertação e a prática libertadora desenvolvida pelo MOAB, ao proporcionar aos povos e comunidades tradicionais a reverem sua condição de subalternidade, assim como analisarem os ciclos econômicos e os novos elementos e forças do capital presentes no território e assim reivindicarem seus direitos e questionarem as racionalidades hegemônicas.

Durante a pesquisa buscou-se fazer deste processo de produção mútua de conhecimento, escuta e registro, como uma contribuição com a investigação das diversas territorialidades que compõem o território do Vale do Ribeira. É importante destacar, que esta pesquisa teve a intenção de elaborar este processo de investigação com as pessoas que habitam no Vale, mas acima de tudo as que resistem pelo direito de existir e gozar da sua singularidade, identidade e direito ao território e sua própria epistemologia.

Por fim, ao identificar e perceber tantas ameaças ao território e ao Rio, esta pesquisa contribui com a defesa do Rio Ribeira como um Bem Comum dos povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, e busca fortalecer os discursos locais contra os projetos e empreendimentos hegemônicos que não dialogam com as especificidades das pessoas e seus modos de vida presentes no território.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*“É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.*

Aníbal Quijano (2005)

As teorias que orientaram esta pesquisa são de autores e autoras que buscam perspectivas críticas frente ao ideal de desenvolvimento e crescimento econômico da sociedade ocidental capitalista, como também teóricos que apontam outras formas de viver e configuram-se como alternativas ao desenvolvimento, neodesenvolvimentismo<sup>5</sup> e o neoextrativismo.

Buscou-se analisar e registrar o histórico de desenvolvimento do território do Vale do Ribeira à luz de teorias que discutem o pós desenvolvimentismo<sup>6</sup>, como também a sociedade pós extrativismo, a partir de pensamentos decoloniais, de autores como Alberto Acosta (2016), Anibal Quijano (1992, 2000, 2005, 2011, 2012), Luis Macas (2010), Grosfoguel (2003, 2006, 2007, 2008, 2016) e Arturo Escobar (1995, 2005, 2010, 2014, 2016), Orlando Fals Borda (2009), Henrique Dussel (2005), Jorge Montenegro (2012), Amartya Sen (2000) e Sen e Kliksberg (2010) entre outros que também abordam a questão do desenvolvimento e trazem importantes reflexões para contribuir com a construção de novas alternativas frente à crise civilizatória.

Para pensar sobre a construção de conhecimentos e outras bases epistemológicas amparadas pela decolonialidade, dos saberes locais, regionais, ancestrais e originários, daremos destaque às propostas de Bem Viver, apresentada pelos povos andinos e amazônicos da América do Sul e que foram sistematizadas, registradas e sintetizadas por autores como Alberto Acosta (2016), Aníbal Quijano (2011), Luis Macas (2010), Walter Mignolo (2002), Arturo Escobar (2005, 2014, 2015, 2016), Viana (2000) Jorge Montenegro (2012) e Marcia Ferreira (2010, 2012).

---

5 O neodesenvolvimentismo diz respeito a outro padrão de desenvolvimento capitalista no interior da temporalidade histórica do capitalismo global ou bloco histórico do mercado mundial, sob o regime de acumulação flexível predominantemente financeirizado. Fonte: (ALVES, 2013)

6 A noção de “pós-desenvolvimento” é uma ajuda para reaprender a ver e reavaliar a realidade das comunidades na Ásia, África e América Latina. É possível diminuir o domínio das representações do desenvolvimento quando abordamos esta realidade? O pós-desenvolvimento é uma maneira de assinalar esta possibilidade, uma tentativa de limpar um espaço para pensar outros pensamentos, ver outras coisas, escrever outras linguagens. “Arturo Escobar e a Teoria Crítica do Desenvolvimento” (ESCOBAR, 1995)

Estes autores contribuíram no sentido de identificar o tecido comunitário, os conhecimentos e a decolonialidade dos povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira.

Além desses autores já citados, autores como Amartya Sen (2000), Vieira (2009) e Sen e Kliksberg (2010), entre outros que abordam a questão do território e do desenvolvimento sob outras análises, foram fundamentais ao longo deste processo de pesquisa. Ainda neste capítulo será necessário, para o entendimento do território escolhido, a revisão de teses e dissertações acerca da região, como também sobre o entendimento das comunidades e povos tradicionais e sua cosmovisão em relação ao Rio Ribeira e o território. Neste sentido, os autores Diegues (2007, 2010, 2000), Marinho (2007), Paes (2014), Souza (2015), Silva, Junior (2012), Bermann (2012), Rosa (2014), Alves e Sahr (2010) Nascimento (2005; 2012; 2017), e Brandão (1999) contribuirão muito com o detalhamento e profundidade diante da riqueza, diversidade e identidades em relação ao território do Vale do Ribeira.

A questões que abordam a dimensão territorial, territorialidades, ecologia política, injustiça ambiental, dívida ecológica, imperialismo ecológico e outras formas de apropriação do mercado sob a natureza e as suas consequências será discutida com base em autores como Andrea Zhouiri (2010), Henri Acserald (2004, 2009), Rodrigo Espinoza (2016), Jorge Montenegro (2010), Rogério Haesbaert (2004), Martinez Alier (1998, 2017), Marcos Saquet (2007, 2008, 2010, 2011, 2012, 2015, 2017). Na discussão sobre a água e os bens comuns, Elinor Ostrom (2000), Vandana Shiva (2006), Maude Marlow (2003), Carlos Walter Gonçalves (2006, 2008, 2009, 2012, 2015), Gabriela Paes (2014), Carlos Diegues (2010), Ladislav Dowbor (2015) Escobar (2014) e Martinez Alier (1998; 2017) entre outros autores.

## 2.1 O DESENVOLVIMENTO EM UMA ABORDAGEM DECOLONIAL: A BUSCA DE NOVAS EPISTEMOLOGIAS PARA A VIDA

Para (ALIER, 1998) o tema desenvolvimento sustentável, difundido na conferência do Rio em 1992, explica os conflitos ente Norte e Sul. Segundo (ALIER, 1998) é necessário estarmos céticos em relação aos objetivos ambientais, já que os

recursos naturais que são propriedades dos pobres são vendidos a preços módicos, com discurso baseados na sustentabilidade.

Além disso, (ALIER, 1998) critica todo o processo da construção dessa conferência, abordando que o informe de Brundtland com a publicação em 1987, é a contribuição mais significativa da social-democracia europeia e seus aliados ao debate ecológico internacional, cuja importância política se fez notar na Conferência do Rio 92. Para ele, esse Informe era tendencioso e parcial, pois faz uma análise da relação pobreza e meio ambiente, na qual as vítimas do “desenvolvimento” tornam-se culpadas. Sendo assim proposta apresentada como um Desenvolvimento Sustentável, mostra-se como uma proposta de buscou combinar duas ideias, o desenvolvimento econômico e capacidade de sustento.

No entanto, segundo (ALIER, 1998), a riqueza e a desigualdade social é a ameaça maior para o ambiente do que a pobreza, pois o sistema de mercado, permanentemente impacta sobre o ambiente, fazendo emergir uma luta dos pobres que anunciam uma vida ecologicamente consciente e que no conflito apresentam uma resistência popular contra a privatização da terra e dos recursos naturais, para mantê-los sob controle comunitário (ALIER, 1998). Em relação ao desenvolvimento, (SEN, 2010) aborda que é importante pensar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais, ou seja, segundo ele, assim como as liberdades instrumentais, as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora são enfoques que abordam as diferentes dimensões sobre as liberdades humanas, um contraste com as visões mais restritas das teorias clássicas sobre desenvolvimento.

Para (SEN, 2010) o desenvolvimento de um país, uma região, um território, está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania plena. Ainda para (SEN, 2010) isso não inclui apenas a garantia de serviços básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura. Ou seja, a privação da Liberdade limita as escolhas e oportunidades das pessoas.

Podemos afirmar que só poderá existir o tão sonhado desenvolvimento se as condições reais para essa expansão dessas liberdades se realizem, pois para (SEN, 2010) o desenvolvimento baseado somente nos aspectos econômicos consiste na eliminação de privações de outras liberdades que limitam as escolhas e as

oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua capacidade de agência. É importante ainda destacar que para o autor as liberdades têm caráter constitutivo intrínseco e ao mesmo tempo instrumental, e a liberdade humana deveria ser o objetivo supremo do desenvolvimento (SEN, 2010)

Para (QUIJANO, 2000) há um fantasma do desenvolvimento na América Latina, os povos que foram colonizados pelos europeus clamam por todas dimensões garantidas pelo estado de bem estar social, como forma de progresso e crescimento. (QUIJANO, 2000), nos alerta que no fim dos anos setenta ocorreu uma reflexão sobre a invenção do Terceiro Mundo e a necessidade de refletir também sobre o discurso do Desenvolvimento. Desta forma, o autor aborda que a sociedade capitalista, destacando aqui o capitalismo como um padrão de dominação, exploração e conflito, no qual o Estado Nação Moderno tem sido o grande estimulador do desenvolvimento (QUIJANO, 2000). Este próprio Estado Nação Moderno assume algumas características democráticas dentro de um espaço de dominação. Assim, verifica-se, segundo o autor, a desigualdade em relação aos acessos, aos recursos de produção, às instituições e aos mecanismos de autoridade. Nessa perspectiva, com a condição do Estado Moderno consolidado, temos um desenvolvimento com democracia relativa e limitada, onde o desenvolvimento se apresenta como modernização (QUIJANO, 2000).

Para (QUIJANO, 2000) ao considerar a história-geográfica e seu espaço-tempo, é necessário fazer a crítica ao eurocentrismo no debate acerca do desenvolvimento. Pois, junto a ideia de modernidade se tem também a ideia de raça, onde se produziu e distribuirão as novas identidades sociais (índio, negro, amarelo, branco e mestiço) e as formas de dominação, exploração e conflito sobre o trabalho. De igual forma, produziram e distribuíram também as novas identidades geoculturais (América, Europa, Ásia, África, Oriente e Ocidente), segundo as quais se distribuía o controle do Poder político e cultural do planeta (QUIJANO, 1992, 2000, 2002).

De acordo com (ESCOBAR, 2014, 2016) o discurso histórico do “Desenvolvimento” surgiu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, mas destaca que suas raízes nascem em processos históricos mais profundos que a modernidade e o capitalismo. Para (MONTENEGRO, 2012), entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre primeiro mundo e terceiro mundo, surgiram discursos carregados de uma orientação moderna colonial e ocidental, e que carregam em



suas práticas e discursos, as instituições que promovem o desenvolvimento no mundo todo (ESCOBAR, 2014, 2016).

De acordo com (ACOSTA, 2016), o “fantasma” do desenvolvimento vem de alguma forma “assombrando” todo o planeta desde os meados do século 20. Para o autor, apesar de grande parte da população não crer em fantasmas, todos de alguma forma acreditaram no desenvolvimento, deixaram-se influenciar pelo desenvolvimento, perseguiram o desenvolvimento, trabalharam pelo desenvolvimento e, por fim, viveram em função da busca pelo desenvolvimento (ACOSTA, 2016).

Para (ACOSTA, 2016) nos referimos ao desenvolvimento como uma metáfora, já que transformou-se em uma meta a ser alcançada por toda a humanidade. Para o autor, converteu-se em uma exigência global que implicava a difusão do modelo de sociedade norte-americano, herdeiro de muitos valores europeus. Nesse sentido é importante destacar que o conceito ganhou força depois da Segunda Guerra Mundial, com o começo da Guerra Fria, em meio ao surgimento da ameaça e do terror nuclear. E foi desta forma que o discurso sobre o desenvolvimento se estabeleceu e consolidou-se como uma estrutura de dominação dicotômica, ou seja entre pólos Desenvolvidos X Subdesenvolvidos, Avançados X Atrasados, Civilizado X Selvagem, Centro X Periferia (ACOSTA, 2016, p. 46).

Ainda para (QUIJANO, 2012) o desenvolvimento foi, sobretudo na América Latina, o termo chave de um discurso político associado a um projeto de desconcentração e redistribuição relativas do controle do capital industrial, na nova geografia em que se configurava o Capitalismo Colonial Moderno Global, após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo (ACOSTA, 2016) foi em torno do desenvolvimento, em plena Guerra Fria, que girou o enfrentamento entre capitalismo e comunismo, e foi a partir daí que a invenção de Terceiro Mundo e seus membros foram instrumentalizados qual peões no xadrez da geopolítica internacional. Segundo o autor, foi desde esse momento que se fortalece no mundo, mesmo entre direita e esquerda, o compromisso de assumir o desafio de alcançar o “desenvolvimento”, ou seja, essa busca transformou-se no destino comum da humanidade, quase que como uma obrigação “inegociável”. Para (ACOSTA, 2016), outro fator importante em relação ao desenvolvimento que ganhou força no pós Segunda Guerra deu-se no sentido dos

países pobres acatarem a condição de subordinação. Para ele, esse contexto se deu como em um ato de generalizada subordinação e submissão, e foi a partir daí que os países atualmente têm aceitado esse estado de coisas, desde que sejam considerados países em “desenvolvimento” ou “em vias de desenvolvimento” (ACOSTA, 2016).

Para (QUIJANO, 2011), a sociedade capitalista foi colocando sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas segundo ele seguimos no mesmo sentido que o desenvolvimento buscou: pela trilha do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodeenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador, territorial, mas sempre desenvolvimento, no final das contas (QUIJANO, 2011).

Diante disto, (ACOSTA, 2016), afirma que o “desenvolvimento” surge na vida das pessoas como toda crença, mas que nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas. Segundo o autor, o desenvolvimento, enquanto proposta global, é unificadora e desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos “subdesenvolvidos” (ACOSTA, 2016). Portanto, o desenvolvimento nega de forma agressiva o que é próprio dos povos, e que foi muitas vezes produto da ação direta ou indireta das nações consideradas desenvolvidas. Para isso, o autor recorda como exemplo a atuação destrutiva da colonização ou das próprias políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o autor, desenvolvimento, formou-se em nome de um discurso hegemônico no qual aceitamos a devastação ambiental e social em troca de alcançar o “desenvolvimento” ou o crescimento. Ainda o autor destaca, que foi pelo desenvolvimento, que “aceita-se a grave destruição humana e ecológica provocada pela megamineração, mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização – e que é uma das causas diretas do subdesenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 51).

No entanto, o autor argumenta que, ao pensarmos em um território e comunidades, é preciso pensar o cotidiano, o bem viver, essencialmente um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a

natureza. Para (ACOSTA, 2016), os indígenas não são pré-modernos e nem atrasados, seus valores, mitos, símbolos, experiências e práticas mostram uma civilização viva, que possui capacidade para enfrentar a modernidade ocidental e colonial. Assim, o bem viver é um conceito plural - bons convives – que surge das comunidades indígenas, sem negar as vantagens tecnológicas do mundo moderno e nem as contribuições de outras culturas e saberes, ou seja, há um espaço de trocas, somas de saberes e conhecimento de saberes que ainda não acessamos academicamente, pois a universidade e a propostas de teorias nascem sempre de um discurso da ciências que é tradicionalmente eurocêntrico (ACOSTA, 2016).

Diante deste contexto, verifica-se que o desenvolvimento foi sempre discutido pelos padrões eurocêntricos, este eurocentrismo que tem plena hegemonia mundial, ou seja, é necessário pensar um processo de descolonização epistêmica, para pensar de forma mais prudente as epistemologias e os modos de vida dos povos da América Latina.

Segundo (OSEJO; BORDA, 2004), é necessário superar o eurocentrismo para a construção de um saber mais prudente que alcance uma vida com sapiência. Esse enriquecimento do saber sistêmico e endógeno necessita do conhecimento a partir da convivência e participação de nossa realidade, com a socialização de conhecimentos e construção de paradigmas endógenos enraizados nas nossas próprias circunstâncias, que possam refletir a complexa realidade que vivemos nos trópicos.

Para (QUIJANO, 1992) é preciso entender o eurocentrismo para pensarmos em possibilidade de desenvolvimento com opção de escolha. Para o autor há uma classificação social posta, que ele denomina de colonialidade do poder e que surge para designar a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça. Segundo o autor, esta classificação nasce com uma construção mental que expressa a experiência da dominação colonial e desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Neste aspecto é importante ressaltar que há uma distinção entre colonialidade e colonialismo, pois trata-se de diferentes momentos históricos. A colonialidade é um conceito maleável que opera em diferentes níveis, enquanto o colonialismo torna visível o outro lado da modernidade (a parte invisível de

dominação e exploração, controle e manipulação), e por outro lado, gera a energia que dará respostas decoloniais.

Para (CASTRO GOMES Y GROSGOUEL, 2005) a noção de “colonialidade do poder” é que o mundo não tem sido completamente descolonizado, ou seja, mesmo que os Estados Nação tenham atingido a sua independência, ainda vivemos e praticamos o modo de ser colonial. Portanto, a primeira descolonização (iniciada no século XIX pelas colônias espanholas e seguida no século XX pelas colônias inglesas e francesas) foram incompletas, já que se limitou na independência jurídico-política das periferias. Em mudança, a segunda descolonização, a qual, os autores abordam com a categoria de decolonialidade, deverá caminhar-se na heterarquia das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intactas. Como resultado, o mundo do começo do século necessita uma decolonialidade que complemente a descolonização levada a cabo nos séculos XIX e XX. Ao contrário dessa descolonização, a decolonialidade é um processo de resignificação a longo prazo que não se pode reduzir a um acontecimento jurídico político.

Neste sentido, diante de tantos questionamentos sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e da sociedade colonizada pelo economicismo, colonialidade do ser, colonialidade do saber, colonialidade do poder, modernidade, poder, globalização, democracia e outros, o surgimento de conceito como decolonialidade nos auxilia a avançar sobre que desenvolvimento estamos falando e qual pós desenvolvimento de fato queremos construir.

Para (AMARAL, 2015), ao questionarmos a colonialidade ainda presente nas relações sociais, envolve pensar uma relação econômica e política de dominação colonial. O conceito de colonialidade amparou-se não somente nas relações de poder, como também em outras formas subjetivas que se reproduzem nessa relação de dominação, pois são ligadas a várias formas de poder. Desta forma, para se pensar em decolonialidade precisamos pensar nos elementos como colonialidade do ser, do saber e do poder.

O colonialismo moderno pode ser entendido como condenação ou uma vida no inferno, caracterizado pela escravidão, agora justificada em relação à constituição ontológica de sujeitos e povos, e não apenas para suas crenças (TORRES, 2007), no que diz respeito à concepção de assuntos, o racismo moderno, e por extensão, a

colonialidade pode ser entendida como radicalização e a naturalização da não-ética de guerra, ou seja, a prática da não-ética incluiu a escravização de certos povos em particular, não apenas indígena e negra, mas também, como parte da empresa de colonização (TORRES, 2007, p. 138).

Nesse contexto, cabe ressaltar que na América Latina, ou melhor, Abya Yala<sup>7</sup>, desde a invasão e a colonização, o conhecimento foi usado para dominar tanto a natureza quanto os povos originários (CORREA, 1995). Para (GROSFOGUEL, 2008), o conceito possui uma dupla pretensão, pois denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do Sistema-Mundo-Capitalista-Moderno-Colonial”.

Sob essa mesma perspectiva (MIGNOLO, 2007), aponta que os conceitos de colonialidade e as abordagens decoloniais têm possibilitado a reconstrução de histórias silenciadas, de subjetividades reprimidas, de linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida pela racionalidade moderna. Para o autor, o pensamento decolonial “tem como razão de ser e objetivo, a decolonialidade do poder” (MIGNOLO, 2007, p. 30). Ou seja, as abordagens decoloniais podem deixar de considerar as histórias existentes, mas devem abrir espaços para que novas subjetividades e outras formas de pensar possam ser visibilizadas.

Diante disso, para garantir tais narrativas, (PORTO, 2005) nos atenta sobre o caminho necessário:

Ao assumir esse caráter subordinado exige que nos desprendermos das leituras coloniais que se forjaram sobre nós e que associam esse caráter subordinado a alguma natureza inferior, seja de ordem cultural ou mesmo natural, pois afirmamos que é de natureza do pensamento ação Colonial o inferiorizado assumir a sua situação como condição da sua colonização. (PORTO, 2015, p. 02)

Por fim, cabe ressaltar que muitos pesquisadores e teóricos vêm se dedicando a construir e sistematizar o pensamento decolonial latino-americano como uma opção viável e que seria capaz de não só questionar o paradigma hegemônico neoliberal, como também abranger a pluralidade da realidade da

<sup>7</sup> Abya Yala, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien, e vive atualmente na costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América (PORTO, 2009, p. 26).

América Latina (QUIJANO, 2011). Diante disso, a interculturalidade em perspectiva crítica é assumida nesta pesquisa quando coloca o problema estrutural-colonial-racial imposto pela modernidade/colonialidade, bem como sua ligação ao capitalismo, e questiona sua lógica racional instrumentalista. Nesse sentido, (ESCOBAR, 2015) aponta que os conceitos de modernidade, colonialidade e deconolonialidade são fundamentais para a superação do eurocentrismo. É na realidade um marco de teoria social forte com orientação cultural e epistêmica que oportuniza construir conhecimentos acerca do território, que rompe o pensamento único e considera os saberes e a existência de diversas epistemologias, pois denuncia o silenciamento dos saberes e experiências do lugar criados pela globalização eurocêntrica.

#### 2.1.1 O Des-envolvimento e os Povos e Comunidades Tradicionais

No contexto deste trabalho entende-se por comunidades e povos tradicionais a definição de (DIEGUES, 2007,2009) e também a apresentação de (MIGNOLO, 2002) a respeito das comunidades locais e em resistência. Segundo, (MINGNOLO, 2002) “o ato de resistir é desviar(se) para não ter que chocar-se contra um poder, uma força maior, ou seja, resistir é dobrar-se, mas nem por isso se deixar subjugar totalmente”. O autor afirma que existem várias formas de resistências praticadas por grupos sociais subalternizados, e muitas destas práticas envolvem estratégias e táticas que são territoriais. Para (DIEGUES, 2009) as comunidades e povos tradicionais são grupos que têm formas próprias de organização social e que se reconhecem diferenciados de lógicas socioeconômicas e culturais das sociedade urbano-industrial.

Ainda segundo (MONTENEGRO, 2012), um dos elementos fundamentais na definição de tradicionalidade desses povos é o conflito, visto que esses povos e comunidades estão em permanente disputa por seus territórios, seus recursos, suas formas de vida e cultura. Neste sentido a identidade é o principal instrumento de auto definição de povo ou comunidade tradicional, a partir das defesas históricas e atuais formas de vida, de usos do território, de uma identidade coletiva, ao exigir seu reconhecimento atual e não somente um passado comum e distante (MONTENEGRO, 2012). Portanto, ao observarmos as diferentes formas que o

capitalismo avança no meio rural, é possível verificar inúmeros impactos sobre as populações que mantêm uma relação de subsistência e exploração da natureza marcada pelo equilíbrio (FERREIRA, 2010, MONTENEGRO 2012).

No Brasil, em 2007, foi promulgada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais<sup>8</sup>, reconhecendo a sociodiversidade brasileira e tendo como ponto de partida a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também ratificada pelo Brasil em 2004 (FERREIRA, 2010, MONTENEGRO, 2012). Diante desse contexto, o desenvolvimento, da forma como chega para esses territórios tradicionais, têm sido motivo de tensão, visto que a tentativa de progresso econômico empresarial se coloca em detrimento aos modos de vida dessas populações, causando assim o que denominou (SANTOS, 2007) como epistemícidio .

Ferreira (2010) ao abordar o desenvolvimento destaca que as populações tradicionais são desconsideradas ao se tomar decisões sobre políticas e estratégias de conservação das florestas brasileiras. Neste sentido é necessário destacar que um meio de vida rural pode ser sustentável, somente se a preocupação fundamental for analisar verdadeiramente a capacidade de adaptação e flexibilidade institucional, assim como a diversidade de respostas diante dos desafios (FERREIRA, 2010, SCOONES, 2009).

Segundo (FERREIRA, 2010) o modo de vida dessas comunidades têm seus métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais e utiliza elementos de resistência específicos de cada identidade local via economia ecológica. Neste sentido, a maneira mais eficaz para alcançar as aspirações desses povos é potencializar as formas de ação social coletiva, ativando o potencial endógeno, gerando processos que dêem lugar a novas respostas e/ou façam surgir às velhas na forma apropriada do ser. Para (FERREIRA, 2010), parte da busca permanente de estratégias que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas, trabalhando com a população rural em relação aos seus saberes, anseios e projetos.

Nesse sentido, é necessário ressaltar também que essa mesma ideia de desenvolvimento está presente na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, quando carrega as

---

8 Decreto no 6040 (2007)  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)

Fonte:

contradições como tantas políticas de desenvolvimento rural, frequentemente escassas e sustentadas por recursos limitados, oferecendo mecanismos padronizados, marcados por lógicas mercantis, de um mundo ocidental capitalista, as quais desconsidera os saberes das comunidades tradicionais (FERREIRA, 2010; MONTENEGRO, 2012). Políticas essas que, como destaca (MONTENEGRO, 2012), estão marcadas pela ideia de desenvolvimento, baseada em acúmulo, aumento de consumo e privatizações de serviços, entre outros aspectos, conflitando diretamente com os modos de vida tradicionalmente estabelecidos.

Portanto, partindo do entendimento que a modernidade é uma narrativa europeia, e que é também da própria colonialidade, torna-se essencial buscar olhares mais profundos sobre as diferentes racionalidades que orientam os povos originários das comunidades tradicionais a partir de suas territorialidades (MONTENEGRO, 2012). Para (MONTENEGRO, 2012), estabelecer pontes entre povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade, aliado a crítica ao desenvolvimentismo, podem oferecer elementos fundamentais capazes de contribuir para a desconstrução de práticas e discursos que ainda hoje são promovidas no território do Vale do Ribeira.

Ferreira (2010) e Arruda (1999) argumentam que não é só possível, mas é necessário, o caminho da inclusão das populações rurais no conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua identidade. E deve se dar por meio de políticas que valorizem o seu saber e contribuam para a melhoria de suas condições de vida, bem como na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação que tenha também como beneficiários as próprias comunidades rurais e ou tradicionais e autonomia dos seus territórios e modos de vida (FERREIRA, 2010).

Para Vieira (2009) mesmo ao trazer a dimensão territorial para o desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento territorial não pode ser entendido como uma solução milagrosa para todos os males. Ou seja, todas as práticas consideradas promissoras, necessariamente confrontam-se com os inesperados obstáculos (VIEIRA, 2009). Neste sentido as políticas de desenvolvimento territorial, tem como tentativa a possibilidade de valorizar, as iniciativas interessadas na invenção de práticas sociais localizadas, mas passíveis de integração sistêmica em redes solidárias de escopo mais amplo (VIEIRA, 2009).



Importante destacar, que para a formulação de políticas públicas para esses segmentos de comunidades, é necessário o reconhecimento da floresta cultural (FERREIRA, 2010). Ou seja, partir do pressuposto que essas comunidades vivem secularmente nas florestas com diversas práticas sociais, as quais merecem ser reconhecidas e valorizadas pelos poderes públicos (FERREIRA, 2010). Ainda sobre este conceito (FERREIRA, 2010) resgata a definição de (FURLAN, 2006), quando apresenta as florestas culturais ou sociais, aquelas manejadas pelas populações locais, compreendem-se como espaço onde essas populações vivem a sua territorialidade e usam seus recursos por meio de práticas passadas entre gerações.

No entanto, (FERREIRA, 2010) observa que ainda hoje essa territorialidade não é reconhecida nos instrumentos legais de proteção e conservação de florestas e ecossistemas, mesmo sabendo que as florestas nunca foram espaços vazios. Neste sentido, o reconhecimento do território e da identidade desses povos direcionam-se para a construção de uma gestão desses territórios como um todo e implica reconhecer também a importância da multifuncionalidade nos ecossistemas (FERREIRA, 2010). Assim pensar nessas territorialidades é considerar o desenvolvimento, apresentado por (VIANA, 2000), que se refere como o resultado que as populações tradicionais são envolvidas no processo de tomada de decisões. Para o autor envolver, aliás, é a antítese de des-envolver, e neste sentido, o conceito de “desenvolvimento” se torna equivocado. Ou seja, acaba por contribuir com o não envolvimento das comunidades.

## 2.2 O SENTIR E PENSAR COM A TERRA: NOVAS ABORDAGENS SOBRE O TERRITÓRIO E A DIFERENÇA

Para (ESCOBAR, 2010), a importância do lugar é histórica, e deve ser explicada ao abordar as maneiras com que a circulação global do capital ocorre nos territórios. Para ele, os lugares são criações históricas que configuram a experiência da localidade. Outro aspecto levantado pelo autor se dá em relação à marginalização do lugar nas teorias ocidentais, consequência de pensar realidades a partir do colonialismo ocidental. Nesse sentido, as discussões sobre o lugar têm uma abordagem epistemológica apoiada no eurocentrismo e na construção da teoria social (ESCOBAR, 2010).

(OSEJO; BORDA, 2004), nesse sentido nos desafiam a pensar o papel da ciência e a responsabilidade dos cientistas pelo seu estudo e pela análise das causas do que tem vindo a ocorrer nas nossas sociedades e territórios. Para os autores é preciso superar o complexo de inferioridade perante o próprio Ser e superar o eurocentrismo também marcado na ciência. Ainda destacam que isso se trata da ignorância sobre nossos próprios corpos, sobre nossa origem, sobre nosso futuro, nosso histórico, a nossa geografia.

Partindo desse pensamento, nos cabe então rever nossos lugares de subjugação e exploração e nossas práticas para que possam realmente nos levar a libertação. Para (BRINGEL; MALDONADO, 2016) a compreensão de libertação, é um projeto subversivo, amparado por uma utopia que necessariamente deve estimular as pessoas para transformar suas realidades, injustas e desiguais, para então superá-las. Para (OSEJO; BORDA, 2004), esse processo passa pela libertação da negação do Ser, ou seja, perceber e se desprender dos impedimentos aos modos de vidas, assim como das opressões sofridas presentes nos territórios invadidos pelos colonizadores. Ainda para (OSEJO; BORDA, 2004), é necessário para a libertação, a construção de paradigmas endógenos, enraizados nas nossas próprias circunstâncias e localidades.

Portanto, cabe ressaltar o pensamento de (ESCOBAR, 2014), sobre os conceitos de Sentir e Pensar com a Terra, quando afirma que “os movimentos sociais, em particular os da população das florestas tropicais, invariavelmente enfatizam quatro direitos fundamentais: a sua identidade, o seu território, à autonomia política, e a sua própria visão de desenvolvimento”. Segundo o autor, para esses povos e comunidades se trata de entender o direito de existir como uma questão cultural, política e ecológica (ESCOBAR, 2014).

Ainda sob este aspecto, o território é considerado um espaço fundamental e multidimensional para a criação e recriação dos valores sociais, econômicos e culturais das comunidades (ESCOBAR, 2010). Desta forma, entre os significados e as práticas, e como esse conjunto de relações sociais nas quais estão inseridas, hoje estão sendo transformadas pela acometida do desenvolvimentismo que conduz à perda de conhecimento e de território, além de transformar a natureza em mercadoria (ESCOBAR, 2010).

Para (ESCOBAR, 2010), ao se retirar das análises ou diminuir as discussões sobre o lugar, se retira também a dimensão da construção social dos lugares. É o que ocorre quando teorias sociais convencionais não abordam as invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo (ESCOBAR, 2010). A negação ou invisibilidade do lugar tem sérias consequências, pois está diretamente ligada à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas (ESCOBAR, 2010).

Baseado nos apontamentos de (ESCOBAR, 2010), o foco nos vínculos está entre identidade, lugares e poder. No entanto, o autor também destaca a necessidade de não se fazer a defesa do lugar de maneira rasa ou superficial, pois para ele a defesa do lugar não pode se converter em fonte trivial de processos ou forças regressivas. Ou seja, a defesa dos lugares é também a defesa dos ecossistemas (ESCOBAR, 2010)

Sob essa mesma perspectiva a articulação da defesa do lugar e o papel dos movimentos sociais nessa ação está em transformação. Para (ESCOBAR, 2010), tal conclusão convida a visualizar sob a defesa dos lugares e no papel dos movimentos nas novas esferas públicas, para que essas outras racionalidades possam ser articuladas e colocadas em prática para pensar o território. Sendo assim a importância das análises e atenção ao lugar propõe colocar como o "conhecimento local" opera nas relações das pessoas com os entornos não humanos (ESCOBAR, 2010) . Além disso, destaca-se a importância de observar também a existência de modelos culturais da natureza, nos quais esses conhecimentos locais estão imersos.

Portanto a investigação sobre o conhecimento local e os modelos culturais da natureza vem sendo amadurecida por pesquisas cada vez mais aprofundadas sobre as construções da natureza elaboradas pelas pessoas. Para (ESCOBAR, 2010), talvez essa seja a possibilidade de romper com a relação binária entre a natureza e a cultura. Pesquisadores e áreas de pesquisa vêm em diferentes campos demonstrando como comunidades rurais do "terceiro mundo" se relacionam com a natureza e, dessa forma, "constroem" diferentes formas de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural (ESCOBAR, 2010).

Para essas populações não existe uma visão unitária do que se caracteriza como um modelo local da natureza. A natureza é apreendida e construída, assim

como a natureza do conhecimento local, incluindo se ele está plasmado e desenvolvido através da prática ou se é explícito e desenvolvido através de algum tipo de processo do pensamento (ESCOBAR, 2010). Um modelo local da natureza é o universo concebido como um ser vivo e pode contribuir sem depender da dicotomia natureza/sociedade. O autor traz a afirmação quando diz que “em tais ‘sociedades da natureza’, as plantas, os animais e outras entidades pertencem a uma comunidade socioeconômica, submetida às mesmas regras que os humanos”. O autor reflete sobre as consequências do não aprofundamento no entendimento dessas sociedades da natureza:

As consequências de repensar o conhecimento local e os modelos locais são enormes. Apesar de que existe o perigo de reinscrever o conhecimento local deste tipo em formas de conhecimento de constelações hierárquicas, reafirmando novamente a desvalorização, estigmatização e subordinação do conhecimento local que caracterizou grande parte da discussão sobre o tema (incluindo os debates etnobiológicos vinculados à conservação da biodiversidade), o deslocamento produzido por este repensar orientado etnograficamente dá-nos esperança de outras maneiras. Talvez o mais importante de nossos objetivos seja que esta nova forma de pensar contribua para desmontar a dicotomia entre natureza e cultura, que é fundamental para o domínio do conhecimento especializado em considerações epistemológicas e gerenciais. Se levamos a sério as lições da antropologia do conhecimento, devemos aceitar que o ponto de vista comum dos domínios diferentes da natureza e da cultura que podem ser conhecidos e manejados separadamente um do outro, já não é sustentável (ESCOBAR, 2010, p. 09)

Desse modo, para o autor o conhecimento local, baseado no lugar, é uma maneira específica de conceber o sentido ao mundo, visto que com a globalização o lugar desapareceu (ESCOBAR, 2010). Diante dessa afirmação, inicia-se uma tarefa importante, a de tornar visível as práticas e processos que revelam múltiplas formas de resistência ao capitalismo, a modernidade ao próprio desenvolvimentismo (ESCOBAR, 2010).

Nesse aspecto ainda podemos considerar o lugar como a cultura local, o oposto a globalização, ou seja, essa oposição à globalização se apresenta fortemente quando se constrói o lugar como um projeto, de trazer a cultura local, ou o conhecimento local a uma crítica radical ao poder (ESCOBAR, 2010). Para o autor, a defesa do conhecimento local é política e epistemológica.

Nesse sentido, (ESCOBAR, 2014) apresenta duas concepções de cultura, sendo a cultura como "estrutura simbólica" e a cultura como uma "diferença radical". A cultura com estrutura simbólica está relacionada às crenças de um mundo que

sustenta a realidade. A diferença radical discute termos como "civilização", "cosmovisão" e a "diferença epistêmica". O autor apresenta estes termos para que se possa construir uma maneira de pensar e agir na "cultura e desenvolvimento" (ESCOBAR, 2014, p.17).

Dessa forma, ao enxergar os ecossistemas como lugares socialmente construídos, conclui-se que “o centro do manejo dos ecossistemas é o de guiar as decisões que afetam um lugar, usando um conhecimento abundante de sua história natural e cultural” (ESCOBAR, 2010). Diante dessas reflexões, esta pesquisa baseou-se nas questões colocadas por Escobar (2010), quando aponta que práticas ecológicas alternativas podem ser documentadas, mas sem perder a dimensão de que essas mesmas práticas e/ou resistências são objetos em disputa de muitas localidades. Dessa forma é possível contribuir com diferentes representações da realidade. Somente no espírito do pós-desenvolvimentismo poderemos repensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos chaves da política do lugar. (ESCOBAR, 2010).

Nessa abordagem de território da diferença, o campo da “cultura e desenvolvimento” são importantes, pois o que se encontra são territórios distintos em seu sentir, pensar e agir, ou seja, é preciso ver o território como um lugar de diferenças. Nesse aspecto, a abordagem da cultura como diferença radical torna-se interessante, pois considera todos os saberes existentes nas comunidades e valoriza-se todas as epistemes, não classificando um saber como superior ou inferior, rompendo com o enquadramento da modernidade. O território é visto como lugar de vida com sua cosmovisão, onde saberes ancestrais com sua relação com a natureza são destacados e reconhecidos. Da mesma forma, (ESCOBAR, 2014) apresenta o território como um templo de cada comunidade, de inter-relações com o mundo natural. Esta inter-relação gera cenários de sinergia e complementariedade entre o mundo homem-mulher e para a reprodução de outros mundos; ou seja, o território é o espaço onde o sujeito desenvolve coletivamente o seu ser, em harmonia com a natureza.

Nesse mesmo sentido, o conceito de Bem Viver é apresentado por (QUIJANO, 1992), como uma expressão das populações indígenas da América Latina que se configuram como uma alternativa de vida social e que só pode ser realizada com a decolonialidade do poder (QUIJANO, 2016 p. 77). Além de Quijano,

outros autores, como (MACAS, 2010), sintetizam os conceitos que orientam esse “Bem Viver”, como as experiências de lutas contra a colonialidade, as estratégias de resistência à modernidade, a luta estratégica contra hegemônica por um sistema distinto do modelo capitalista neoliberal e o regime colonial atual, que seguem rumo a uma unidade estratégica de todos os povos (MACAS, 2010, p. 179).

(MACAS, 2010) traz outro conceito que se relaciona com esta forma de bem viver, ou bens viveres. Para o autor, a cosmologia de Sumak Kawsay, que para ele se apresenta como a conformação e a vigência do sistema de vida desse “Bem Viver” e o sistema de vida, é comunitário (MACAS, 2010, p. 180). Para o autor, trata-se de um conceito e uma prática fundamental na vida do sistema comunitário – é uma vivência, um pensamento que se constitui o pilar fundamental do processo de construção social do sistema comunitário de Abya Yala (MACAS, 2010, p. 180).

Ainda sobre a perspectiva da escala do comunitário como um sistema de vida, Macas destaca que o comunitarismo é um modo de vida das civilizações de Abya Yala, é onde se pratica e onde se sobrevive esse sistema e concepção de vida (MACAS, 2010, p. 180). Segundo ele, desde a visão das nacionalidades originárias o comunitário é constituído pela comunidade e seu entorno, e todos os elementos da comunidade natural. (MACAS, 2010, p. 180). Por fim, para ele essa é a mesma concepção em que se predomina a noção e denominação do conceito de território, é nesse espaço que se promove todas as possibilidades de vida (MACAS, 2010, p. 183). O território para alguns grupos afrodescendentes e indígenas não é visto como ideia de “terra”. Ela questiona a concepção de território como propriedade. É visto como apropriação coletiva, de práticas sociais, ecológicas, econômicas e de rituais, onde o conceito de fronteira fixa não existe, e sim, redes com territórios vizinhos (ESCOBAR, 2014).

Nesse sentido, ao pensarmos em territorialidades, partimos de uma concepção voltada para a cooperação e uma abordagem dialógica e participativa, valorizando a autonomia decisória, a criatividade, a preservação e conservação da natureza, as identidades, o conhecimento popular, a ancoragem, o lugar etc. num movimento contrário à reprodução ampliada do capital e ao Estado burguês (SAQUET, 2011,2015,2017; SAQUET, DANSERO e CANDIOTTO, 2012). Destacando-se concepção histórica, reticular, relacional e *pluridimensional*

(DANSERO e ZOBEL, 2007) ou (i)material que reconhece efetivamente as relações sociedade-natureza (SAQUET, 2007).

A concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial para as comunidades tradicionais, compreende uma perspectiva do fortalecimento da abordagem territorial histórico-crítica e reticular, pois a territorialidade é percebida como um conjunto de relações que se inscrevem no tempo e no espaço, ou seja, permanentemente existe as relações bio-sociais multi-laterais (SAQUET, 2015). Urge nesse momento uma territorialidade ativa (SAQUET, 2007, 2015, SAQUET e SPOSITO, 2008) com cooperação para o desenvolvimento destas territorialidades por meio de uma práxis transformadora (dialógica, crítica e reflexiva) para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia. (SAQUET, 2017; SAQUET e SPOSITO, 2008; RAFFESTIN, 1993).

Assim, o território é um campo de forças e de poder (pluridimensionais), onde é necessário a articulação de redes, por meio da comunicação e informação, o reconhecimento das identidades, para que se possa dentro desta relação de poder existente no território haver a apropriação, controle e dominação, resistência, mobilização, luta. Compreendendo o território e lugar, como espaço de organização política, mobilização, luta, resistência e organização de projetos de desenvolvimento territorial que promovam uma política cultural em defesa do lugar e da natureza. Onde estas glocalidades (que são tanto locais como globais) poderiam proporcionar reorganizações visíveis do lugar de baixo para cima e a reconquista do espaço partindo do próprio lugar que operam (ESCOBAR, 2005).

### 2.3 ÁGUA E TERRITORIALIDADES: O LUGAR DA NATUREZA E A NATUREZA DO LUGAR

A água influencia no que se refere a vida social, em todas as suas dimensões históricas e geográficas, que vão desde a política, cultura, economia, as tecnologias, a energia, a institucionalidade, as religiosidades, as espiritualidades, a dimensão jurídica e ambiental. A água estabelece diferentes vínculos e relações entre os seres humanos e as demais formas de vida, é um elemento natural, cuja

falta impede a vida na Terra, é um bem comum, mas que nem todos na humanidade têm acesso (SHIVA, 2006).

Qualquer atividade humana implica mais ou menos água, direta ou indiretamente. Mesmo as grandes aglomerações urbanas não podem prescindir da água para as diversas atividades que nelas se desenvolvem e para o abastecimento de suas populações. Enfim, a água, diferentemente de qualquer outro mineral, é insubstituível (SHIVA, 2006).

Sendo assim ao observarmos as águas, é possível pensar como são formados os habitats humanos, ou seja, os territórios em que nos organizamos como sociedade. Neste sentido, a água configura-se como o exemplo mais emblemático da distorção entre sociedade e natureza (GRZYBOWSKI, 2014). Ou seja, as águas, por serem complexos sistemas de drenagem, a partir das bacias hidrográficas, estão no centro natural de territórios de todo planeta. No entanto para (GRZYBOWSKI, 2014)., ao longo da história, a sociedade transformou as bacias em fronteiras humanas, a partir de limites administrativos ao invés sistemas naturais integradores.

Sob este aspecto também cabe destacar que distribuição geográfica da humanidade pelo planeta nos dá amostras que foi em torno dos rios, dos lagos, dos oásis ou junto ao litoral, sobretudo próximo às desembocaduras de rios que se encontram as maiores densidades demográficas. Neste sentido, as relações da sociedade com a água vão muito além das cadeias produtivas, pois está presente nas inúmeras ações cotidianas, assim como está presente no território e também na formação da cultura de diferentes povos (SHIVA, 2006)

Para (ESCOBAR, 2005) essa diferença de concepções e relações com a natureza, é concebida explicitamente em termos de diferenças culturais, e da diferença ecológica que a natureza significa para diferente povos. Ou seja, são identidades originadas numa vinculação cultural e ecológica a um território (ESCOBAR, 2005). Diante disto a conceituação de água como um recurso a ser explorado fere diretamente a outras formas de pensar e se relacionar com a água, que vão para além de um simples recurso, ou um bem de valor econômico. Neste caso a água se apresenta como parte da sociedade, assim como a sociedade sendo parte das águas.

Ainda sob este aspecto tais vínculos configuram lugares e territorialidades distintas, diante à transformação deste importante elemento, essencial à vida, em



apenas um recurso. Esta dimensão revela-se novamente com uma marca da colonialidade e da modernidade presente nas relações da sociedade e de como cada indivíduo se relaciona com a natureza. Diferentemente dos povos e comunidades tradicionais, que se organizam a partir de modelos locais da natureza, e podem igualmente ser reinterpretados como constitutivos de uma série de práticas não-capitalistas, muitas, apesar de que não todas, ecológicas (ESCOBAR, 2005)

Segundo, (PORTO, 2009) a água se configura como um trunfo de poder sobre os povos e os territórios e conforme o aumento e o avanço da sociedade capitalista, estabelece-se com grande força e intensidade nos territórios e nas lutas sociais mundiais do presente e no futuro. Nesses conflitos estão presentes diversas reivindicações que vão desde o controle, acesso e gestão constantemente ameaçados sobre a lógica da apropriação e privatização sob o uso das águas por grandes corporações ou empreendimentos de desenvolvimento. Nesse sentido, cabe destacar que a água na história da sociedade ocidental capitalista está para além do papel essencial à manutenção da vida, se configura como um recurso estratégico que traz importantes e estruturais implicações em diferentes esferas da vida e nos territórios, ao ser considerado como um bem de valor econômico altamente rentável.

De acordo com (PORTO, 2008), o domínio territorial dos corpos d'água é inerente a qualquer comunidade de vida, pois somente os corpos d'água se inscrevem como fundamentais para qualquer comunidade biótica, inclusive a espécie humana. O autor ainda afirma ser inegável perceber esse trunfo de poder, que se configura sob o controle e gestão da água, pois se articula diretamente aos domínios dos territórios. Sendo assim, o território é uma categoria de análise que nos remete obrigatoriamente à inscrição da sociedade e da natureza, ao considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza (PORTO, 2008). Para o autor, a problemática ambiental ganha maior consistência quando analisada a partir do território, das territorialidades e dos processos de territorialização (PORTO, 2008).

Diante disto ao assumir esta abordagem, que busca considerar diferentes epistemes e conhecimentos locais sobre as águas e suas territorialidades, é necessário compreender essas diferentes formas de pensar, de maneira decolonial. Ou seja, buscar referências e parâmetros que considerem as águas não como um

recurso a ser explorado. Nesse sentido, cabe destacar que ao considerar a água como um recurso a ser gerido, usado, esgotado não estamos buscando o cuidado e a importância devida quando verificamos que para diferentes territórios e povos, as águas são elementos fundamentais para garantia dos seus modos de vida, assim como sua formação cultural.

Diante deste contexto, o desafio ambiental está inteiramente ligado ao processo de globalização neoliberal, porque requer da sociedade uma compreensão mais sistêmica e complexa do conjunto de relações que envolve o processo de desenvolvimento da humanidade no planeta (PORTO, 2008). Neste aspecto, cabe destacar que, as instituições financeiras internacionais também cumprem um papel fundamental e efetivo nestas negociações ao trazerem seus próprios conjuntos de interesses e políticas para o setor, influenciando diretamente a sociedade. O Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é um dos principais provedores de finanças para água e outros projetos de desenvolvimento e infraestrutura na região da América Latina (PORTO, 2008). Ou seja, consolidam um promissor ramo de negócio, por ser excessivamente lucrativo e ao mesmo tempo de extrema necessidade humana.

Segundo, (SHIVA, 2006), a crise da Água é a dimensão mais difusa, mais severa e mais invisível da devastação ecológica da Terra, A água está disponível mas somente se as fontes de água são renovadas e usadas dentro dos limites da sua capacidade de renovação. Para a autora quando a filosofia do desenvolvimento centrado na economia de mercado e capitalista, corrói o controle comunitário e, em vez disso, promove tecnologias que violam o ciclo da água, como as barragens, a escassez é inevitável.

Nesse sentido para (SHIVA, 2006) apresentam-se dois paradigmas para explicar as crises atuais: o paradigma do mercado que constrói a escassez da água como uma crise que resulta na criação de comércios de água, e desta forma a água passa a ser mercadoria de alto valor e há também o paradigma dos povos originários, camponeses e comunidades tradicionais que tem a água como elemento não somente de consumo, mas como um bem comum, que orientam suas práticas, saberes e espiritualidades de forma comunitária (DIEGUES, 2010).

Para (ESPINOZA, 2016) esta reflexão quando aponta que este desafio ambiental se relaciona com a construção discursiva sobre a polaridade entre países

desenvolvidos e de desenvolvimento. Ou seja, a ideia de finitude dos recursos naturais surge como um desafio à conciliação das ambições nacionais ao longo do globo, e portanto, a produção discursiva que vem se consolidando é a ideia de desenvolvimento sustentável, pois está relacionada à necessidade, a partir de transferência de conhecimento e tecnologia para que os países pobres sejam capacitados para desenvolver um crescimento limpo (ESPINOZA, 2016).

As formas de apropriação, mercantilização e privatização da água ocorrem de diversas maneiras, desde a geração de energia hidroelétrica, ao colocar como base da estrutura do “desenvolvimento” a água como matriz energética, como no caso do Brasil. Ocorre ainda por meio da construção do discurso da escassez, das secas e dos desastres ambientais que também são usados pelas grandes empresas e pelos meios de comunicação para impulsionar a mercantilização e privatização da água no mundo. No entanto em diferentes territórios o que se destaca são as criações dos mercados de água, juntamente à extinção dos serviços públicos, sob pressões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) (PORTO, 2006, p. 433).

Neste sentido, (ESCOBAR, 2014) apresenta as lutas pelos lugares e territórios como forças importantes contra a colonialidade e ideia de desenvolvimento. (ALIER, 2007, 2017) destaca e questiona sobre os valores colocados em jogo, pelos defensores de rios nos seus locais, frente a privatização, mercantilização e a transformação da água em capital, como uma marco importante no que se refere às lutas em relação a natureza. Ainda sob este aspecto vale ressaltar que essa lutas locais estão intrinsecamente ligadas também a uma disputa ideológica.

Sendo assim, a privatização, a mercantilização e a transformação da água em capital acumulado se dão, sobretudo, por grandes corporações transnacionais, que de acordo com (PORTO, 2006), atuam para criar um novo modelo de regulação da água em escala global. O mercado transforma a água em uma mercadoria internacional gerando lucro e acumulação privada ao capital pela apropriação das reservas estratégicas de águas superficiais e subterrâneas e pela privatização dos serviços de água e concessões e outorgas de uso das águas (PORTO, 2006).

O processo de privatização dos rios e das águas, principalmente nos países considerados em desenvolvimento, está cada vez mais acelerado, como no Brasil.

Assistimos à exportação desse elemento vital para os países tidos como desenvolvidos na forma de produtos, serviços e mercadorias, sem mesmo perceber que a privatização da água se expressa de diferentes formas sutis e que vão além do controle do serviço de abastecimento domiciliar. Esta ação sutil de privatização das águas, está na mesma medida subjetiva da colonialidade das mentes, dos corpos, saberes e dos territórios quando usam de lógicas que não dialogam com suas especificidades e que se materializam em ações que vão desde a transferência de responsabilidades da gestão e da distribuição das águas aos municípios, às Parcerias Público Privadas (PPP), ou até leilões de hidrelétricas, concedendo por décadas o direito de exploração dos recursos hídricos a uma única empresa.

Como exemplo em relação à construção de barragens para o funcionamento de hidrelétricas ou transposição de cursos d'água, os ativistas canadenses (BARLOW, CLARKE, 2003) também advertem para os prejuízos que “a remoção de grandes quantidades de água de seus abrigos têm o potencial de destruir ecossistemas”. Por exemplo, a diminuição dos níveis de água podem criar sumidouros e secar poços. Enormes custos de energia também estariam associados com a ampla movimentação da água, pois os desvios de água existentes e os megaprojetos hidrelétricos já estão causando mudanças no clima local, reduzindo a biodiversidade, perda de florestas e a destruição de hábitat de peixes e das terras úmidas, assim como culturas inteiras.

De acordo com (SHIVA, 2006), o conceito da escassez, aliado ao do crescimento e desenvolvimento, acarreta “numa forma de roubo” da natureza e das pessoas. A autora coloca que reduzir florestas naturais e convertê-las em monocultura de pinheiros, por exemplo, para criar matérias-primas industriais, gerar renda e crescimento, é umas principais formas de “roubar” águas dos territórios (SHIVA, 2006). Ou seja, a agricultura industrial também opera como uma forma de roubo da natureza e dos pobres, assim como a construção de gigantescas hidroelétricas de alta tecnologia e os desvios dos sistemas de rios. (BARLOW, CLARKE, 2003, e ALIER, 2017)

(ESPINOZA, 2016) traz elementos importante para pensarmos sobre as estratégias do mercado ao criar o Conselho Mundial da Água (CMA). Segundo ele, criou-se esta organização de caráter multilateral envolvendo diversos atores relacionados à gestão e ao uso da água, na qual se destaca, também citado por

(PORTO, 2006), um grande número de empresas transnacionais. Entre as atribuições do CMA estão as quatro linhas de ação vinculadas às Metas do Milênio referentes aos recursos hídricos e ao saneamento básico, que têm por objetivo formar a opinião pública internacional e destacar lideranças de países sobre a ‘visão mundial da água’, uma espécie de doutrina do Conselho, ou melhor, a visão única da água (RIBEIRO, 2009 e ESPINOZA, 2016).

Desta forma, as grandes corporações vêm construindo uma ideologia, que vê como problema as múltiplas e diferentes visões acerca das águas, e a partir de uma única visão visa tornar a água “um negócio de todos”. Entretanto, nesta visão colonial, desenvolvimentista e mercantilista, a água está associada à ideia do comércio para toda a população, como apenas usuários e consumidores. Neste sentido, o princípio da liberalização vem sendo perseguido para tornar legítimo o controle e a comercialização da água (PORTO, 2008). O autor afirma que estão sendo construídas as condições para que o CMA possa se afirmar como protagonista e com legitimidade, em escala global<sup>9</sup>, para decidir sobre o controle a gestão da distribuição da água no mundo (PORTO, 2008).

Conforme (ESPINOZA, 2016), centenas de acordos e encontros internacionais entre governos e também organizações não governamentais foram realizados, mas foram poucas as deliberações que desempenharam um papel significativo no cenário global para a gestão das águas de forma transparente e justa. O autor ainda afirma que mesmo diante as tentativas de envolvimento e participação de diferentes setores, a perspectiva sociológica pela colonialidade de poder aponta que existe uma hierarquização de saberes e uma subalternização de grupos que não dominam os elementos prestigiados nas arenas de debate sobre a água.

Neste sentido, (PORTO, 2009) nos questiona sobre a necessidade de garantir o controle do território como algo central para o capitalismo se manter, visto que é na materialidade territorial que concentra-se o controle dos trunfos de poder, como a energia por exemplo. Para ele, controlar a energia é uma questão estratégica, pois com isso, controla-se o trabalho em potencial:

---

9 Aqui Porto destaca quem são os gestores globais - as grandes corporações transnacionais e grandes organizações adequadamente chamadas não governamentais no ideário neoliberal (PORTO, 2006, p. 436).

Quando a natureza concentra geograficamente uma determinada matéria a que uma determinada sociedade atribui significação (valor), menor é o dispêndio de energia necessário para torná-la socialmente útil. Melhor ainda se a matéria concentrada é, ela mesma, energia. Nesse caso, matéria das matérias, pois por meio dela todas as outras matérias podem ser transformadas. O controle desses espaços (território) na sua materialidade torna-se central e em especial, para o capitalismo (e os capitalistas), o controle da energia" (PORTO, 2009, p. 30).

Portanto, é fundamental a compreensão de que a água é um bem comum que não pode ser gerido por interesses privados e que, mesmo uma gestão pública, a partir do Estado, que em teoria deveria prezar pelo bem comum, sem controle social, participação democrática e o entendimento das diferentes territorialidades, poderá priorizar o atendimento aos grandes interesses privados, como ocorre em casos de concessões de fontes de exploração mineral ou as PPP's (RIBEIRO, 2009).

Diante deste cenário, o mercantilismo da água, em particular, é visto como uma agressão direta aos modos de vida que têm a água como um bem comum. Para Shiva (2006), a água na Índia é entendida como "a própria vida da qual nossa terra, nossa comida, nosso sustento, nossa tradição e nossa cultura dependem". Como "a linha vital da sociedade", a água é "uma herança comum sagrada, a ser adorada preservada e compartilhada coletivamente, usada de maneira sustentável e igualmente distribuída em diferentes culturas" (BARLOW, CLARKE, 2003, p. 105).

Na Índia, por exemplo, espaço, ar, energia e água eram vistos tradicionalmente como "incapazes de serem considerados em relações de propriedade" (SHIVA, 2006). Não eram tratados como propriedade privada, mas como "propriedade de uso comum" e não estavam sujeitos às forças de mercado, como as leis de demanda e de oferta. Pelo contrário, essas dimensões de vida comum foram consideradas de importância universal e, em muitos aspectos, tidas como sagradas. Dessa forma, esses suprimentos comuns seriam protegidos e preservados pelos governos por intermédio do setor público ou, mais diretamente, pelas comunidades locais (SHIVA, 2006).

Os pesquisadores alertam também que "a transformação de um 'bem de propriedade comum' em mercadoria privada podem nos levar a perdas irreversíveis em nosso ambiente e no sustento de nossos povos" (BARLOW, CLARKE, 2003, 105). Portanto, a resistência para combater o mercantilismo d'água e a defesa do seu "desmercantilismo" deve ser defendida, declarada e mantida como um bem

comum. Os autores destacam que isso se estabelece igualmente para o acesso à água como dever prioritário para a vida e para justiça (BARLOW, CLARKE, 2003). Neste sentido, a água, por ser transversal em essência, tem potencial de convergir movimentos, organizações e redes setoriais na crítica e superação do desenvolvimento hegemônico, colonial, racista, capitalista e neoliberal.

Conforme nos mostra (SHIVA, 2006), a água, bem comum a todas as formas de vida, não será destruída desde que haja o uso controlado por regras de conservação de base comunitária. Ou seja, essa é a única estratégia que tem sido comprovadamente próspera para a conservação da água e atualização dos direitos comuns de propriedade, para que dessa forma os padrões de uso sejam governados pelos limites de regeneração e os limites de igualdade da água (BARLOW, CLARKE, 2003).

Neste sentido, cabe ressaltar que a categoria de Bem Comum foi desenvolvida e aprofundada por Elinor Ostrom, em “Common Pool Resource” ou Governança dos Bens Comuns. Em seu livro, a autora apresenta inúmeros estudos empíricos com comunidades que realizam, de forma bem sucedida, a própria gestão de recursos comuns – entre eles os casos dos rios, das florestas, dos lagos, entre outros (OSTROM, 2000). A autora concluiu em sua obra que os resultados neste tipo de gestão são mais eficientes, e que nessas comunidades o comportamento dos agentes distancia-se do egoísmo, escassez e individualismo apresentado em outras abordagens.

Os bens comuns vão além das reservas finitas de riquezas planetárias, não são bem de responsabilidade de um governo determinado nem de uma pessoa física ou jurídica. Trata-se das calotas polares, mas também dos oceanos e dos mares, dos nossos rios, dos lençóis freáticos de águas subterrâneas, do ar que respiramos, do conhecimento produzido pela humanidade, dos animais que ainda povoam o planeta, da beleza das paisagens e de outros bens essenciais para as nossas vidas, e que estamos maltratando ou simplesmente destruindo (DOWBOR, 2015).

Para (DOWBOR, 2015) é necessário elaborar pactos para a gestão coletiva de um bem comum, que pode tornar-se escasso e apenas parcialmente renovável. Essas negociações de um bem comum como a água, deve necessariamente dimensionar um tipo de mecanismo participativo de negociação, que vai além dos

parâmetros da economia de mercado e da simples codificação impositiva através de leis e controle estatal (DOWBOR, 2015).

Os estudos de (OSTROM, 2000) revelam ainda que desde que o conjunto de princípios e de regras de propriedade coletiva estejam bem definidos, sejam aceitos e respeitados por todos, consegue-se evitar a sobre-exploração dos bens comuns. A autora destaca que trata-se de um regresso às origens da gestão comunitária e do ideal de cooperação, e para ela essa abordagem reforça a cooperação, evita o individualismo e procura o bem estar social da comunidade (OSTROM, 2000).

Diante destes contextos podemos afirmar que a luta pela água é também uma luta por território, uma vez que se procura legitimar diferentes formas de relação com a água, de acordo com os interesses dos sujeitos sociais. Dessa forma, a polarização entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos contribui para organizar o discurso sobre a crise da água: a solução está no Norte e o problema, no Sul (ESPINOZA, 2016).

Para (PORTO, 2012), a matriz de racionalidade hegemônica do mundo ocidental, sobretudo a partir do iluminismo e da revolução industrial, vem sendo desenvolvida para dominar a natureza, fundamentada nas relações de dominação. E dominação é, sempre, em algum grau, a negação do outro, o que é válido tanto para povos, para etnias, para grupos e/ou classes sociais como para a natureza (PORTO, 2012).

A água está no centro da luta de classe, de raça e também do desenvolvimento. Neste sentido a disputa em torno da água configura-se como uma disputa epistemológica, na medida em que racionalidades e formas de se relacionar com a água questionam a definição de valor econômico da água, assim como a de direito público, e a colocam no lugar de bem comum. Tais apontamentos colocam que conceitos que valorizam a água somente como um recurso são rasos e insuficientes, pois não dão conta da complexidade com a qual a água envolve os territórios e as comunidades que sentem e pensam com as águas e com os rios.

Por fim, é necessário ressaltar que parte desta visão sobre a água como recurso se dá em virtude das racionalidades urbanas, onde se trata a água como um recurso a ser explorado, assim as instituições dominantes que regulam a distribuição e gestão da água, saneamento e da produção de energia. Torna-se necessária esta



observação pois é justamente este olhar urbano-industrial-hegemônico que se impõem no meio rural e nos territórios das comunidades e povos tradicionais.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 A METODOLOGIA E SUA EPISTEMOLOGIA: PONTO DE PARTIDA DA PESQUISA SOCIAL NA ABORDAGEM DECOLONIAL

Como fundamentação teórica, esta pesquisa amparou-se na Sociologia Sentipensante, da obra de Orlando Fals Borda<sup>10</sup> (2009), pois buscou entender e compreender os saberes gerados a partir dos conflitos no território do Vale do Ribeira, mais especificamente em defesa do Rio Ribeira de Iguape. A Sociologia Sentipensante permitiu que a metodologia proposta nesta pesquisa fosse além do apenas racionalizar, teorizar e escrever, já que o autor defende que nas terras do Sul<sup>11</sup> é preciso também sentir, estar junto, estar com, estar pelos, estar para os sujeitos envolvidos na pesquisa de forma comprometida e responsável (BORDA, 2009).

Segundo (BORDA, 2009), ao pensar a pesquisa científica, aborda uma ciência comprometida, enfatizando que o método não tem resposta e que o pesquisador é apenas um mediador, sendo necessário então combinar a observação com a prática e com a participação autêntica. Ou seja, para ele, ao realizarmos a investigação de forma comprometida e rompendo com o olhar colonial, buscamos a construção de uma nova universidade, como também uma nova sociedade (BORDA, 2009). Dessa forma, o pesquisador assume uma posição ativa, comprometida e transformadora junto com a comunidade, e pratica uma ciência que confia nas suas gentes e nos seus povos, não somente uma coleção de técnicas (BORDA, 2009).

Para (BORDA, 2009), o ato de investigar de forma comprometida não se resume só em atuar ou em participar, mas também se configura como uma filosofia de vida, pois há uma redefinição do lugar do pesquisador, que caminha ao lado dos

---

10 A obra e vida de Borda ficou conhecida não somente por problematizar a forma de investigação científica, rompendo com a epistemologia clássica da ciência colonial positivista, mas principalmente por promover uma ruptura epistemológica ao romper com a relação dos sujeitos e objetos de pesquisa. Para ele é necessário pensar uma ciência popular, comprometida com a justiça social e que busca refletir sobre os sistemas de valores de grupos tradicionais que resistem frente aos poderes hegemônicos (BORDA, 2009).

11 Cabe retomar a ideia de Epistemologias do Sul enquanto diversidade epistemológica do mundo (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19). Nesta perspectiva, o sul é utilizado como metáfora de um campo epistêmico desafiador que procura “[...] reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”, ou seja, está para além do sul geográfico, uma vez que no interior do norte geográfico as classes e os grupos sociais também estão expostos à dominação capitalista e colonial. Porém, no sul geográfico há aqueles e aquelas que se beneficiam com tal dominação (p. 460).

movimentos e não à frente (BORDA, 2009). Segundo o autor, o ser “Sentipensante” é aquele que escuta, e que sabe relacionar a razão (racionalidade científica) e a emoção (intuição/observação) (BORDA, 2009). No entanto, não se trata só de ter empatia com as classes e povos oprimidos, mas sim de respeitar a singularidade dos povos, sua diversidade e suas diferenças, e principalmente a voz, o pensar, o agir e o direito de existir dessas pessoas e comunidades, assim como suas racionalidades. Somente quando combinamos as duas racionalidades, a da razão e da emoção, poderemos alcançar o “sentir pensar” (BORDA, 2009).

O autor ainda destaca que não cabe pensar que a Sociologia produzida com essas preocupações intelectuais e técnicas pode ser maior ou menor que aquelas defendidas pelos cientistas puristas que se dizem neutros (BORBA, 2009, p. 237). Para ele, trata-se de refletir que não podemos conceber uma Sociologia sem a política, isso é, sem que tomemos “partido” frente a ações que de alguma forma afetam os interesses da coletividade (BORBA, 2009, p. 238).

Neste sentido (MINAYO, 1992) afirma que o campo da pesquisa social não é transparente, ou seja, para a autora o aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de ela ser intrínseca e extrinsecamente ideológica. Desta forma, para a autora, o pesquisador, assim como os seus interlocutores e observadores, interferem no conhecimento da realidade, e portanto, a pesquisa social nunca é neutra Minayo (1992). Na pesquisa de abordagem qualitativa e cunho social e histórico a metodologia vai muito além da utilização de técnicas, ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com as formas de pensar a realidade (MINAYO, 1992).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade (MINAYO, 1992). No entanto, não se pautando por escalas somente numéricas, cabe uma pergunta importante neste momento, também colocada pela autora: “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?”.

Neste sentido, (MINAYO, 1992) aponta que a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Sendo assim, a abordagem qualitativa proposta para a investigação se complementa e segue os apontamentos de (MINAYO, 1992) em relação à natureza não quantificável desse tipo de processo de pesquisa:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes. Desta forma, a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica (MINAYO, 1992, p. 43).

É necessário destacar que a dinâmica desta pesquisa também se deu em um contexto de constante transformação. Conforme (FERREIRA, 2010), “a dinâmica será estabelecida através de ciclos, como um processo espiral, que começa a partir de um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório, mas que seja capaz de dar origem a novas interrogações para o território pesquisado” (FERREIRA, 2010, p. 19).

Ainda sobre a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa, (MINAYO, 1992) destaca que “o método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto um objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas), que une dialeticamente o teórico e o empírico” (MINAYO, 1992, p. 35). Portanto, segundo a autora, o lugar primordial é ocupado pelas pessoas e grupos convivendo em uma dinâmica de interação social, representando uma realidade empírica a ser estudada (MINAYO, 1992, p. 43); porém o processo de campo nos leva à reformulação dos caminhos da pesquisa.

Diante disto, esta pesquisa utilizou-se de técnicas que orientam a pesquisa social enquanto estratégia de compreensão da realidade, e sua principal função é retratar as experiências vivenciadas, bem como as pessoas, grupos ou organizações. Como pode ser verificado no (QUADRO 1), a partir da elaboração de questões da pesquisa, tornou-se necessário realizar uma revisão bibliográfica, delimitar os instrumentos de pesquisa, executar o trabalho de campo e analisar os resultados.

A partir de uma pesquisa de um estudo micro social, espera-se contribuir com o entendimento e a compreensão epistêmica dos povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, ao levantar a história de luta e resistência em defesa da água, para então saber quais foram os fatores e elementos simbólicos e não

simbólicos que tais grupos e comunidades utilizam para resistir às diferentes pressões.

QUADRO 1 - SÍNTESE DAS ETAPAS PESQUISA

<b>1º Fase - Exploratória:</b> - Familiaridade - Aproximação - Contato com a realidade - Fundamentação teórica	Constatação do problema Elaboração de questões de pesquisa e objetivos Definição de estratégias de trabalhos Construção do arcabouço teórico (desenvolvimento na abordagem decolonial, território e o “sentir pensar” e água como bem comum)	
<b>2º Fase - Trabalho de campo:</b> - Obtenção de dados e informações por meio de metodologias participativas - Abordagem qualitativa e decolonial	Busca de análise de dados e informações	Observação participante Análise documental Entrevistas semiestruturadas História oral temática (Caderno de campo, gravação, fotografia) Pesquisa-ação-participativa
<b>3º Fase - Análise e Interpretações:</b> - Sistematização - Análise de conteúdo - Ordenação e classificação - Categorização	Confronto com os pressupostos iniciais Análise de dados coletados Resultados e discussões Considerações finais Elaboração da dissertação	
Resultados e discussão		

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de Ferreira (2010).

A metodologia se deu a partir da pesquisa social, participativa, com abordagem decolonial e utilizou-se da pesquisa ação, observação participante e história oral como técnicas de coleta de dados, sendo possível com a contribuição da memória dos participantes do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira – O MOAB. Para o desenvolvimento das ferramentas, os métodos escolhidos para esta pesquisa foram: análise documental, pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, técnica *snowball*, caderno de campo, roteiro de entrevistas semiestruturadas, história oral, análise e interpretação dos dados e resultados.

O (QUADRO 1) refere-se ao resumo das etapas da pesquisa que foi dividida em 03 momentos, o primeiro de caráter exploratório, com a identificação do problema, elaboração teórica acerca das questões a aprofundar e também a elaboração do projeto de pesquisa e definição de plano de trabalho. Num segundo momento fez-se necessário a participação em atividades organizadas pelo MOAB, EAACONE e outros segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais na região. Ainda neste momento foram realizadas as entrevistas com os integrantes do

movimento e participação do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira como pesquisadora e educadora.

Na fase final as atividades foram direcionadas a análise de dados coletados, aprofundamento teórico sobre as questões levantadas e redação da dissertação final. Conforme (QUADRO 2) para melhor acompanhamento foram listadas as ferramentas e métodos utilizadas para cada objetivo da pesquisa.

QUADRO 2 - TÉCNICAS E OBJETIVOS DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA

Ferramentas e Métodos	Pesquisa	Objetivos
Análise de documental Teses, artigos e dissertações Análise de dados socioeconômicos	Compreender o contexto histórico das comunidades e grupos envolvidos na resistência contra Tijuco Alto, em defesa do Rio Ribeira de Iguape	Elaborar um quadro teórico sobre desenvolvimento, colonização, decolonialidade e território
Pesquisa bibliográfica e Revisão de literatura		
Seleção de participantes da pesquisa (Snowball)	Articulação com os sujeitos envolvidos na pesquisa	Sistematizar o histórico de resistência dos grupos e comunidades tradicionais à luz do projeto de construção da usina Hidrelétrica de Tijuco Alto
Gravador	Registro das entrevistas	
Diário de campo	Anotar observações, descrição de detalhes, percepções, comportamentos e dúvidas que surgirem no decorrer da pesquisa	
Entrevistas semiestruturadas	Identificar como foi o processo de resistência na região, através das memórias dos envolvidos	
História Oral (Lideranças/atores sociais locais)	Buscar um olhar dos sujeitos envolvidos na resistência, contra UHE Tijuco Alto, em diferentes perspectivas, como também na subjetividade presente das memórias	
Registro	Por meio das vozes e memórias, registrar a luta contra UHE Tijuco Alto e os saberes oriundos dessa resistência no Vale do Ribeira	Registrar as percepções e saberes dos grupos envolvidos nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape
Documental		Identificar as ameaças e desafios relacionados à defesa do território do Vale do Ribeira

FONTE: Autora (2017), baseada na tese de FERREIRA (2010) e dissertação de MARTINS (2017)

### 3.2 LOCAL DE ESTUDO: UNIVERSO E AMOSTRA

A região do Vale do Ribeira está localizada ao sul do Estado de São Paulo e ao norte do Estado do Paraná e compreende a bacia hidrográfica<sup>12</sup> do Rio Ribeira de Iguape e do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananeia e Paranaguá<sup>13</sup>. Sua área é de 2.830.666 hectares e concentra uma população de 481.224 habitantes, uma população de quase meio milhão de habitantes, sendo a população rural corresponde a quase 38% do total.

A bacia inclui integralmente a área de 31 municípios, sendo 09 paranaenses e 22 paulistas. Existem ainda outros 21 municípios no estado Paraná e outros 18 no Estado de São Paulo parcialmente inseridos na bacia do Ribeira ou que fazem parte da mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, composta por 39 municípios dos estados de SP e PR, que faz parte do Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas do Governo Federal.<sup>14</sup>

Levantamentos preliminares realizados em algumas dessas UCs encontraram dezenas de espécies ameaçadas de extinção. Entre elas o mono carvoeiro, a onça-pintada, a jaguatirica, o veado campeiro, a jacutinga, o jacaré-de-papo-amarelo e o papagaio-de-cara-roxa, além de 42 espécies endêmicas, como o beija-flor rajado, o boto cinza, o zabelê e o mico-leão-da-cara-preta. Por fim, é importante destacar que a coleta de dados da amostra de pesquisa se restringiu aos

---

12 A Bacia Hidrográfica é apresentada neste projeto como unidade espacial/territorial para o território não como um palco, substrato para as ações, mas sim como um campo e forças e relações de poder espacialmente delimitadas (PORTO, 2009). Rodrigues (2006) adota a bacia hidrográfica como delimitação territorial para a gestão das águas. Em outras palavras, o autor aponta que a bacia passa a ser a unidade de planejamento que integra as políticas para a implementações de ações conjuntas visando o uso, a conservação e a recuperação das águas.

13 Ao longo dos 140 km de extensão do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá vivem cerca de 80 comunidades caiçaras, formadas por 2 456 famílias. Seu modo de vida caracteriza-se principalmente pela relação de interação com a natureza, seus ciclos e recursos renováveis. A atividade pesqueira de subsistência, sua principal atividade econômica, é realizada de modo artesanal e com baixo impacto ambiental. Tal como a economia, as atividades culturais e sociais são pautadas na organização em torno da unidade familiar, domiciliar ou comunal (NASCIMENTO, 2012)

14 As Mesorregiões Diferenciadas são espaços subnacionais contínuos que compreendem territórios de um ou mais estados da Federação, menores que as Macrorregiões, com identidades definidas e objetivos específicos voltados para a identificação de potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas, culturais, político-institucionais e ambientais que propiciem uma ação mais efetiva das políticas públicas. As mesorregiões são, ainda, subespaços político-institucionais criados na busca de uma ação territorial mais efetiva e coordenados das políticas públicas com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais, promovendo novas dinâmicas do desenvolvimento. (PLANO DE AÇÃO DA MESORREGIÃO DIFERENCIADA VALES DO RIBEIRA E GUARAQUEÇABA, 2008)

participantes do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira, o MOAB, com sede na cidade de Eldorado/SP, localizada na região do médio Vale.

FIGURA 1 - MAPA DO VALE DO RIBEIRA

FONTE: Autora (2017)

### 3.3 COLETA DE DADOS

#### 3.3.1 Observação participante

O autor apresenta o comprometimento como opção de vida e divide em diferentes momentos os níveis de envolvimento e comprometimento do pesquisador. Para Borda (2009), a primeira dimensão é quando o pesquisador se apresenta como observador participante, onde a atitude do pesquisador e/ou cientista é eminentemente “empática”, no sentido de atuar de forma sensível diante da personalidade das pessoas, o que possibilita conseguir uma descrição fiel da comunidade estudada.

A observação participante é uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e



examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo (BORDA, 2009). Essa técnica ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado e obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (MINAYO, 1992, p. 59). A observação participante foi aplicada durante a audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, sobre o projeto de Lei Nº 493/2013, que se tornou a Lei 16.620/2016, autorizando a exploração de concessão das Unidades de Conservação, como também ao longo de um ano nas reuniões do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira e na participação junto a lideranças da região no Fórum Alternativo Mundial da Água.

### 3.3.2 História oral

A história oral e o registro da memória ganham uma dimensão central na metodologia proposta, por meio de um grupo focal com lideranças das comunidades e movimentos que atuaram na resistência de Tijuco Alto. Além das entrevistas, realizou-se um registro da memória coletiva nas entrevistas com a atores sociais estratégicos neste processo de resistência, resgatando e registrando a luta, os conflitos, as injustiças, os danos, as estratégias e as percepções acerca da privatização dos bens comuns no território, como também sobre os projetos de desenvolvimento implementados na região a partir da realidade.

A pesquisa utilizou-se da história oral temática, ressaltando detalhes da história, que se conectam com questão centrais relativas ao território estudado. Trata-se de um dos métodos mais indicados para se trabalhar com comunidades tradicionais por se sentirem mais acolhidas para manifestar informações por meio da oralidade e não pela escrita (FERREIRA, 2010).

### 3.3.3 Pesquisa-ação

A pesquisa ação utilizou-se da técnica do diário de campo durante o trabalho de pesquisa realizado nos movimentos sociais, assim como em visitas e audiências, registradas no caderno de campo e por meio de imagens (QUADRO 3) e fotos

(FIGURA 2 e 3), assim como as percepções e as observações. De acordo com Magnani (1997), o caderno de campo é um instrumento para descrição e registro comportamento verbal e não verbal, como também para a composição de observações iniciais e de futuras análises. Por fim, essa é uma ferramenta que possibilita um exercício da observação direta dos comportamentos culturais quando se está em trabalho de campo (MARTINS, 2017).

QUADRO 3 - ACONTECIMENTO DE PESQUISA

Acontecimento de pesquisa	Data	Local	Envolvidos
Audiência Pública - Lei de Concessão das UC's - PL 249/13, Lei Nº 16.260 Foto 9	23/03/2016	Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) São Paulo/SP	Pesquisadores de universidades, Povos indígenas e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira e litoral norte de SP, Ongs que atuam na região, representantes de partidos políticos e de outros movimentos sociais, Defensoria Pública Estadual e interessados em geral.
Audiência Pública - Lei de Concessão das UC's - PL 249/13, Lei Nº 16.260 Foto 1 e 2	22/10/2016	Registro/SP	Pesquisadores de universidades, povos Indígenas e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira e litoral norte de SP, Ongs que atuam na região, representantes de partidos políticos e de outros movimentos sociais, Defensoria Pública Estadual e interessados em geral
Reuniões do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira Fotos 3, 4, 10 e 11	2017/2018	5º Encontro, Comunidade Cabocla Ribeirão dos Camargos, Iporanga/SP 6º Encontro, Aldeia Guarani Taquari, Eldorado/SP 7º Encontro, Comunidade Caiçara, Guaraú/Peruíbe/SP 8º Encontro, Quilombo de Ivaporanduva, Eldorado/SP 9º Encontro, Aldeia Guarani, Iguape/SP	Pesquisadores de universidades, lideranças de povos indígenas e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, representantes de Ongs que atuam na região e de outros movimentos sociais, Defensoria Pública Estadual, professores da rede pública, entre outros
Visitas à sede do MOAB Foto 7 e 8	Ao longos dos meses: janeiro a maio de 2018	Eldorado/SP	Representantes do MOAB: Irmã pastorinha Sueli, Advogada EEACONE/MOAB Irmã pastorinha Ângela Maria Aparecida, Historiadora e escritora do livro do MOAB Ewerton, Advogado EEACONE/MOAB Rodrigo - Quilombo de Ivaporanduva, Articulador MOAB e EAACONE
Fórum Alternativo Mundial da Água Foto 5 e 6	De 16 a 23/03/18	Brasília/DF	Rodrigo - Quilombo de Ivaporanduva, Articulador MOAB e EAACONE

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de FERREIRA (2010)

FIGURA 2 - FOTOS ACONTECIMENTO DE PESQUISA



Foto 1



Foto 2



Foto 3



Foto 4



Foto 5



Foto 6



Foto 7

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de FERREIRA (2010) – Fotos Acervo MOAB

FIGURA 3 - FOTOS ACONTECIMENTO DE PESQUISA

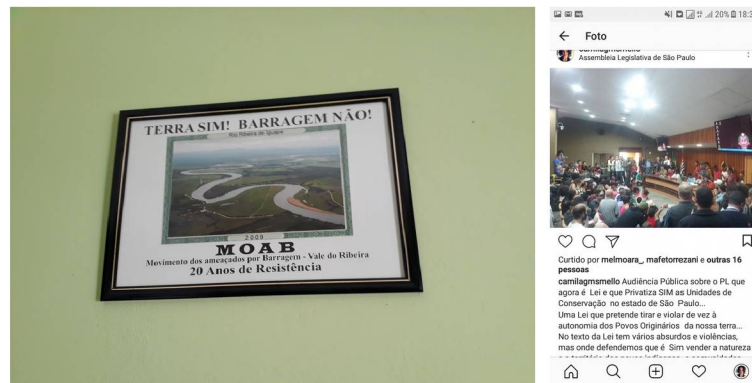


Foto 8

Foto 9



Foto 10

Foto 11

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de FERREIRA (2010) – Fotos Acervo MOAB / Autora

### 3.3.4 Entrevista semiestruturada

A partir de um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças de organizações, comunidades e movimentos sociais da região que participaram ativamente no processo de resistência à UHE Tijuco Alto.

Como parte das transcrições das cinco entrevistas obteve-se 69 laudas. Esse material, aliado ao resultado da observação participante e pesquisa ação, foi submetido às análises de conteúdo, conforme autores citados acima.

Por fim, conforme (QUADRO 4), apresenta-se as ferramentas metodológicas com os objetivos de pesquisa e as expectativas de dados a serem obtidos para refletir sobre a resistência das comunidades e povos tradicionais, frente ao projeto de construção da Barragem de Tijuco Alto. Essa coleta foi realizada no período de



janeiro a abril de 2018, mas se definiu como momento oficial de coleta de entrevistas nos dias 08 e 09 de abril de 2018.

QUADRO 4 - ROTEIRO DE QUESTÕES CHAVES DIRECIONADAS À ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Questão chave	Objetivos	Participantes
Qual a importância do Rio Ribeira de Iguape para os sujeitos que habitam no território?  O Rio Ribeira se configura como um bem comum para esses povos e comunidades tradicionais que habitam e resistem no Vale do Ribeira?	Registrar as percepções e saberes dos grupos envolvidos nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.	Representantes do MOAB: Irmã pastorinha Sueli – Advogada EEACONE/MOAB Irmã pastorinha Ângela Maria Aparecida - Historiadora e escritora do livro do MOAB Ewerton - Advogado EEACONE/MOAB Rodrigo - Quilombo de Ivaporanduva, Articulador MOAB e EAACONE
Como pensar o desenvolvimento a partir da nossa história?	Elaborar um quadro teórico sobre desenvolvimento, colonização, decolonialidade e território.	
Ao longo desses anos como foi o processo de resistência em defesa da água e do Rio Ribeira?  Quais foram os saberes e impactos gerados na vida dos povos e comunidades tradicionais, diante da defesa do Rio Ribeira de Iguape, na luta contra a barragem de Tijuco Alto?	Sistematizar o histórico de resistência dos grupos e comunidades tradicionais, à luz do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.	
Quais os aspectos comuns dos projetos de desenvolvimento para a região, que ameaçam os povos e comunidades do Rio Ribeira de Iguape?	Identificar as ameaças e desafios relacionados a defesa do Território do Vale do Ribeira, afim de contribuir para a produção científica acerca dos saberes locais.	

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de Ferreira (2010)

As entrevistas foram flexíveis, respeitando o momento de cada um e sua forma de se expressar. Segundo Macedo (2016), os pesquisadores devem caminhar ao encontro dos acontecimentos sem a rigidez dos métodos estabelecidos, construindo possibilidade e caminhos para que de fato se faça o caminhar. É preciso compreender situações, experiências e saberes, e, segundo o autor, é preciso abrir-se a com-versações, estar atento às singularidades dos acontecimentos, ou seja, cartografar o acontecimento. O roteiro de questões das entrevistas estão anexados ao final.

### 3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Para a análise de dados acerca da luta e resistência dos povos e comunidades tradicionais do Rio Ribeira considerou-se como forma de interpretação

a partir de uma abordagem decolonial os aportes de vários autores Nascimento (2005; 2012; 2017), Diegues (2007; 2010), Berlanga (2017), Rosa (2007), Montenegro (2012), Sen (2010), Saquet (2011), Torres (2003), Bermann (2012), Paes (2014), Escobar (2010; 2014), nas três seguintes dimensões: desenvolvimento no território a partir dos de baixo; “sentir pensar” o território (o Rio como bem comum); meio ambiente com gente (resistência).

QUADRO 5 - ANÁLISE DE CAMPO

Dimensões	Análise	Perguntas da entrevista
Desenvolvimento no território (a partir dos de baixo)	Entender o desenvolvimento dos território a partir da vivência dos povos  Verificar como se deu a ocupação da região a partir da ótica dos movimentos de resistência	O que é desenvolvimento para você? Como se deu o desenvolvimento do Vale do Ribeira? Como pensar o desenvolvimento a partir da nossa história?
Sentir pensar o território (o Rio como bem comum)	Compreender as territorialidades relacionada ao Rio Ribeira de Iguape	Qual a importância do Rio Ribeira de Iguape para os sujeitos que habitam no território? O que é Rio Ribeira para você? Ao longo desses anos como foi o processo de resistência em defesa da água e do Rio Ribeira? O Rio Ribeira se configura como um bem comum para esses povos e comunidades tradicionais que habitam e resistem no Vale do Ribeira? Quais foram os saberes e impactos gerados na vida dos povos e comunidades tradicionais diante da defesa do Rio Ribeira de Iguape, na luta contra a barragem de Tijuco Alto?
Meio ambiente com gente (resistência)	Registrar as percepções sobre os projetos de desenvolvimento regional e as políticas de conservação ambiental, a partir da perspectiva dos participantes do MOAB	Quais os aspectos comuns dos projetos de desenvolvimento para a região que ameaçam os povos e comunidades do Rio Ribeira de Iguape? O que significa o Meio Ambiente com Gente?

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de Ferreira (2010)

Por fim, como direcionamento de análise, tais dimensões propostas contribuíram para não só identificar e sistematizar saberes e percepções dos povos e comunidades tradicionais, em resistência do Vale do Ribeira, assim como para aprofundar os conhecimentos acerca do território e a importância do Rio em uma perspectiva decolonial.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A fim de registrar as percepções e saberes dos grupos envolvidos nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, mais precisamente em defesa do Rio Ribeira, os resultados e discussões desenvolvem-se em quatro partes. A primeira consiste em apresentar a caracterização acerca do desenvolvimento do Vale do Ribeira: os tempos-espacos-territórios, a partir da relação do Rio Ribeira de Iguape com o desenvolvimento da região. A segunda abarca o histórico em defesa do rio e a sistematização do histórico de resistência dos grupos e comunidades tradicionais, protagonizado pelo MOAB. A terceira parte versa sobre as ameaças e as estratégias de luta contra o projeto de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, e os aprendizados ao longo de 29 anos de resistência.

A quarta parte descreve o movimento de luta e o encontro consigo mesmo: libertação da negação do ser, a valorização da identidade afrodescendente e conhecimento sócio-histórico gerado a partir da participação. Traz ainda o registro do desenvolvimento do Vale do Ribeira a partir da percepção dos integrantes do MOAB, assim como o registro da percepção sobre a importância do Rio Ribeira, amparado pelo sentir e pensar e pelas teorias que abordam as diferenças epistêmicas destes dois conceitos em relação ao território.

Ainda na quarta parte ocorre a discussão sobre o slogan forjado pelo MOAB no contexto de luta e resistência contra as barragens e os projetos desenvolvimentistas: “O Meio Ambiente, com Gente”, à luz de teorias sobre re-existência, a ecologia política e a justiça ambiental, assim como os alcances gerados pelo MOAB e os novos desafios que se apresentam, e que fatalmente estão relacionados às desigualdades de poder a resistência no lugar. Por fim, identificamos e registramos as ameaças e desafios relacionados à defesa do território do Vale do Ribeira, a fim de contribuir para a produção científica acerca dos saberes locais.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA: OS TEMPOS-ESPAÇOS-TERRITÓRIOS

O Vale do Ribeira foi umas das regiões mais exploradas no período colonial e Imperial. No século XVI, com as bandeiras de mineração, os colonizadores iniciaram suas expedições partindo do litoral sul do Estado para o interior do Vale do Ribeira, e já no século XVII a região estava povoada por colonos europeus que mantinham a economia extrativista e agrícola do Brasil Colônia utilizando-se de escravizados negros recém-trazidos de diversas regiões da África e de mão-de-obra indígena da região (DIEGUES, 2007).

A região do médio vale, onde atualmente fica a cidade de Eldorado (SP), teve seu primeiro ciclo econômico baseada na garimpagem do ouro. Segundo registros da época, a cidade ainda fazia parte de Iguape, onde o ouro era escoado e transportado pelo Rio Ribeira em “canoas ribeiranas” até o porto na cidade de Iguape (DIEGUES, 2007). Diante deste contexto, o povoamento colonial do Vale do Ribeira foi basicamente extinto no litoral até a primeira metade do século XVII, ficando somente para essa parte do território as funções de defesa, ocupação e expansão do território pelos portugueses, por conta da região situar-se no limite territorial marcado pelo Tratado de Tordesilhas (NASCIMENTO, 2012).

O deslocamento para o interior se deu devido à possibilidade de navegação no Rio Ribeira de Iguape, visto que apresentava boas condições para navegação, com largura considerável, boa profundidade e pequena diferença de nível. Foi a partir daí que a economia da região do Vale do Ribeira começou a se desenvolver, ou seja, quando iniciou seu primeiro empreendimento econômico em escala comercial: a mineração (NASCIMENTO, 2012).

De acordo com (BERLANGA, 2017) o processo de ocupação do Vale do Ribeira teve como base a exploração mineral, origem de conflitos tanto no passado como atualmente. Podemos, segundo ela, afirmar sem receio que a marca intrínseca da população do Vale do Ribeira<sup>15</sup> sempre foi a disputa pelo território. Apesar disso, a história oficial pouco fala sobre o fato de a região do Vale do Ribeira ter sido a primeira a sofrer com os processos da mineração.

---

15 O Vale do Ribeira, localizado no sul de São Paulo e oeste do Paraná, concentra atualmente 40 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares 29 no Estado de São Paulo e 11 no Estado do Paraná (ALVES E SAHR, 2010, p. 287).



Às margens do Rio Ribeira de Iguape surgiram as primeiras jazidas auríferas do Brasil, a partir da descoberta de ouro na zona do médio Ribeira (NASCIMENTO, 2017). Devido à sua posição estratégica, Iguape passou a ser porta e rota de escoamento do metal para a metrópole, inaugurando a primeira casa de Fundição de Ouro do país.<sup>16</sup>

Segundo Diegues (2007), o aumento ou decréscimo populacional na região seguiu os diversos ciclos econômicos que, ao se desestruturarem, causavam declínio demográfico. A população escravizada também seguiu o ritmo das atividades econômicas, como na região do Alto Ribeira, que na época de elevação concentrava cerca de 700 habitantes na Vila de Apiaí, sendo que 400 eram escravizados – ou seja, a população negra escravizada era maior que a dos brancos<sup>17</sup>, demonstrando a relevância da mão de obra escravizada neste período.

Foi também a partir desse movimento de penetração para o interior e pelas vias fluviais do Rio Ribeira, em função da mineração, que surgiram outros povoados que deram origem às cidades de Registro, Juquiá, Jacupiranga, Sete Barras, Barra do Turvo, Apiaí e Iporanga (NASCIMENTO, 2017). Com o fim do ciclo do ouro na região e a partir da descoberta de jazidas em Minas Gerais, a região buscou outra “especialização” na produção agrícola, com destaque para o arroz, devido às grandes áreas de várzea e de cheia do Rio Ribeira, passando a ocupar novamente posição e destaque na economia mercantil escravocrata da época (ALVES, SAHR, 2010).

Neste período a região também se especializou na produção agrícola, com a exportação de farinha de mandioca, arroz, cana de açúcar e peixe seco para Portos do Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina e Rio Grande (DIEGUES, 2007). Necessário destacar que a produção de arroz trouxe crescimento econômico, mas concentrou-se na região do baixo Ribeira, sendo ainda controlada pelos proprietários de engenhos e comerciantes de Iguape (NASCIMENTO, 2017).

O início do desenvolvimento da agricultura e do porto de Iguape foi responsável pelo escoamento de produtos e pela ligação econômica da região com o resto do país, passando a ser considerado um dos mais importantes no contexto

---

16 A Casa Real de Fundição foi construída em 1635, tornando-se a primeira casa da moeda do Brasil. (Nascimento, 2017, p. 78).

17 A população negra foi superior à população branca, e na época tornou-se a principal mão de obra no Vale do Ribeira. Atuavam não só na mineração, mas também na construção civil de igrejas, casas, monumentos e cemitérios. Toda a construção das vilas na região eram feitas com trabalho escravo a partir de 1809 (NASCIMENTO, 2017).

nacional (DIEGUES, 2007). Nesse período o arroz tornou-se o principal produto agrícola com a utilização de mão-de-obra escravizada e passou a ser exportado para mercados europeus e latino-americanos.

Nesse contexto, muitos fazendeiros utilizando de mão de obra escravizada migraram para as cidades litorâneas, onde alguns se transformaram em “comerciantes” que controlavam o poder político local, e dessa forma “generalizou-se”, então, a pequena produção de mercadoria (DIEGUES, 2007). O crescimento da demanda tornou necessária a facilitação do escoamento da produção arrozeira pelo porto de Iguape e o barateamento dos custos com fretes. Por essa razão, em 1825 foi construído o Canal de Valo Grande<sup>18</sup>, interligação entre o Rio Ribeira de Iguape e o Mar Pequeno (ISA, 2016).

Ainda sobre o Valo Grande, é importante resgatar que ele foi uma primeira grande obra na região para alavancar o desenvolvimento regional, com o objetivo de facilitar o transporte a baratear o preço dos produtos para exportação. No entanto, o canal aberto inicialmente, com quatro metros de largura, dois metros de profundidade e dois quilômetros de extensão, com o passar dos anos não resistiu à intensidade da correnteza e começou a se alargar rapidamente, gerando uma forte erosão e ampliando o canal em até 300 metros em alguns trechos, num período de 50 anos, sugando cerca de 2/3 do volume hídrico do rio, desbarrancando áreas agrícolas e áreas urbanizadas e causando o assoreamento do Porto, tornando-o inutilizável para operações portuárias (NASCIMENTO, 2017 e MARINHO, 2006).

O Valo Grande não trouxe somente prejuízos econômicos para a região. A obra causou grande impacto ambiental, modificando a dinâmica marinha, devido à alteração da salinidade, temperatura e turbidez das águas, diminuindo drasticamente a quantidade de peixes e mariscos, que sempre foram importantes bases da economia local, como da segurança alimentar dos povos que vivem na região (NASCIMENTO, 2017). Segundo Diegues (2007), nesse período de expansão econômica, Iguape e Cananéia contaram com um sistema adequado de transporte fluvial e marítimo, baseado na bacia hidrográfica do Rio Ribeira, que com seus 400 KM era o meio de locomoção interno mais utilizado. Em Iguape ficava o centro

---

18 Desde 1799 agricultores do interior defendiam a abertura de um canal de ligação entre o Rio Ribeira de Iguape e o Mar Pequeno. Esse canal encurtaria a distância até o porto de Iguape e, por isso, foi visto como uma obra muito benéfica para a região. As obras foram iniciadas em 1827 e o canal, chamado Valo Grande, foi inaugurado em 1837. No entanto, não tardou para que a população da região mudasse de opinião e os efeitos deletérios da abertura do canal viessem à tona (PAES, 2014).

exportador de toda a grande bacia hidrográfica de onde vinham os produtos agrícolas, descarregados no Porto Ribeira.

O movimento de embarcações no porto Ribeira de Iguape era intenso tanto para a exportação quanto para a importação. Segundo os registros da região, até a década de 1930 havia também a navegação fluvial a vapor pelo Rio Ribeira e seus afluentes, que transportavam sobretudo arroz, ainda produzido por proprietários médios e pequenos. No entanto, esse tipo de transporte passou a desaparecer na região por não poder “competir” com as primeiras estradas de rodagem da região (DIEGUES, 2007).

Com a decadência da monocultura de arroz ocorreu não só o “empobrecimento” regional, como também a desestruturação da forma de organização da população baseada no trabalho escravizado. Um aspecto relevante desse momento foi que os negros se transformaram em pequenos agricultores e muitos se fixaram mata adentro na região, dando origem às comunidades negras e remanescentes de quilombos da região (ISA, 2016).

Outro fenômeno importante para o desenvolvimento da região foi o momento em que a região do Médio Ribeira começou a se comunicar diretamente com o planalto e a capital do Estado pela estrada de ferro (1911), o que acabou por desorganizar toda a rede fluvial que ligava essa região à laguna de Cananéia / Iguape, por meio do Rio Ribeira de Iguape (MARINHO, 2006).

Segundo Diegues (2007), sem mais nada de importante a exportar e sem meios adequados de comunicação com os novos centros econômicos do planalto, Iguape começou a definhir. Com a construção de estradas de rodagem ligando a região ao planalto, principalmente nas décadas de 30/40 reforçou-se a tendência migratória para o planalto.

A retomada do desenvolvimento da agricultura no cenário comercial, após o período do arroz, se deu com o incentivo do governo durante o contexto de imigração no país, no período da decadência do café, no interior paulista. Diante disso, os movimentos migratórios para a região foram significativos com a vinda de imigrantes japoneses, espanhóis e italianos. Foi a partir daí que uma nova monocultura estabeleceu-se na região com a produção de banana e chá, por influência dos japoneses, principalmente a partir de 1940, provocando novamente

um expressivo desenvolvimento socioeconômico regional, mas ainda permanecendo como a região “mais pobre” do Estado de São Paulo (NASCIMENTO, 2017).

No período seguinte, Nascimento (2017), destaca que foi criada a autarquia estadual Superintendência de Desenvolvimento no Litoral Paulista e Vale do Ribeira (SUDELPA), com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. No entanto, a iniciativa não obteve sucesso e atualmente as produções de chá e banana continuam tendo forte impacto regional, além da mineração, que no caso de Cajati desde 1972 tem como principal atividade comercial a fabricação de cimento e de ácido sulfúrico do Grupo Bunge (NASCIMENTO, 2017).

A partir da década de 1950 e principalmente após a conclusão da rodovia BR – 116, a Régis Bittencourt no início dos anos 1960, favoreceu-se a implantação de indústrias para exploração de minérios em Cajati e o acesso da produção agrícola e do pescado ao planalto paulista e ao Paraná (SANTOS, 2004; MARINHO, 2006).

Ainda com a construção da BR-116 (década de 60) e a BR – 101 (década de 70), intensificou-se o problema da grilagem de terras em praticamente todos os municípios do Vale do Ribeira e do litoral, ocasionando, em alguns casos, verdadeiros conflitos armados, conforme se destaca nos registros feitos por Diegues:

A primeira consequência dessas estradas foi a desarticulação da navegação marítima e fluvial no litoral, seguida da chegada à região de grupos imobiliários e grileiros que não só se apossaram das praias e sítios, expulsando os caiçaras, quilombolas e caipiras como também intensificaram o desmatamento da Mata Atlântica da região com a operação de serrarias e indústrias de palmito. Os grileiros adquiriram pequenas posses e ampliavam suas propriedades em terras devolutas ou da União.” (DIEGUES, 2007, p. 12)

Segundo Marinho (2006), a incorporação econômica do Vale do Ribeira está relacionada com o processo de um desenvolvimento baseado na maximização de lucro, por meio da aceleração da industrialização, do investimento em projetos de infraestrutura e de agropecuária para exportação, que ganhou força a partir de 1950 e perdurou durante todo o governo militar. Conforme o autor (2016), entre 1950 e 1980 aumentou a especulação e “grilagem” de terras e, em seguida, a concentração fundiária e formação de latifúndios para a maior parte de empresários paulistas, causando tensão e conflitos em diversas localidades ao longo do Vale do Ribeira.

É preciso também destacar que existem conflitos de sobreposições entre os territórios tradicionais<sup>19</sup> das populações locais e tradicionais com as unidades de conservação. Na região no início da década de 1970 houve uma tentativa de regularização fundiária das posses rurais por meio de um convênio entre a SUDELPA e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (ISA, 2016). Com isso, iniciou-se a demarcação de terras e a distribuição de títulos de propriedade a pequenos posseiros no Vale do Vale do Ribeira. Porém, essa forma de “demarcação” desconsiderava a existência de terras comunais, permitindo que fossem loteadas.

As áreas destinadas à criação dos parques são, de acordo com o Estado, terras devolutas e, nesse sentido, estão livres da presença humana. E é sobre elas que recai o ônus das restrições ambientais. No entanto, no caso do Vale do Ribeira, bem como de outras regiões do Brasil, ignora-se a ocupação secular e memorial das comunidades negras (NASCIMENTO, 2012, p. 61).

Esse procedimento gerou sérios conflitos internos, porque algumas famílias quilombolas venderam seus lotes para pessoas de fora da comunidade, agravando assim a questão fundiária<sup>20</sup>. No entanto, na mesma época, no caso das comunidades quilombolas, esse processo também provocou a motivação de seus integrantes a se organizarem em associações comunitárias, uma vez que essa era uma das exigências que o Estado impunha para que tivessem suas terras (ISA, 2016). O ISA destaca esse dado como relevante, já que na mesma época em que foram criadas as Unidades de conservação<sup>21</sup> foram promulgadas leis ambientais restringindo as formas de uso da Mata Atlântica<sup>22</sup>. Dessa forma, surge um princípio

19 A discussão sobre os conflitos gerados devido à implantação das Unidades de conservação foi alicerçada pelas obras de Diegues (2000) e Furlan (2000). Segundo esses autores, a maioria das áreas que se tornaram protegidas pelas leis ambientais de caráter restritivo quanto ao seu uso eram (e às vezes são) espaços ocupados por comunidades tradicionais, como é o caso das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, (NASCIMENTO, 2017, p. 14).

20 O Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo onde se encontra a maior parte das comunidades quilombolas. A diversidade social, ambiental e cultural ali existente não se compara a qualquer outra região do Brasil. Tal especificidade se justifica pelo fato de que no Vale se concentram um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil, onde se abrigam várias comunidades tradicionais e locais, quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares. Por outro lado, a região apresenta questões que lhe são próprias e demandam políticas específicas, como a regularização fundiária tanto para indígenas como para pequenos agricultores e quilombolas (ISA, 2016).

21 Os territórios quilombolas, em circunvizinhança com unidades de conservação, formam importante corredor biológico ainda preservado de Mata Atlântica que interliga o Alto e Médio Vale do Ribeira (região serrana), onde estão situados os Parques Estaduais de Jurupará, Intervales, Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), a Estação Ecológica de Xitué, e o Baixo Vale do Ribeira (Planície Sedimentar e Litorânea), onde está localizado o Mosaico do Jacupiranga e o Parque Estadual da Ilha da Cardoso (ISA, 2016)

22 Nesse novo contexto ambiental, o Estado, que durante o período de exploração do ouro e produção do arroz exercia o papel de regulador e/ ou fomentador de empreendimentos privados,

de resistência histórica em conflito com os projetos de “desenvolvimento regional” e “conservação ambiental”, por conta dos projetos de construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape (ISA, 2016).

Atualmente existe alguma diversificação de atividades econômicas na região, como a mineração de calcário, cimento e chumbo, principalmente no Alto Ribeira, que também tem grandes áreas de plantio de tomate. Em todos os municípios do Vale do Ribeira existe a predominância do setor primário, principalmente o extrativismo vegetal, mas o turismo é que é apontado hoje como a atividade mais importante em quase todos os municípios da região, desde a década de 50, que se intensificou a partir da década de 70 com a criação dos Parques (DIEGUES, 2007).

Outros autores também apontam a intensidade da exploração da mineração na região até os dias de hoje, dando destaque para a extração de rochas calcárias em Apiaí (SP), com as fábricas de cimento, no alto Vale, do grupo Camargo Córrea e também nas cidades de Rio Branco do Sul (PR) e Campo Largo (PR), onde se concentra um dos maiores polos de extração de areia do país. Há ainda outra fábrica de cimento do Grupo Votorantim, além da fabricação de nutrientes sintéticos tipo NPK na região de Cajati (SP) do grupo Bunge ( ROUGEMONT e MONTENEGRO, 2012)

Ao aprofundar o olhar sobre o desenvolvimento da região a partir da ótica do pensamento decolonial, percebe-se a necessidade de analisar contextos de poderes nos territórios como ferramenta teórico-conceitual, e torna-se fundamental conceber o desenvolvimento enquanto direcionamento político econômico-territorial (SAQUET, 2005)

Para contextualizar o desenvolvimento do Vale do Ribeira com a abordagem territorial é importante destacar, conforme nos aponta Saquet (2015), o tempo das coexistências correspondentes à simultaneidades dos espaços, isso é, os fenômenos e processos que ocorrem aos mesmo tempo, no mesmo lugar, apreendidos somente por meio de uma abordagem relacional. Para pensar na perspectiva de tempo e espaço como elementos do desenvolvimento do território, o autor aponta também as relações de poder – o poder é aqui entendido como uma

---

a partir de então, assume o papel de interventor direto na vida cotidiana dos bairros negros (CADERNOS DO ITESP, 2000, p. 113); (NASCIMENTO, ano, p. 61).

rede de relações variáveis, desiguais e multiformes, é exercido e se constitui historicamente na relação.

Para Santos (2010), o desenvolvimento ao longo da história deu o tom para a expansão das relações capitalistas no mundo, proporcionando progressivamente conflitos de classe, assim como a desestruturação e o rompimento com princípios de autogestão de lugares, instaurando um desenvolvimento que negligencia as temporalidades locais e os almejos territoriais de suas populações.

É importante ressaltar que o contexto da análise do desenvolvimento local apresentado nessa pesquisa não se refere ao que Saquet (2012) nos alerta, ao se tratar de uma noção fragmentada e romântica do “local”, mas sim de identificar no território a perspectiva dos próprios movimentos de resistência e suas construções de racionalidades que pensam para além do desenvolvimento, a racionalidade e epistemologia colonial. Ainda sob o papel dos estados nacionais, é importante relembrar que a formação da economia mundial sempre esteve amparada no trabalho de povos escravizados. E o trabalho escravo, segundo Porto (2015), sempre fez parte da modernidade colonial, assim como o racismo.

Como aponta Nascimento (2012), a maioria da população que ocupa historicamente o Vale do Ribeira desde o passado colonial, fruto de trabalho escravo, ainda hoje faz parte de um grupo social à margem dos benefícios do atual Estado Republicano, mesmo com o fim do período escravocrata. As populações negras rurais e urbanas da região do Vale do Ribeira, cujos antepassados fizeram parte do passado colonial, só passaram a ter visibilidade no contexto político federal, estadual e municipal recente. E é importante evidenciar que isso sempre ocorreu de forma fragmentada, a partir de ações que desprezam a história conjunta desses territórios frequentemente inviabilizados (NASCIMENTO; 2017; ALVES E SAHR, 2010).

Neste sentido, (PORTO, 2015) destaca que no Brasil a diferença entre brancos e negros quanto à participação na riqueza nacional é pior para os negros do que o que ocorreu na África do Sul, onde houve o apartheid. Isso nos faz perceber que não somos um novo continente. Quando os invasores colonizadores batizaram nosso território como América, em 1942 ancorados pelo racismo, foram inviabilizando povos, etnias e outras nacionalidades e racionalidades, considerando-os não civilizados (PORTO, 2015). Para Porto (2015), a invenção da mestiçagem

também foi outro elemento que contribuiu e construiu o estado moderno colonial brasileiro, sob uma ideologia de um projeto que buscou diluir as diferenças e iludir a discriminação, consolidando assim o racismo institucional e estrutural.

As similaridades que ligam as comunidades do Vale do Ribeira se dão em contextos particulares e se devem em parte à história da formação socioeconômica dessas comunidades, aliadas às suas características físicas, relevo, hidrografia, vegetação, dois importantes ciclos econômicos da região do ouro e, posteriormente do arroz, que foram de fundamental importância. Produziu-se, com isso, grandes populações escravizadas, precursoras do que na atualidade se denominam comunidades remanescentes de quilombos, resultado das políticas de regularização fundiária. As ações dessa política, no entanto, não levam em conta essa unidade territorial – o que se presencia são ações diferenciadas nos fragmentos impostos<sup>23</sup> pela escala de sua execução. Tem-se, assim, de um lado o Vale Paranaense, e de outro, o Vale Paulista (ALVES E SAHR, 2010, p. 295).

Por fim, o desenvolvimento da região continua sendo um campo de disputa e de conflitos nas comunidade quilombolas do Vale do Ribeira, que remontam à época da escravatura. Conforme (FIGURA 04), até pouco tempo essas populações ficaram ocultas nas matas da região desenvolvendo atividades tradicionais de agricultura de subsistência que mantiveram a reprodução das práticas dessas comunidades (ALVES E SAHR, 2010, p. 297).

#### 4.1.1 O Rio Ribeira de Iguape

O Rio Ribeira de Iguape é formado pelos rios Açungui e Ribeirinha, que nascem na cidade de Cerro Azul, no estado do Paraná. Ao atravessar a cidade Ribeira (SP), o rio entra no Estado de São Paulo, atravessando logo depois dos municípios de Apiaí, Iporanga, Eldorado, até chegar em Registro (SP) e, por fim, desaguar suas águas no Oceano Atlântico, no município de Iguape (SP), totalizando um percurso de 520 km de extensão. Cabe ainda ressaltar que todos os rios que

---

23 O Vale do Ribeira, com características homogêneas em termos naturais e de ocupação histórica, acaba sendo dividido em duas porções no que se refere à ação governamental. Do lado paranaense as ações se desenvolvem sob a coordenação da Superintendência Regional do Incra do Paraná, com sede em Curitiba. Do lado paulista, as ações se desenvolvem pelo Ipesp, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, por intermédio da subsede de Eldorado (ALVES E SAHR, 2010, p. 298).



banham os municípios de Ribeira Apiaí, Eldorado, Registro e Jacupiranga são tributários do Rio Ribeira de Iguape, conforme (NASCIMENTO, 2005).

Os terrenos drenados pela bacia do Ribeira se estendem por 25 mil km<sup>2</sup>, sendo 7,8 mil km<sup>2</sup> no estado do Paraná e 17,2 mil km<sup>2</sup> no Estado de São Paulo (FILHO e KALINOWSKI, 2012). Ao Rio Juquiá, seu maior afluente, ao leste, somam-se também os rios São Lourenço e São Lourencinho, que também encontram o Ribeira no seu trecho estuarino em Iguape (SP). O Ribeira de Iguape é o único rio de grande porte no Estado de São Paulo e o único rio federal do Brasil que não foi barrado e teve seu curso interrompido por construções de barragens para fins de geração de energia elétrica (NASCIMENTO, 2017). O Rio Ribeira de Iguape é responsável por manter uma paisagem cultural complexa, preservada e deslumbrante em todo o território brasileiro, configurando-se como o mais importante corredor socioambiental do bioma Mata Atlântica (BERLANGA, 2017).

O Rio Ribeira, conhecido pelos portugueses desde o início da colonização, exerceu papel fundamental no processo de interiorização da região e até mesmo para o país, (PAES, 2014). De acordo com (QUEIROZ, 1967), (CARRIL, 1995), (ZAN, 1986) e outros estudiosos, o Rio Ribeira constituiu a primeira via importante de acesso ao interior da região do Vale. Isso se deu devido à formação geográfica do Rio Ribeira e por serpentear toda a região e somar-se a muitos afluentes que deságuam no Atlântico, ou seja, o lugar era propício para a ocupação e povoamento (NASCIMENTO, 2012). Como os rios apresentavam a única possibilidade de comunicação, o povoamento de todo o Vale do Ribeira foi sendo orientado pelos seus cursos (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA, 1992, p. 65; NASCIMENTO, 2017, p. 48)

Conforme (DIEGUES, 2007), a história da colonização do Vale do Ribeira e litoral começou em 1531 com uma primeira expedição ao longo do Rio Ribeira de Iguape, em busca de ouro. No entanto, segundo o autor, essa primeira expedição não obteve sucesso, pois segundo os registros os 80 homens nunca retornaram da “subida” do rio. Foi somente por volta de 1550 que estabeleceu-se o primeiro povoamento na região de Apiaí Iporanga, no Alto do Ribeira, por conta das atividades mineradoras.

Pelo Rio Ribeira e seus afluentes bandeirantes exploravam pedregulhos, águas e areias. Desviavam e secavam rios. E, assim, acharam ouro em veios, leitões,

cascalhos e corredeiras. Uma Casa de Fundição edificada no Baixo Ribeira, na Vila de Iguaçu, recolhia, fundia e "quintava" o ouro extraído da região do Ribeira (PAES, 2014, p. 27).

A pesquisa de (PAES, 2014) sobre a importância do Rio Ribeira debruçou-se sobre as penetrações no continente e as principais atividades econômicas praticadas: a mineração e o cultivo do arroz, assim como expedições bem-aventuradas na busca por riquezas e propagação da fé cristã, além de expedições que se defrontaram com um desventurado fim. Neste sentido, a pesquisa, ao identificar o poder político e econômico daqueles que controlavam o tráfego pelo Rio Ribeira, durante a colonização e ocupação do território, observou também os povos que passaram a ocupar a região e se apropriaram do Rio Ribeira, em cujas águas inscreveram mitos e crenças (PAES, 2014, p. 16).

Ainda na pesquisa de (PAES, 2014) o Rio Ribeira aparece em diferentes crenças, tradições e mitos relacionados ao período da escravidão<sup>24</sup>. Uma das histórias relacionadas ao rio é a Maldição de Eldorado sobre o Rio Ribeira, já que a igreja virou as costas para o rio. Os moradores da região contam que o fato deu início a uma sucessão de desventuras que só terminarão quando a igreja voltar-se para o Rio Ribeira. Relatam que o rio ressentido de ter sido abandonado e sofre por ter águas cada vez menos abundantes e com menos peixes. Há dezenas de anos o rio inquieta-se com os projetos de construção de hidrelétricas que ameaçam aprisionar suas águas e, de vez em quando, provoca uma enchente avassaladora (PAES, 2014, p. 15).

Segundo, (NASCIMENTO, 2012) recorda as boas condições que o Rio Ribeira ofereceu e propiciou aos habitantes originários da Costa Atlântica e aos que habitavam a sua foz, utilizando o Rio para percorrer o território, a fim de evitar ou fugir do encontro com os invasores europeus. Portanto, ao observar as relações que os grupos humanos e as sociedades mantêm com a água, percebe-se que, para além do fato de ser essencial à vida em si, seu uso e gestão está relacionado a diferentes dimensões da vida humana, como a política, a economia, a sociedade e a cultura (PAES, 2014).

---

24 Abordado o mito de um ser encantado que mora nas profundezas do Rio Ribeira – o negro d'água. O mito é contado, até os dias de hoje, nas comunidades remanescentes de quilombo de Eldorado 15 e Iporanga. Conhecer o que estava acontecendo do outro lado do Atlântico, quem eram os povos escravizados, no que eles acreditavam e quais eram seus mitos. Uma questão central será a relação do mito dos negros d'água com a escravidão (PAES, 2014, p. 16).

O Rio Ribeira de Iguape sempre foi referência para todas as comunidades rurais ao longo dele assentadas. Para as comunidades quilombolas, bem como para outras comunidades ribeirinhas, ainda hoje esse rio desempenha papel fundamental como meio de comunicação, transporte, pesca, lazer, e para a perpetuação da dimensão simbólica dos habitantes dessas áreas (STUCCHI, 1998b; NASCIMENTO, p. 55).

Para refletir sobre esse conjunto de relações da vida humana com a água é necessário observá-las, descrevê-las e analisá-las com base não somente nos marcos jurídicos e institucionais da sociedade eurocêntrica, ocidental e capitalista. Conforme destaca (ESCOBAR, 2005), é preciso conceber nas nossas análises, representações e interpretações de mundo as dimensões ontológicas e epistemológicas de sociedades e comunidades que incorporam nas suas cosmologias a integridade do território a partir diferentes territorialidades (ESCOBAR, 2005).

Para (DIEGUES, 2007) a água é um elemento central na reprodução material e simbólica dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Segundo o autor, ela está presente nos mitos de criação, das próprias sociedades, considerando-a como dádiva abundante, e atribuem o fim deste elemento como o fim da própria sociedade. Diegues (2007) ainda atribui essa ligação dos povos com as águas ao fato de viverem em áreas rurais, onde a ligação e a dependência com o meio natural e seus ciclos é essencial para a produção e reprodução de seus modos de vida, e por esse mesmo motivo é comum a grande maioria viver à beira de rios, lagos, córregos e igarapés.

Por fim, nas sociedades tradicionais e povos originários, as águas, incluindo os rios, lagos, córregos e igarapés, fazem parte de um território e modo de vida que baseia sua identidade, ao contrário da sociedade urbano-industrial, que tem a água como um bem de consumo, pois é desterritorializada, canalizada de outros lugares (DIEGUES, 2007). Para as comunidades tradicionais e povos indígenas a água é considerada um bem comum, ao contrário da sociedade urbano industrial quem tem a distribuição da água para as pessoas, privatizada ou de propriedade do Estado. Portanto, cada tipo de população tradicional tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade desse elemento e as contradições historicamente construídas (DIEGUES, 2007).

## 4.2 A HISTÓRIA DE LUTA CONTRA A UHE TIJUCO ALTO: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA.

O histórico de defesa do Rio Ribeira é bastante relevante no que compete ao histórico de resistência dos povos e comunidades tradicionais no Vale do Ribeira e a relação com a água. Há cerca de 30 anos diversas organizações, lideranças, movimentos e coletivos da região denunciam os inúmeros impactos que foram gerados pela especulação de uma possível construção de barragem, para a geração de energia elétrica e as ameaças aos seus modos de vida. Para lutar contra essa ameaça, as populações tradicionais e, em especial, as comunidades quilombolas, se organizaram e criaram o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB).

Tudo começou a partir de um estudo aprovado pelo governo federal na primeira metade da década de 90, que previa a construção de quatro hidrelétricas: Funil, Itaóca e Batatal, junto à Usina Hidroelétrica (UHE) de Tijuco Alto. Três delas estariam sob a responsabilidade da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), e a UHE de Tijuco Alto ficaria a cargo de um empreendimento destinado a gerar energia em benefício de uma única empresa, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)<sup>25</sup>, de propriedade do Grupo Votorantim, conforme mapa (FIGURA 04).

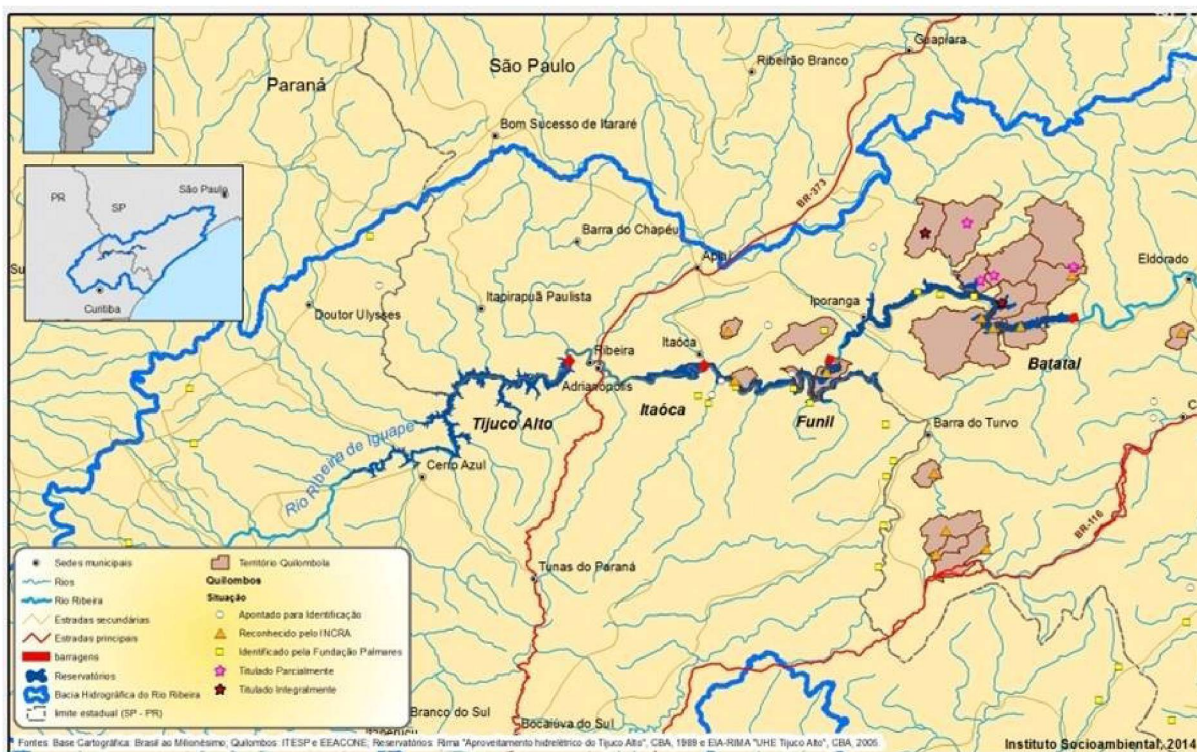
Os estudos apresentados pela CBA na época previam a construção de Tijuco Alto a 10 km das cidades de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR). O projeto em análise indicava a construção de uma barragem com 153 m de altura com um reservatório natural rio acima, com cerca de 65 km de extensão e 56,5 quilômetros quadrados (MAPA DE CONFLITOS FIOCRUZ, 2013). A área que se destinava a ser alagada seria de 51,7 km<sup>2</sup>. O reservatório atingiria parcialmente os Estados de SP e PR nos municípios de Ribeira e Itapirapuã Paulista, em São Paulo, e Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulisses no Paraná (MAPA DE CONFLITOS FIOCRUZ, 2013). Em 1989, quando a CBA iniciou o processo de licenciamento ambiental nos Estados de SP e PR, ignorou a legislação ambiental vigente que determinava que o licenciamento seja efetuado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos

---

25 A empresa buscava aumentar a oferta de energia elétrica para seu complexo metalúrgico localizado na cidade de Alumínio, antiga Mairinque, no interior de São Paulo. Aproximadamente 70% do alumínio produzido no Brasil é exportado, o que significa que as comunidades locais perdem soberania sobre os recursos naturais do seu território, que acabam apropriados na barganha do mercado globalizado para reduzir custos de produção. (MAPA DE CONFLITOS DA FIOCRUZ, 2013)

Naturais Renováveis (IBAMA), por se tratar de uma obra cujo impacto afetará mais de um Estado, a ser realizada em rio federal (MAPA DE CONFLITOS FIOCRUZ, 2013).

FIGURA 4 - IMAGEM ILUSTRATIVA DO PROJETO DAS BARRAGENS TIJUCO ALTO



FONTE: ISA (2014)

Segundo o Mapa de Conflitos da Fiocruz (2013), se as quatro barragens fossem realmente construídas, inundariam permanentemente 11 mil hectares de terra, englobando unidades de conservação, cidades, terras de quilombos e de famílias de pequenos agricultores. Vários estudos e denúncias apontaram a ameaça à vida de uma população de mais de 250 mil pessoas espalhadas por todo o Vale do Ribeira, em especial nos municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Rio Branco, no Paraná, em Ribeira, Barra do Chapéu, Cananéia, Cajati, Eldorado, Iguape, Itapirapuã Paulista e Jacupiranga, no Estado de São Paulo.

A construção dos reservatórios, conforme o mapa demonstra, deixaria submersos patrimônios naturais e espaços de reprodução sociocultural de comunidades ribeirinhas, afetando diretamente os laços de sociabilidade e causando outras degradações ambientais, como a proliferação de insetos transmissores de

doenças, a destruição de leitos de rios e córregos, influenciando a qualidade das águas e, conseqüentemente, a presença de peixes (JERONYMO et al., 2012).

As barragens foram projetadas para o Médio e Alto Ribeira com maior presença da agricultura familiar e comunidades quilombolas. Na região da foz do Rio Ribeira as barragens ameaçavam também as comunidades que dependem da pesca e do extrativismo marinho no Complexo Estuarino Lagunar.

Em função de todos esses impactos, a população organizou-se na região a partir do MOAB, composto principalmente pelas comunidades quilombolas que seriam afetadas. Ao longo dos anos se juntaram à luta indígenas Guarani, quilombolas, pequenos agricultores, trabalhadores organizados e movimentos sociais, entre outras tantas organizações sociais que atuavam na região e que se opunham ao modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ambientalmente insustentável, apontados nos projetos da CBA e da CESP para construção das usinas hidrelétricas.

Além de movimentos sociais, a Igreja Católica, sindicatos de trabalhadores rurais e organizações não-governamentais também mostraram sua oposição à construção das barragens. Promoveram amplas campanhas, protestos, atos públicos e articulações com o Ministério Público Federal (MPF), além de outros órgãos públicos e universidades, para tentar impedir que o licenciamento da usina hidrelétrica prosseguisse e que a empresa iniciasse a construção da barragem.

Outro impacto negativo apontado pelo MOAB é a desestruturação econômica e social da região que uma usina desse porte poderia provocar, tendo em vista que as populações reassentadas em geral não encontrariam terrenos com a mesma qualidade dos que dispunham, ou locais com a mesma infraestrutura.

Entre os anos 1990 e 1994 foram elaborados pareceres técnicos por órgãos de gestão ambiental do governo paulista apontando inconsistências na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e nos estudos de viabilidade que balizaram a concessão da outorga de aproveitamento. No entanto, mesmo diante aos pareceres, em junho de 1994 a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) concedeu licença prévia para a usina, e pouco tempo depois o Estado do Paraná fez o mesmo.

Diante deste desafio, o MOAB, ao acionar o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo e no Paraná, entrou com uma ação civil pública pedindo

anulação do licenciamento e o reconhecimento da competência do IBAMA para o processo, por se tratar de um rio federal. Em 16 de setembro a Juíza da 3ª Região do Tribunal Regional Federal suspendeu a licença prévia, reconhecendo a irregularidade do licenciamento ocorrido até aquele momento.

Segundo (NASCIMENTO, 2005), o poder público da região, de uma forma geral, além de vários outros atores sociais, se posicionou de maneira favorável à implantação das barragens de Tijuco Alto. De acordo com a pesquisadora, ao longo de 20 anos o Rio Ribeira virou “alvo” da expansão industrial, a partir dos projetos de instalação de quatro usinas hidrelétricas para indústria de mineração. Para (NASCIMENTO, 2005), o projeto foi bem visto por uma parte da população que acreditava que por meio da compensação financeira e da geração de empregos decorrentes da construção os complexos hidrelétricos trariam o “desenvolvimento”<sup>26</sup> e o “progresso” para o Vale do Ribeira, usando ainda como forte argumento a utilização das barragens como instrumento de contenção das “enchentes” famosas na região (NASCIMENTO, 2005, p. 66).

Esse dado é muito relevante em relação ao histórico de ocupação ao longo do Rio Ribeira, pois segundo a pesquisadora ocorreram três grandes enchentes gravíssimas nos anos de 1995, 1997 e 1998 que causaram sérios prejuízos às populações (NASCIMENTO, 2005, p. 66). O fato também nos remete ao conhecimento originário das populações quando também apontam a maldição do Rio.

Em todo o histórico de especulação de Tijuco Alto foi utilizado o discurso do desenvolvimento regional, projeto de regularização fundiária, contenção de cheias, melhorias de infraestrutura para abastecimento de água, entre outras falácias do discurso desenvolvimentista. De acordo com (JERONYMO, BERMANN E GUERRA, 2012) estudos de caso realizados sobre os padrões vigentes de implantação de barragens que têm gerado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos e acentuado as desigualdades sociais nos territórios ( JERONYMO, 2012).

Para (JERONYMO, BERMANN E GUERRA, 2012) as usinas hidrelétricas de energia produzem impactos sociais econômicos e ambientais de difícil

---

26 Já na década de 1950, o Departamento de Águas e Energia Elétrica de SP (DAEE) tinha elaborado um projeto básico para aproveitamento hidrelétrico em Eldorado. Um estudo realizado em 1965 pelas consultoras Cobasf e Conanbra aponta possibilidade de quatro barramentos no rio: Mato Preto, Tijuco, Descalvado e Eldorado. Em 1974, o DAEE obtém concessão para obras de captação, derivação e regularização do Ribeira de Iguape no trecho entre o ribeirão dos Pilões e o rio Juquiá (MAPA DE CONFLITOS DA FIOCRUZ, 2013)

quantificação, que vão desde a apropriação de propriedades para compor a área de influência direta da usina e o início dos processos de deslocamentos involuntários de famílias e comunidades rurais inteiras, decorrente do projeto hidrelétrico não construído. Os autores também ressaltam que as condições materiais de existência após o deslocamento promovem impactos sociais pouco analisados pela literatura (JERONYMO, BERMANN E GUERRA, 2012, p. 133)

Mesmo diante de todos esses desafios, desde os anos 1990 existem registros que comprovam que a CBA adquiriu terras nas áreas previstas<sup>27</sup> para formar o lago da usina. É possível encontrar em registros históricos do MOAB os danos causados e registrados pelo processo de especulação de construção da barragem e a forma como a empresa agiu nesses anos para tentar desarticular os processos de resistência na região.

Segundo registros feitos pelo ISA e o MOAB, a CBA adquiriu 379 imóveis rurais e só parou por conta de uma decisão da Justiça Federal que interrompeu o processo em 1997. E essa informação já provocou fortes impactos nos municípios onde a empresa atua. Pelo menos 228 famílias foram atingidas dessa forma. Ainda de acordo com (JERONYMO, BERMANN E GUERRA, 2012), pelo menos 156 famílias foram deslocadas de suas terras nesse processo, muitas delas coagidas sob ameaças de verem suas propriedades inundadas, já que a empresa afirmava que a construção da usina seria inevitável. Muitos ex-moradores da região afirmaram aos pesquisadores que a CBA exercia pressão sobre eles até mesmo em seus locais de trabalho.

É visível durante todo o processo de luta e resistência contra Tijuco Alto e em defesa do Rio Ribeira a forma como a especulação e lógica privada se apropriou de territórios, recursos naturais e interferiram diretamente na reprodução de práticas comunitárias e de subsistência de diversas realidades na região (JERONYMO et al., 2012). Nesse caso, as comunidades rurais foram removidas do espaço social pela presença e ação do agente econômico do desenvolvimento.

No caso de Tijuco Alto, (JERONYMO, BERMANN E GUERRA, 2012) reforçam os impactos culturais causados nas regiões de influência direta do empreendimento, que resultaram na desconstrução material sistemática de

---

27 Segundo informações coligidas pelos pesquisadores: "os funcionários da CBA divulgavam que bastava comprar 50% das propriedades para o reservatório e o governo compraria os outros 50%, e quem não vendesse por um preço justo para a CBA teria que vender por um preço menor para o Estado" (MAPA DE CONFLITOS DA FIOCRUZ, 2013)



comunidades. Mesmo diante da possibilidade da barragem existir, inúmeras famílias e habitantes nativos do território foram prejudicados e atingidos diretamente.

Segundo registros da Entidade de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras (EAACONE) em Eldorado (SP) o desabafo de um senhor de 61 anos que morava na fazenda em Ribeira (SP), e de onde tirava seu sustento por meio da agricultura de subsistência, ilustra bem este cenário de injustiça e violência:

Sr. X e a senhora Y, passaram a vida toda em Ribeira, na divisa de São Paulo com o Paraná. Moravam com os três filhos na fazenda São Pedro, uma das mais bem estruturadas da região. Não gastavam com moradia ou alimentação e ainda ganhavam cerca de quatro salários por mês. Tudo ia bem até que, no final dos anos 80, começaram a aparecer os primeiros barcos motorizados, coisa que, àquela época, nunca havia sido vista no rio que corta a cidade, o Ribeira de Iguape. Soube-se que a Companhia Brasileira de Alumínio, a CBA, braço do Grupo Votorantim, pretendia construir uma usina hidrelétrica na região, denominada Tijuco Alto. Sob a ameaça de ter parte de seu território tomado pelas águas, a fazenda São Pedro foi vendida à CBA. O dinheiro do acerto de contas foi o suficiente para que comprassem o terreno do casebre onde vivem atualmente, no bairro de Ilha Rasa. Sem condições para plantar, o casal sobrevive com o dinheiro da aposentadoria de dona Y. Sem oportunidades de emprego na cidade, dois de seus rebentos tentam a vida em Curitiba. O terceiro filho permanece em Ribeira, desempregado. Registros Acervo EAACONE Entrevista - "Usina de Problemas - Rolling Stone Brasil" (2010)

Em 2005, porém, a empresa realizou novas investidas na região. Há destaques de que mesmo sem ter aprovado um novo Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental o EIA/RIMA, a empresa passou a promover reuniões com os moradores, propondo-se a reassentar 360 famílias em lotes agrícolas ou vilas rurais na região (ISA, 2016). Depoimentos e relatos mostram que de acordo com a proposta levada às comunidades os proprietários poderiam aceitar a mudança ou simplesmente vender seu imóvel, ou ainda receber uma carta de crédito da CBA para adquirir nova propriedade onde desejassem. Porém, aos moradores não-proprietários não restaria outra opção que a do reassentamento proposto pela empresa, acarretando a saída das terras de inúmeras famílias, conforme destaca depoimento de uma liderança da região, conhecido como Zé Rodrigues:

Muitos dos que venderam suas terras na década de 1990, aproximadamente 228 famílias de meeiros, arrendatários, parceiros ou posseiros, terminaram engrossando o contingente de moradores de favelas da periferia de Curitiba, capital do Paraná. É o passivo ambiental deixado pela CBA. Os resultados foram desastrosos para o desenvolvimento do Vale do Ribeira, que estancou nos lugares onde se previam as barragens. As

terras compradas ficaram abandonadas e os que não venderam não quiseram investir em algo de futuro incerto. Nesse tempo deixamos de fazer muita coisa nas nossas comunidades, sempre pensando na ameaça que Tijuco representava. Mas valeu a pena [...] (RODRIGUES, 2016) Zé Rodrigues (Entrevista cedida ao ISA, 2016)

Sob esses relatos (JERONYMO, BERMANN E GUERRA, 2012), tratam no estudo de caso sobre os deslocamentos involuntários dos proprietários e não proprietários de terras. Os autores comprovam que o passivo social já existente decorrente de tais apropriações não foi solucionado até hoje (JERONYMO et al., 2012). Em relatos da pesquisa constatou-se também que os compradores da CBA visitaram os moradores ofertando as possibilidades de compra dos terrenos e ameaçando aqueles que não queriam vender, afirmando que os alagamentos levariam à perda de suas casas. Outro aspecto relevante revelado pela pesquisa foi o início do processo de favelização no Jardim Eliane, bairro urbano e periferia de Cerro Azul (PR), que nasceu para abrigar as famílias deslocadas pelo projeto e especulação de Tijuco Alto.

Ao observar os impactos gerados frente ao projeto de Tijuco Alto, é possível afirmar que a ameaça da barragem transformou pequenos proprietários de terra e famílias inteiras que antes subsistiam da renda da própria propriedade, para a lógica de negociação da força de trabalho. O aumento significativo do consumo dessas famílias deslocadas foi outro aspecto dessa história de resistência ao empreendimento. A partir da luta pela vida, pela dignidade e pelo território, esses movimentos indicam que a vida não pode ser pensada fora da natureza, como a tradição científica hegemônica eurocêntrica insiste em fazer, ressalta (PORTO, 2016). Portanto, verifica-se o processo de luta da comunidade e de várias instituições contra UHE Tijuco Alto conforme ilustra a figura 06.

Cabe destacar que, ao contrário de outros projetos de barragens com altos impactos socioambientais, a UHE Tijuco Alto não possuía um elemento que tem sido um dos catalisadores dos projetos de barragem no Brasil: o argumento da Defesa Nacional. Em geral, as usinas e barragens hidrelétricas são apresentadas ao público como projetos que irão beneficiar o conjunto de toda a população brasileira, sendo lícito, declarado e visível que famílias inteiras teriam que abrir mão de suas terras e modo de vida tradicional, em virtude de toda a produção da usina que seria consumida pelas indústrias da CBA.

Por fim, é possível afirmar que a oposição ao projeto da UHE Tijuco Alto aglutinou entidades e organizações das mais diversas origens, estratos sociais, formações étnicas e objetivos distintos. Por esse motivo, a empresa não pôde manipular a opinião pública a seu favor.

FIGURA 5 - LINHA DO TEMPO – LUTA CONTRA TIJUCO ALTO / ISA



Fonte: ISA (2016)

#### 4.3 O MOVIMENTO DE AMEAÇADOS POR BARRAGENS DO VALE DO RIBEIRA – MOAB: HISTÓRIA E PROCESSOS DE APRENDIZADOS COM OS ENVOLVIDOS

Para contextualizar o movimento em defesa do Rio Ribeira é essencial que se entenda o processo de construção do MOAB. De acordo com (ROSA, 2007) a origem do MOAB que se deu devido às ameaças frente a um conjunto de barragens no Rio Ribeira, nos territórios quilombolas. Foi a partir da Constituição de 1988 que as lideranças na época se atentaram para o artigo 68, que prevê os direitos

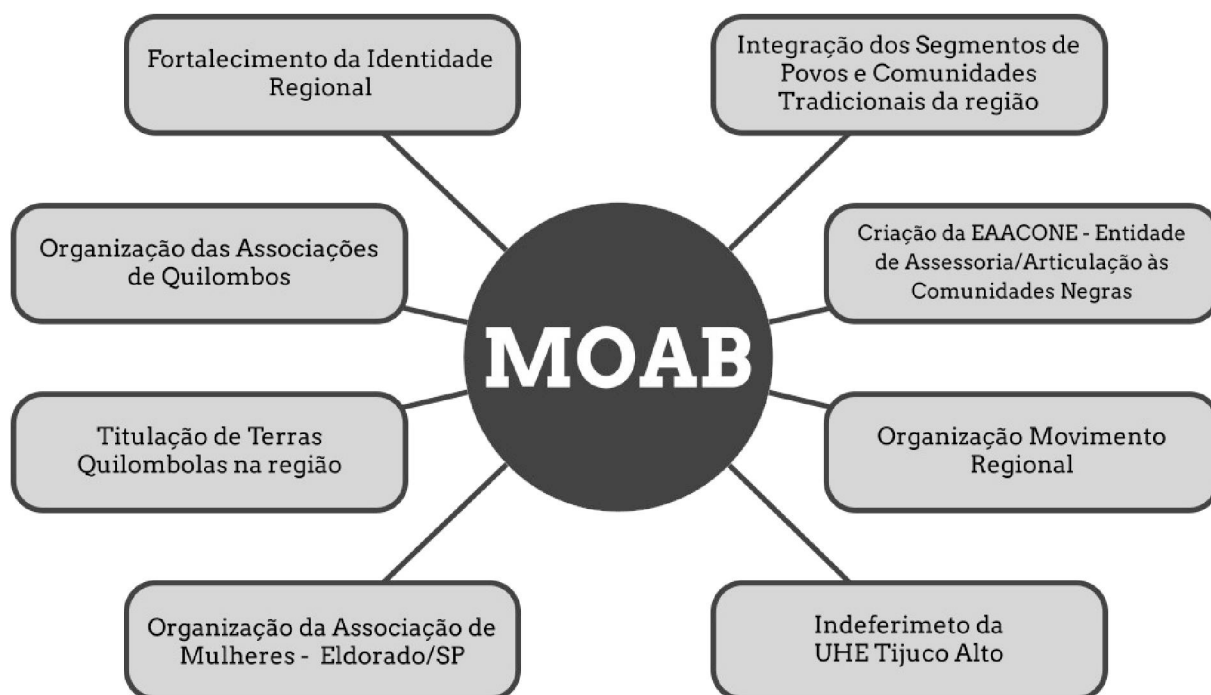
constitucionais de áreas remanescentes de Quilombo, como sua principal defesa frente à possível construção da UHE de Tijuco Alto.

Ainda sob a origem do movimento, o autor destaca que o MOAB foi fundado em 1990, e que mesmo tendo como bandeira central a defesa do Rio e contra as barragens, o movimento articula uma série de outras bandeiras, assim como redes de articulação local. Opera em nível nacional e internacional discutindo diversos temas que vão desde gênero, etnia, meio ambiente, questão agrária e energética (ROSA, 2007).

O papel do MOAB como um centro de lutas locais, articula os anseios e as indicações, denúncias e resistência de diversos setores e segmentos sociais da região do Vale do Ribeira, com destaque para as comunidades quilombolas. Os objetivos iniciais do movimento descritos pelo MOAB buscavam conscientizar, capacitar, organizar e informar a população do Vale do Ribeira sobre os projetos de barragens e a falácia do discurso desenvolvimentista em relação a tais empreendimentos (ROSA, 2007).

A sede do movimento fica na cidade de Eldorado (SP) e atualmente congrega na sua formação comunidades, quilombolas, indígenas, caiçaras, agricultores familiares, movimentos populares da igreja católica, sindicatos, entidades ambientalistas e entidades jurídicas. Outro aspecto importante colocado por (ROSA, 2007) é o papel do MOAB ao criar uma organização, articulação e assessoria às comunidades negras, a EAACONE, que difere do MOAB centrando seus objetivos para articular e organizar demandas das comunidades negras e quilombolas da região (FIGURA 06 - DIAGRAMA). Diante disto, tanto o MOAB como a EAACONE acabam por consolidar um escritório de articulação local que se organiza a partir das demandas e reivindicações das comunidades quilombolas, ribeirinha, indígenas etc.

FIGURA 6 - DIAGRAMA E DESDOBRAMENTO DAS AÇÕES / MOAB



FONTE: Autora (2018)

O MOAB não congrega discursos classistas e não se organiza com um partido, visto que suas bandeiras e formas de atuação se diferem de movimentos categorizados como "velhos" movimentos sociais. Afirmar ser um movimento dentro da cultura como "novo" movimento social, pois nasce de uma ameaça específica e que acaba por agregar outros sujeitos e atores políticos no território (ROSA, 2007).

Para (NASCIMENTO, 2005), a organização do MOAB se deu a partir das experiências acumuladas nas comunidades, ao reagirem à execução de políticas públicas que não as contemplavam da maneira como gostariam, ou seja, para manterem o seu modo de vida tradicional, lutar pelo direito à propriedade da terra, seu território e territorialidades (NASCIMENTO, 2005).

Desde então, a importância do MOAB advém, principalmente, da fomentação de discussões que têm como foco principal os problemas inerentes a essas comunidades, frente aos projetos de "desenvolvimento para a região" (NASCIMENTO, 2005, p. 71).

Dessa forma, (ROSA, 2007) afirma que o MOAB também se apresenta como um movimento de matriz cultural autonomista, devido às ações estarem baseadas no campo da experiência autônoma de sujeitos únicos, como partidos e sindicatos. E

dentro dessa perspectiva o autor enfatiza as várias alianças que o movimento gerou por articular essas demandas, formando uma rede de apoio local (ROSA, 2007).

Portanto, não é incorreto dizer que o MOAB é fruto e foi gerado a partir de conflitos criados sob a lógica do crescimento e do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, uma vez que congrega populações excluídas historicamente do território. Sobre o campo filosófico, Rosa (2007) caracteriza o MOAB como um movimento que trabalha na lógica consensual solidarística, por acionar elementos culturais, sociais, de gênero, étnico e articular outros elementos que buscam valorizar a democracia e a busca por saídas pacíficas capazes de reconhecer os sujeitos e atores do território como detentores de direitos por lei e por ancestralidade de território.

Além desses fatores, observa-se que o movimento tem frentes e formas de cooperação, de autogestão ou cogestão na economia local/regional diante de crises, junto a comunidades. Isso se deu devido ao movimento contribuir para que as comunidades passassem a se ver, reconhecer e se identificar também como agentes econômicos, (ROSA, 2007). Os quilombolas, por exemplo, depositaram em terras tituladas seu maior bem de sobrevivência, de luta e resistência. Ainda sob o aspecto jurídico e organizacional das comunidades quilombolas, o MOAB auxilia na formação das associações e, junto à EAACONE, enfatiza o caráter comunal no uso das terras, que segundo Rosa (2007) faz surgir e ressurgir novos valores de solidariedade, reciprocidade e comunitarismo entre as comunidades, garantindo mais autonomia diante de partidos e do próprio Estado nas suas lutas e reivindicações.

Outro dado importante relatado na pesquisa e no livro *MOAB - A Saga de Um Povo*, de Maria Aparecida Mendes Pinto, participante do MOAB, o movimento também acabou por se envolver e construir movimentos nacionais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em registros do movimento, assim como do livro e também da pesquisa realizada por ROSA (2007), encontram-se documentos que comprovam e confirmam a participação do MOAB nos principais encontros de formação do MAB:

José Rodrigues, do Quilombo Ivaporunduva afirma que no início dos trabalhos do Moab iniciou-se um trabalho de visitas a outras regiões do estado e do país. Segundo José Rodrigues, foram realizadas visitas para grupos de atingidos por barragens e foi possível verificar de perto como foi a problemática diante a construção de uma barragem. A liderança destaca na

ocasião da entrevista que também contribuíram com a fundação do próprio MAB, ganhando repercussão nacional, pois na época, em 1991 a luta ainda estava isolada em cada Estado e não tinha um caráter nacional (ROSA, 2007, p. 96).

Ainda segundo Rosa (2007), e diante desse contexto de dimensão micro/local, o MOAB se transformou também em uma discussão internacional, pois participaram no ano de 1997, na cidade de Curitiba-PR, do 1º Encontro Internacional do MAB, levando cinco ônibus do Vale do Ribeira e, conseqüentemente, contribuíram com a organização de inúmeros outros eventos, protestos e ações contra a construção de barragens.

A partir da articulação de redes de movimentos sociais, o MOAB também se relacionou e influenciou na criação do movimento nacional quilombola criado em 1996, uma vez que as discussões com as comunidades de quilombos, articuladas pelo MOAB, criaram a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que também contou com a participação da Fundação do Conselho Estadual de Comunidades de Quilombo no Estado de São Paulo (ROSA, 2007).

Além dessas relações e articulações, o MOAB também carrega em sua origem os princípios da Teologia da Libertação<sup>28</sup> e das suas respectivas pastorais, a partir do trabalho de Sueli Berlanga<sup>29</sup> e Angela Biagioni, as irmãs pastorinhas, que têm ligação direta com a fundação do movimento.

Segundo Rosa (2007), é importante entender o papel deste grupo da Igreja enquanto mediadores e articuladores na história do MOAB. O autor também relembra nesse histórico de influências o método educacional freiriano das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Assim como a opção das irmãs por uma atuação da Igreja, que caminha lado a lado na defesa dos oprimidos, conforme o autor, é possível verificar e atribuir que o MOAB nasce dessa articulação das comunidades e da atuação das irmãs na região.

---

28 Uma teologia que tenha como meta ajudar criar e desenvolver mecanismos que possibilitem a libertação de diversas formas de opressão partindo do princípio que o homem deve ser o sujeito de seu destino e de sua história (ROSA, 2007, p. 107).

29 Além de seu trabalho como irmã na Pastoral, Sueli Berlanga é formada em direito e também acompanha os processos judiciais das questões das terras e ajuda os quilombolas trabalhadores rurais idosos nos seus pedidos de aposentadoria. Dessa forma é possível verificar que a função do MOAB extrapola os limites de atuação dos movimentos sociais, que às vezes são vistos como apenas defensores de interesses coletivos. (ROSA, 2007, p.137).

É possível então afirmar que o MOAB atua no sentido de articular grupos e pessoas, que sofreram os mesmos tipos de opressão, encorajando-os à organização de base por meio das associações quilombolas, com forte destaque para lutas radicais do ponto de vista da estrutura da repartição de terras no Vale do Ribeira (ROSA, 2007). A partir do histórico de 29 anos de resistência e organização popular o MOAB vem criando e consolidando novas relações até mesmo nos modos de vida das comunidades e fortalecendo a democratização das escolhas das diretorias das associações, a atuação da Igreja, parcerias em sindicatos rurais, e Ministério Público Federal, por exemplo (ROSA, 2007).

Outro destaque bastante relevante na pesquisa de Rosa (2007) é a relação do MOAB com o Estado, que para o autor tem uma autonomia relativa, pois interage com o Estado de maneira estratégica para alcançar suas reivindicações, mas atua constantemente contra as ações e posturas tecnocratas, racistas e coloniais na região, ocasionadas pelo próprio Estado. Dentro da mesma lógica e estratégia, o MOAB também se destaca por trazer a discussão racial, caracterizando-se como uma luta antirracista e decolonial, ao reivindicar a valorização da resistência negra, assim como a reflexão das suas condições de subalternidade na sociedade.

Para Rosa (2007) foram a confluência desses dois fatos históricos – a ação pastoral de uma Igreja libertária e a existência de possibilidade de reconhecimento de território quilombola previsto em lei – que levaram à concretização do MOAB enquanto novo movimento social. É possível verificar na atuação do MOAB e da Igreja, associada a outras parcerias como os sindicatos rurais, Ministério Público, em trabalhos que fortalecem as relações comunitárias como um dos maiores avanços possíveis (ROSA, 2007, p. 113).

Diante deste breve histórico é importante destacar que as pessoas e organizações que estão à frente deste movimento têm um longo histórico de trabalho no Vale do Ribeira e se opõem a um modelo de desenvolvimento que privilegie a concentração de terras e a instalação de grandes empreendimentos, em detrimento da sobrevivência e bem-estar das populações tradicionais e da possibilidade de se trilhar o rumo da sustentabilidade socioambiental.

Por fim, conforme é possível verificar na linha do tempo, o MOAB se organiza em diferentes frentes, ações e estratégias ao longo do seus 29 anos com uma série de eventos organizados em caminhadas, atos, mutirões, encontros



temáticos, seminários, audiências públicas, romarias, missas, celebrações, visitas a outros territórios atingidos por barragens, entre outras ações para discutir e denunciar as formas racistas e injustas do desenvolvimento no Vale do Ribeira e da lógica privada sob os territórios.

#### 4.3.1 A construção histórica de participação e ações apreendidas

A ameaça de construção da hidrelétrica de Tijuco alto representou a manutenção desse modelo de desenvolvimento que historicamente transformou a região em exportadora de matéria-prima barata (mineração e monocultura), já que a usina se destinava a produzir energia para um grupo particular. E caso seja construída, vai perpetuar a sina do Vale do Ribeira de enriquecer alguns poucos de fora e manter a população local e excluída do processo de desenvolvimento (BERLANGA, 2017, p. 46). O tempo passa, mas os conflitos permanecem, e hoje o principal deles se dá pela política desenvolvimentista que se preocupa apenas com a apropriação das riquezas. Por isso, o Vale do Ribeira vive hoje um cenário de vários projetos que, aos olhos dos incautos, podem parecer autônomos mas que tem ligação entre eles (BERLANGA, 2017, p. 40).

O MOAB organizou inúmeros seminários, reuniões em comunidades, abaixo-assinados, fechamento da Rodovia Régis Bittencourt, da Avenida Paulista na capital de São Paulo, bloqueio de pedágio na Rodovia Régis Bittencourt, manifestações no IBAMA e na sede social do grupo Votorantim na cidade de São Paulo, em frente à Vale, instalada na cidade de Cajati, audiências públicas em diversos municípios da região e na Assembleia Legislativa de São Paulo (BERLANGA, 2017, p. 47).

Conforme (QUADRO 6), é possível verificar a sistematização das ações desenvolvidas pelo MOAB, assim como pela figura 07.

QUADRO 6 - LINHA DO TEMPO DO MOVIMENTO

Período	Acontecimentos Empreendimento UHE	Ação do MOAB
1988 à 1998	<p><b>Concessão de Tijuco Alto - Decreto Federal</b></p> <p><b>CBA Protocola 1º EIA/RIMA</b> SMA/SP - Pede complementações EIA/RIMA</p> <p>O IPT<sup>30</sup>, é contratado pela SMA/SP para avaliar o EIA/Rima entregue pela CBA e elabora parecer onde aponta uma série de falhas nos estudos- reelaboração do EIA/Rima.</p> <p>CESP Oficia SMA - Solicita Estudos Integrados</p> <p>CBA envia à SMA - Informações Socioeconômicas</p> <p>CBA - Apresenta Informações à SMA</p> <p><b>CBA - Protocola SMA Novo EIA/RIMA</b> Concedida Licença Prévia – IAP/PR CESP Protocola na SMA - Relatório Aproveitamento Múltiplo Rio Ribeira<sup>31</sup> Início Pedido Licenciamento IBAMA Concedida Licença Prévia – SMA/SP MP - Anula Licenças Prévias SP/PR</p>	<p>Comissão de Mobilização do Vale do Ribeira - Cerro Azul</p> <p>Constituição de 1988 - Artigo 68 - Direito às terras Quilombolas</p> <p>Formada Comissão Articulação / Ameaças</p> <p>Surge o nome MOAB</p> <p>Visitas Regiões Atingidas por Barragens</p> <p>Reuniões de Mobilização nas Comunidades Ameaçadas</p> <p>Encontrão das Mulheres - 1º Encontro Anual de Mulheres</p> <p>Nasce o Encontro Anual de Mulheres</p> <p>1º Encontro Internacional – MAB</p> <p>Audiência Pública – Iporanga/SP</p> <p>1º Contato Etnólogo</p> <p>Formação Equipe de Campo – Etnográfica</p> <p>Quilombo Ivaporanduva - Inicia processo de reconhecimento</p> <p>1º Passeata – Registro/SP</p> <p>1º Seminário - Sobre Barragens - Eldorado/SP</p> <p>Representação Procuradoria Da República - Conflitos Zoneamento APA / Terras Quilombolas</p> <p>1º Romaria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira – Aparecida</p> <p>Mutirão de Conscientização – Regional</p> <p>1º Encontro de Comunidades Negras - Vale do Ribeira</p> <p>Criação da EAACONE</p> <p>Celebração Eucarística - Quilombo Praia Grande</p> <p>2º Encontro de Comunidades Negras - Vale do Ribeira</p> <p>Encontro de Religiosos Negros / SP</p> <p>MOAB Participa da ECO92</p> <p>Manifestação SMA/SP</p> <p>1º Audiência Pública – Ribeira/SP</p> <p>Grandes Enchentes do Rio Ribeira</p> <p>Seminário Formação Movimento – Registro/SP</p> <p>2º Seminário - Sobre Barragens – Iporanga/PS</p> <p>Lideranças Quilombolas Denunciam desmatamentos à Secretário Meio Ambiente / SP</p> <p>MOAB - Membro do CBH</p> <p>MOAB Visita Quilombo Mandira</p> <p>Encontro Quilombo João Surá/PR</p>

Período	Acontecimentos Empreendimento UHE	Ação do MOAB
<b>1998 à 2008</b>	<p>Protocolado IBAMA - Novo EIA/RIMA</p> <p>IBAMA - Aceita EIA/RIMA</p> <p>IBAMA - Realiza Audiências Públicas PR/SP</p> <p>IBAMA - Define Termo de Referência</p> <p>Pedido de Licença Prévia</p> <p>Relatório Indicando pendências EIA/RIMA</p> <p>A CBA entrega os estudos complementares ao IBAMA</p> <p>Indeferido Processo Licenciamento IBAMA</p> <p>Protocolado IBAMA - Novo Pedido Licenciamento</p> <p>Procuradores pedem novas Audiências Públicas</p> <p>CBA - Propostas de Reassentamentos</p>	<p>Parceria ISA e Ivaporanduva - Certificação Orgânica Banana</p> <p>Titulação Quilombo Ivaporanduva</p> <p>2º Encontro Nacional MAB</p> <p>Audiência Pública Assembléia Legislativa SP</p> <p>Reconhecimento - Nhunguara, André Lopes, Sapatu e Galvão</p> <p>Proibição MOAB no Fórum de Desenvolvimento Vale do Ribeira</p> <p>Ato IBAMA/SP</p> <p>Ato MAB Eletropaulo – SP</p> <p>Caminhada Centro/SP</p> <p>Dia Cultural Afro – Juquiá</p> <p>Expedição Rio Ribeira SOS Mata Atlântica</p> <p>Ato Público – Registro</p> <p>CBA - Apresenta Propostas de Reassentamento para Comunidades</p> <p>Construção Capela Porto Velho</p> <p>Reconhecimento - Quilombo Morro Seco</p> <p>Caminhada Ribeira (SP) /Adrianópolis (PR)</p> <p>Lançamento Campanha Cílios do Ribeira - ISA e Vidágua</p> <p><i>Ocupação IBAMA/SP<sup>32</sup></i></p> <p>EAACONE - 10º Encontro Anual de Comunidades Negras</p> <p>Recuados Limites Parque Intervalos</p> <p>10 Anos - Encontros Anuais de Mulheres</p> <p>Titulação - Maria Rosa, São Pedro e Pilões</p> <p>1º Aula Educafro</p> <p>ATO COP-8 – Curitiba</p> <p>MOAB - Grito dos Excluídos</p> <p>Titulação - Quilombos Peddro Cubas de Baixo e Pedro Cubas de Cima</p> <p>Visitas Quilombo Aldeia – Iguape</p> <p>Titulação Quilombo Galvão</p> <p>Reconhecimento - Quilombo Mandira</p> <p>Ato IBAMA – Curitiba/PR</p> <p>Campanha da Fraternidade Regional - Água é Fonte de Vida</p> <p>Manifestação BR 116 – Cajati</p> <p>Lançamento Campanha Contra Barragens – ISA</p> <p>Agricultores Cerro Azul - Contra Tijuco Alto</p>

30 Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo

31 Em reunião conjunta entre a SMA, Cesp (Centrais Energéticas de São Paulo) e CBA, é determinada, pela primeira vez, a necessidade de o EIA contemplar a avaliação ambiental das outras possíveis alternativas de repartição do rio (três, quatro ou cinco eixos de barramento)

32 Por esse motivo, foi grande a revolta popular quando, em fevereiro de 2008, a equipe técnica ignorou as comunidades e divulgou um parecer favorável a construção da UHE Tijuco Alto. Por isso, no dia 12 de março, cerca de 700 pessoas ocuparam a Superintendência do IBAMA em São Paulo e obrigaram o Instituto a fechar um acordo, em reunião em Brasília no dia 13, através do qual o mesmo aceitaria crítica ao parecer de fevereiro e somente decidiria sobre a licença prévia depois de analisar essas críticas. Isso foi feito no dia 18 de abril de 2008, em documento produzido e assinado pelas organizações que compõem a Campanha contra as Barragens no Rio Ribeira de Iguape. Fonte: MOAB

Período	Acontecimentos Empreendimento UHE	Ação do MOAB
		<p>8º Romaria da Terra e das Águas – Registro IPHAN e MOAB - Estudos Rio Ribeira Patrimônio</p> <p>Reconhecimento Quilombo Galvão</p> <p>Recuo de Limites Parque Estadual Jacupiranga</p> <p>Comissão Negociação – Brasília/DF</p> <p>I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável - Vale do Ribeira</p> <p>Entregue Carta Ministra Meio Ambiente - Marina Silva</p> <p>Quilombo Ivaporanduva - Recebe Ministra do Meio Ambiente<sup>33</sup></p> <p>Repúdio Seminário "Cidade Sustentável" – Eldorado/SP</p> <p>Integra ao MOAB - Coletivo Educador Lagamar.</p>
<b>2009 à 2018</b>	<p>Parecer favorável - Fundação Palmares</p> <p>IBAMA realiza vistoria técnica em Adrianópolis/PR</p> <p><b>IBAMA reconhece a sensibilidade da Região</b></p> <p><b>Indeferimento IBAMA - Tijuco Alto</b></p> <p>Pedido PCH - Rio Varadouro / Itaóca</p> <p><b>Novas Ameaças - PCH's</b></p>	<p>25º Romaria da Terra - Adrianópolis/PR</p> <p>Jornada de Lutas MAB / Via Campesina</p> <p>Participação Pesquisador Quilombos - Apresentação ONU Nova Iorque</p> <p>Bloqueio Pedágio - BR 116</p> <p>20 Anos – MOAB</p> <p>25 Anos MOAB</p> <p>Audiência Pública - Quilombolas e Fundação Palmares</p> <p>Oficinas Jovens - Barra do Turvo</p> <p>Visitas Quilombos - Barra do Turvo</p> <p>Parceria Defensoria Pública Regional e EAA-CONE</p> <p>Mobilização das Mulheres - Contra as Barragens</p> <p>Ocupação BR 116</p> <p>17º Encontro das Comunidades Negras</p> <p>Ato Contra PCH's – Itaoca</p> <p>Bloqueio Pedágio BR 116 - Até Sede da Vale Fertilizantes/Cajati</p> <p>1º Pedido Informações PCH's - Governo SP</p> <p>2º Pedido de Informações PCHs - Governo SP</p> <p>Protesto Av. Paulista/SP - PEC 215</p>

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de Ferreira (2010).

33 A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, visitou o Quilombo de Ivaporanduva, onde lançou projetos de apoio a iniciativas de geração de renda e de proteção ambiental, como a produção, comercialização e processamento de banana orgânica, o repovoamento do palmito juçara e de outras sementes nativas nas matas, além da exploração de recursos naturais de maneira sustentável. Fonte: MOAB



FIGURA 7 - FOTOS ACERVO MOAB / EAACONE

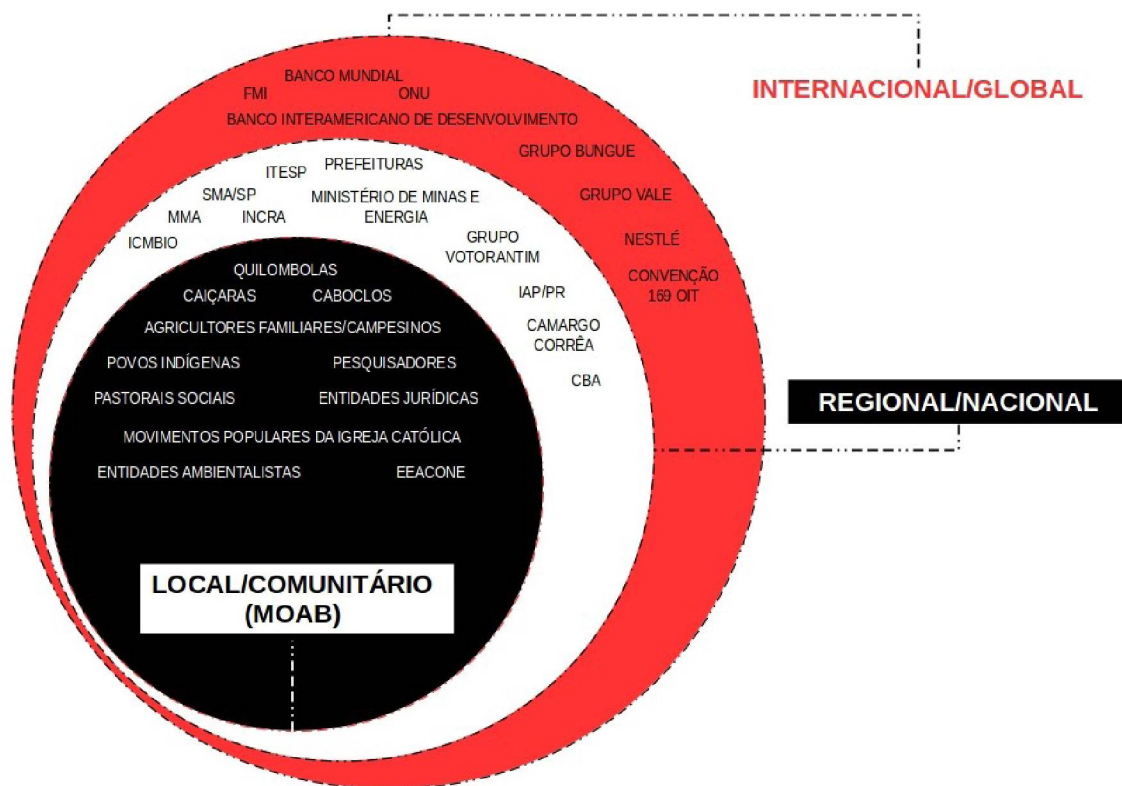


FONTE: Autora (2018), baseada na tese de Ferreira (2010).

#### 4.4 O MOVIMENTO DE LUTA E O ENCONTRO CONSIGO MESMO: LIBERTAÇÃO DA NEGAÇÃO DO SER, VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE E CONHECIMENTO SÓCIO HISTÓRICO

Os colaboradores do MOAB, confirmam que a água, o Rio Ribeira e o território são motivo de preocupação para as comunidades e povos tradicionais da região, visto que nos relatos e depoimentos, após o indeferimento do pedido de licenciamento da UHE de Tijuco Alto, também apresentam a preocupação e o olhar para outros projetos e propostas para o desenvolvimento da região (FIGURA 8) - as questões escalares deste território e suas influências), como a mineração, que também impacta e pressiona o modo de viver dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Rio Ribeira de Iguape e suas territorialidades de uma maneira geral.

FIGURA 8 - DIAGRAMA LUGAR (NÍVEL MICRO – MOAB – INTEGRANTES, ENTIDADE, NÍVEL REGIONAL, NÍVEL GLOBAL



FONTE: Autora (2018), baseada na tese de ESCOBAR (2010).

#### 4.4.1 O Desenvolvimento do Vale do Ribeira a partir da percepção dos integrantes do MOAB

Quanto as propostas de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, os integrantes do MOAB relatam que este lugar não pode ser olhado só pelo prisma do desenvolvimento regional, mas sim como um lugar que possui especificidades e que promove um espaço de formação e aprendizagem real, como um “laboratório” sobre diversidade e pluriculturalidade, enfatizando como as comunidades enfrentam os desafios decorrentes desse modelo excludente:

E nestes 33 anos eu, valeu muito a pena a minha vida aqui e eu acho que vai ser problema quando eu tiver que sair. Aqui é um laboratório, né? você aprende História, você aprende Ecologia, você aprende a ser mais humana, você aprende cultura. Uma coisa que me chama muita atenção é alegria do povo daqui, apesar de toda história sofrida e de opressão, mas como consegue sobreviver e fazer festa, dançar. Isso sempre me chamou a atenção e isso mantêm a gente, né? A gente aprende a lidar com os

problemas vendo como essa população também lida com seus problemas e que não são poucos (BERLANGA, 2018).

Diante deste relato, é possível verificar o que (ROSA, 2007) aponta sobre o trabalho das irmãs serem baseados na teologia da Libertação, presente em suas narrativas e métodos de mobilização das comunidades, lugares de aprendizado coletivo e junto ao povo. Esta dimensão torna-se um elemento fundador e essencial no que se refere ao território e modos de vida como espaços de formação de identidade e vida em comunidade. Portanto, a teologia da libertação promoveu um olhar para a realidade a partir do desejo de transcendência, através da transformação e criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir do relato das irmãs pastorinhas e fundadoras do MOAB foi possível confirmar que o desenvolvimento regional que vem sendo implantado no Vale do Ribeira não atende às particularidades das comunidades tradicionais, como também como o entendimento de quem opera e toma as decisões sobre os empreendimentos na região ao mercantilizarem a natureza:

É uma pena que o desenvolvimento seja visto como se apropriar da riqueza da terra para transformar em dinheiro e esse dinheiro é pra tirar mais riqueza, e isso gera a morte, não tem vida neste desenvolvimento. O desenvolvimento que a gente pensa e que a gente vê nas comunidades é outro desenvolvimento, é onde as pessoas têm relações, relações que aquilo que pros outros é visto como uma coisa a ser apropriada, pra população aqui, pra mim também, pra nós, é pra ser mantida, porque a relação não é se apropriar daquilo. É o dom, é a graça que tá ali e o desenvolvimento pensando dentro deste sistema louco aí é se apropriar, tirar daqui pra levar pra outro serem beneficiados, deixando essa população sem esse dom, sem essa graça, né, que está ali no território deles, eles não veem aquilo pra ser apropriar pra fazer dinheiro, o dinheiro pra fazer é pra ter uma vida digna e não pra, pra se apropriar das coisas (BERLANGA, 2018).

É importante ressaltar que no caso do Vale do Ribeira, bem como outras regiões do Brasil, ignorou-se a ocupação secular e memorial das populações tradicionais. Para (DIEGUES, 2000), esse modelo de preservação dos recursos naturais desconsidera o saber tradicional das comunidades locais sobre o meio ambiente e faz parte de uma série de restrições que na maioria das vezes são conflitantes com o modo tradicional de utilização dos recursos naturais (NASCIMENTO, 2017, p. 89). Nesse contexto, o Vale do Ribeira é palco de inúmeros conflitos socioambientais, os quais são instigados pela velha e problemática dicotomia preservação ambiental versus desenvolvimento econômico:

Eu vejo desenvolvimento aqui desta região, por ser uma região com conjunto, primeiro de diversidade cultural, é uma riqueza natural, né, de fauna e flora, enfim, que também em especial, essa diversidade cultural ela faz parte na verdade do que eu vejo como desenvolvimento, que é o que todos esses conjuntos de fatores são, são manejo, vamos pensar assim, um processo de manejo da região, então como você falou, quando você pensa que o rio ele já é navegável lá em 1530 como um mecanismo ou como uma estrada que leve onde tem uma riqueza natural, então ele já tem um papel importante, mas todo ciclo produtivo que vem desencadeando deste esta época (MARINHO, 2018).

Para os colaboradores do MOAB, o desenvolvimento ideal com o Rio Ribeira seria observar o território de forma conjunta, ou seja, se desde a colonização o rio tem feito parte da vida das pessoas, não seria diferente pensar dessa forma agora. E ainda destaca que o Ribeira desperta uma ligação nas comunidades desde os tempos coloniais, e enfatiza sobre observarmos a forma como as relações que os povos e comunidades tradicionais da região têm com o rio na sua conservação e defesa:

Ele tem uma ligação direta também em defesa do rio, porque você pega, por exemplo, Eldorado, ele teve uma época que as comunidades abasteciam as freguesias, que tudo o que se vinha, vinha pelo rio, então assim, o respeito, a dinâmica até do rio em forma, em seu formato, ele também contribui para que esse manejo, né, este manejo de preservação, de sustentabilidade da região, ele ficou um pouco mais intacto, então assim, a gente não tá falando que o rio é um objeto comum que quando a gente visualiza um tipo de riqueza que pode ser mercantilizada a gente se apropriar disso, mas ele também é um processo de construção num processo de manutenção da região, né, então assim, você vê que as comunidades precisa dele, mas ele de alguma forma também precisa da comunidade, né, quando se pensa, “ah, não, não vou desmatar ali porque eu tenho respeito ao rio.” Então assim, ele precisa da comunidade, ter essa consciência pra poder é manter essas nascentes, essas matas ciliares, todo esse processo, esses conjuntos de preservação do rio, ele esteja intacto, né. Então assim, ele tem, tanto as comunidades quanto o rio em si pra região, eu penso que o desenvolvimento é a gente potencializar isso que pra nós a gente vê, principalmente pra mim, é potencializar e dar mais visibilidade que todas essas comunidades, agricultores, familiares e tal que tem uma visão, um conhecimento tradicional e uma visão de proteção é visualizar isso ou evidenciar de que eles fazem parte, esse é o desenvolvimento, eles fazem parte do processo de manutenção da região, então quando a gente pensar em desenvolvimento, tem que pensar de uma forma com que potencialize, né, este grupo, estas pessoas, né, onde eles consigam manter o conhecimento tradicional e a preservação da região (MARINHO, 2018).

Diante deste relato, o território nesse processo se constitui em um importante elo de continuidade, identidade do grupo. O território, no mesmo sentido que a tradição, longe de ser um elemento estático e mutável, foi mudando suas características e suas dimensões com relações tanto internas como externas que



sofrem de um reordenamento diante dos novos desafios, à medida de uma identidade não essencial, mas que está marcada pelo convívio com conflitos permanentes (MONTENEGRO, 2012, SANTOS, 1996), também ressaltou a importância dessa categoria de análise e confirma a multiplicidade de dimensões que devem ser analisadas no território. Para ele, há que se considerar o espaço como um conjunto indissociável, ou seja, um espaço em que os objetos geográficos, naturais e sociais participam e sofrem os arranjos de uma sociedade em movimento.

Ainda sobre um desenvolvimento no território que poderia potencializar as identidades e modos de vida, os colaboradores afirmam que o “desenvolvimento” deveria necessariamente dar visibilidade e reconhecer a existência e permanência das comunidades tradicionais da região. Nesse sentido, apontam também e fazem relação com o instrumento de auto definição de povo e comunidade tradicional, criado e recriado a partir das defesas históricas e de atuais formas de vida, de usos dos territórios e de uma identidade coletiva, a favor de políticas públicas que garantam seu reconhecimento e não necessariamente por seu atrelamento a um passado comum, distante, homogêneo (DOS SANTOS ET AL., 2018). Diante disto, também destacam a necessidade de garantir a identidade também do território:

Este discurso de desenvolvimento trazido de fora é tão furado que eles falam que precisa vir empresa pra gerar emprego, a gente vê na comunidade quando a comunidade consegue recuperar pedaço, porque território ainda ninguém, nenhuma comunidade ainda tem o seu território tradicional completo, mas quando tem pelo menos um pedaço de terra, as pessoas não querem sair da sua comunidade, elas conseguem viver, ela não tá interessada em ir pra cidade pra ser assalariada, pra poder no fim do mês, “ah, mas tem que trazer empresa pra gerar emprego”, se tem terra, tem emprego (BERLANGA, 2018)

Ao abordarem o sentido da palavra “desenvolvimento”, colocam um questionamento relevante e necessário diante de um desenvolvimento que desterritorializa ou então desvincula as pessoas de seus lugares, que vem de fora, de um agente externo, que não dialoga com o envolvimento das comunidades nos seus lugares e identidades:

O desenvolvimento trazido de fora não é a negação, o des, do envolvimento, né? é a negação do envolvimento porque quem tem envolvimento com a natureza, com o rio, com as cachoeiras, com aquilo que tem no solo e no subsolo é tem tá aqui, que vive de, agora pra você ver, quando você faz uma proposta de desenvolvimento é tirar o envolvimento destas pessoas... e essas pessoas que vêm não têm esse envolvimento, porque ela vem pra se apropriar, né? pra se apoderar.

Tirar o envolvimento com o seu meio, né? você tem que se cercar tanto, por tanta grade, cerca elétrica, câmera e alarme que você não tem mais o envolvimento com a sua comunidade, você tem só sua casa ali, uma prisão, né, que nem é mais moradia (BERLANGA, 2018)

Nessa perspectiva, os entrevistados apontam as estratégias desses empreendimentos, que visam se apropriar dos territórios por meio de medidas e discursos que afirmam promover mudanças econômicas e sociais, entre os segmentos das populações mais pobres. Padronizam uma ideia de desenvolvimento nos marcos do desenvolvimento ocidental capitalista, caracterizado pela acumulação e pelo alargamento do consumo, entrando em conflito com as possibilidades e os modos de vida tradicionalmente estabelecidos (MONTENEGRO, 2012). É possível verificar, a partir do relato dos colaboradores, o desenvolvimento imposto aos modos de vida das comunidades ao reivindicarem um desenvolvimento que possa ter as pessoas como base fundamental e não de maneira injusta e desigual:

Não por esse desenvolvimento ambiental incoerente, mas sim por um desenvolvimento, não só ambiental, socioambiental, sócio cultural, é, da forma plena, onde as pessoas, não recaia sobre as pessoas o racismo ambiental, né? Essa, perseguição aos mais fracos, que a gente vê, às vezes, tem uma fazenda lá na comunidade, não pode plantar, fazendeiro vai lá destrói e sempre recai sobre as comunidades porque elas praticam crime ambiental, fazendeiro não (LIBÓRIO, 2018).

Nesse sentido, o pensamento de (SEN; KLIKSBURG, 2010) sobre o desenvolvimento com as pessoas em primeiro lugar, dialoga diretamente com o pensamento colocado pelas lideranças do movimento, quando enfatizam que as pessoas devem vir em primeiro lugar. Ainda em relação à perspectiva das pessoas e seus lugares, os colaboradores também registraram a importância da identidade como questão central para o desenvolvimento nos territórios, ao afirmarem que os modelos de desenvolvimento presentes até o momento não são cabíveis para o Vale do Ribeira:

Esse outro modelo de progresso, de desenvolvimento, que de alguma forma na hora que você fala isso automaticamente, você já exclui alguma coisa, aqui pro Vale, ele não é cabível. Ele não cabe aqui no Vale porque existe um conjunto de conhecimentos tradicionais que mantêm a preservação desta região, o fato de você levantar as bandeiras que é contra as barragens, que é contra mineração, que é contra a privatização das áreas, das unidades de conservação, das áreas de proteção, você tá levantando uma bandeira de resistência da sua própria identidade aqui do Vale, então, por isso que a gente pensa que o modelo de desenvolvimento que é cabível aqui na região é um modelo onde a gente consiga evidenciar e potencializar,

como eu disse, essas diversidades culturais que têm levando em consideração a preservação ambiental, principalmente, do Rio ribeira de Iguape (MARINHO, 2018).

Diante disso, cabe destacar a necessidade de um olhar mais profundo sobre a forma especial em que as racionalidades dos povos originários e das comunidades tradicionais trabalham no povoamento e aproveitamento dos territórios que ocupam com lógicas não diretamente assimiláveis à lógica do capital. Portanto, os colaboradores destacaram que para existir um desenvolvimento territorial que seja justo, equilibrado ou até mesmo sustentável, deve-se necessariamente considerar os aspectos relativos aos modos de vida, sem generalizar, mas sim compreendendo as especificidades de cada localidade:

Não existe, o desenvolvimento ele não pode tá restrito à palavra só, ela é muito mais ampla, ela vai muito além do que simplesmente eu ter dinheiro no bolso, eu posso ter muito dinheiro no bolso e ser um pobre, eu posso ter todos os aviões, carros, mansões e ser pobre, ainda assim ser pobre, em vários aspectos, pobre na mente, pobre de amigos, de cultura, né? Pobre no respeito mútuo. Pra mim, o desenvolvimento tá numa proposta que parta do povo, pode ser do próprio representante do povo que colocou, desde que sirva pra o povo, não sirva para os interesses deles (LIBÓRIO, 2018)

Sob este aspecto, (ESCOBAR, 2010) apresenta a ideia e o conceito que o lugar nos orienta para uma maneira de pensar a vida inorgânica, orgânica e social, e nos é útil para a análise de produção em suas diversas dimensões. Para o autor, os diferentes lugares têm coisas diferentes para oferecer, assim como os seres humanos têm para trabalhar e viver, e isso se relaciona com a forma como os seres humanos constroem esses lugares. Diante disto, (ESCOBAR, 2010) destaca que os locais são então coproduções entre as pessoas e o meio ambiente.

Deste modo, a partir das entrevistas é possível, baseado em (ESCOBAR, 2010), dizer que a visão de desenvolvimento do MOAB articula uma base no local, ao combinar com a história, cultura, meio ambiente e vida social, e mostra o desenvolvimento de uma consciência espacial entre os ativistas do movimento ou dentro das mesmas comunidades ribeirinhas e quilombolas ao longo do Rio Ribeira. Tais provocações nos apontam a necessidade de aprofundar análises e construções a partir de outras epistemes, que buscam compreender a relação da natureza e a cultura, de forma interligada e em sobreposição das redes de seres humanos e outros seres, amparadas no lugar, assinala (ESCOBAR, 2010). Os locais são o local

de culturas, economias e ambientes dinâmicos, ao invés de apenas nós em um sistema capitalista global.

Para (SAQUET, 2011), ao discutir a cooperação para o desenvolvimento territorial, também levanta questionamentos acerca da importância e necessidade do conhecimento geográfico, principalmente por esclarecer os aspectos do território e das territorialidades ligados ao espaço-tempo. O autor aponta que é preciso analisar o território como os níveis escalares, e nesse sentido é fundamental considerar os níveis temporais. Para o autor, não se pode dissociar a territorialidade dos níveis escalares e temporais. Portanto, para compreender a territorialidade deve-se levar em conta sempre considerar a escala espacial de análise e também os fenômenos e processos materializados no território (SAQUET, 2011).

Entendendo esse território como partilha, conflitos e domínio das condições de reprodução da vida, assim como a necessidade de superar as dicotomias material/ideal é a apropriação social de uma porção do espaço geográfico, enquanto a territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pelas sociedades, a partir dos relatos do MOAB é possível observar que as transformações acerca do espaço, tempo, natureza e do território são indissociáveis (SAQUET, 2011). Enfim, esses elementos são fatores condicionantes nos processos de construção do lugar e das paisagens e, portanto são essas categorias fundamentais para pensar o desenvolvimento territorial, com base na cooperação social.

#### 4.4.2 O sentir e pensar com o Rio Ribeira de Iguape: diferenças epistêmicas

A partir dos relatos, a importância do Rio Ribeira para os povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira ficou mais evidente quando identificamos no pensamento oriundo da mobilização em defesa do rio a dimensão da afetividade e o próprio lugar de sujeito para o Rio Ribeira:

Acho que na nossa vida ele passou a ser um elemento essencial, eu não consigo imaginar o Vale do Ribeira sem o rio, ou o rio represado, não consigo imaginar, a gente vê a deterioração da qualidade do rio, mas ele continua ainda, né? Imagino o que significa pro povo que nasceu na beira deste rio, que nadou, que comeu, que lavou, que tomou banho, o que ele significa. Ele já não é mais simplesmente um rio, ele faz parte acho que da personalidade, afetividade, da relação com a natureza, não dá pra pensar o Vale do Ribeira sem rio, num dá pra pensar território tradicional sem o rio, num dá pra pensar em água sem rio, então o Rio Ribeira é o símbolo aqui, ele também tá resistindo, assim como a população resiste à toda opressão,

o Rio Ribeira ainda tá resistindo E vamos ver se a gente ajuda nesta resistência, né? (BERLANGA, 2018).

Todas as vezes que eu passo perto do Rio Ribeira ou passo uma ponte, estou margeando o Rio Ribeira, eu lembro o seguinte que no início do movimento do MOAB a gente sempre imaginou o Rio Ribeira sem barragem, sem as quatro barragens e depois sem a Tijuco Alto, e todas as vezes que passava perto do Rio Ribeira eu imaginava, Rio Ribeira sem barragem. E tem assim uma frase, que sempre ficou assim, dentro de mim que é “o rio dos meus sonhos”, né? “O rio dos meus sonhos” seria o Rio Ribeira sem barragem, o Ribeira livre, onde a população possa fazer isso que a Sueli falou, pode pescar, pode tomar banho, pode lavar roupa, pode curtir a natureza e as margens do Rio e hoje quando eu passo perto do Rio Ribeira eu penso, o Rio Ribeira está livre da Tijuco Alto, parece um sonho, né? Que o o ribeira tá tranquilo correndo sem o Tijuco Alto, embora haja ameaça das PCH, mas mesmo assim a gente tem certeza absoluta que as PCH não vão sair também, então, mas, eu vejo o rio assim, o rio livre, o rio solto, rio, parece assim que ele tá cantando, eu sinto assim, parece que ele está cantando que ele está livre da Tijuco Alto, né? Porque a Tijuco Alto iria estragá-lo, né? (BIAGIONNI, 2018)

Portanto, não seria exagero afirmar que o Rio Ribeira se caracteriza como um bem comum dos povos e até mesmo como um sujeito dotado de direitos para os integrantes do MOAB, assim como para outras comunidades tradicionais e povos indígenas da região. Segundo os relatos, o Rio Ribeira sempre teve e tem influência direta dos modos de vida e organização da cultura, conforme coloca (ESCOBAR, 2005) quando afirma que em muitos contextos não ocidentais são concebidos os territórios, sustentados sobre vínculos de continuidade, e a cultura está arraigada através de símbolos, rituais e práticas que também se diferenciam do tipo moderno, capitalista. Para (ESCOBAR, 2005), a relação dos povos de contextos não ocidentais, dos seres vivos e não vivos, e com frequência supranaturais, não são vistos como entes que constituem domínios distintos e separados, pois consideram que as relações sociais abarcam algo mais que os seres humanos.

Neste sentido, conforme (ESCOBAR, 2010), no Vale do Ribeira, o rio e as comunidades negras, organizadas em movimento social, propõem que os territórios sejam concebidos com base na dinâmica dos rios, especialmente na bacia do rio. (ESCOBAR, 2010) destaca que esse modelo de discurso sobre o rio, como um território central de matriz cultural-espacial e identidade, é significativo em si mesmo, por discutir as diferentes epistemologias que configuram determinado território.

(BORDA, 2010) argumenta que o conhecimento das realidades locais torna-se mais rico e útil na medida em que se relaciona com a compreensão e a autoridade da vivência pessoal das comunidades que habitam os territórios. Para

Borda (2010), a autoridade científica e intuição que provêm do contato com a vida real, as circunstâncias, o meio e a geografia deveriam ser centrais para pensar o espaço, tempo e território.

Sob essa mesma perspectiva, de um rio que faz parte da construção social e cultural do território, os colaboradores destacaram também a dimensão espiritual que ele trouxe para o MOAB, assim como para a resistência e as comunidades de uma forma geral:

O Rio Ribeira, ele também se incorporou na nossa mística, na nossa espiritualidade, né? Quantas orações nós fizemos pra salvar o rio, quantas celebrações de comunidades, que é estas comunidades situadas na margem do rio que a gente inicia a celebração tocando na água do rio e carregava, carregava a água às vezes pra capela ou no campo onde a gente fazia as celebrações, né? A água do rio estava presente. Então, ela incorporou na nossa mística, na nossa espiritualidade. A gente percebe que o rio incorporou, né, incorporou em muitas, na profundidade do nosso ser, né? A gente ama, mas dá um trabalho. (BERLANGA, 2018).

Nesse sentido, em relação ao pertencimento com o território, foi possível identificar também nos relatos a influência do rio na produção de conhecimento local, que acaba por se expressar nas artes, como a poesia, a música, a fotografia:

Tanto a poética como a veia também musical, né? Porque existe muitas músicas, né, compostas pelos quilombolas, enaltecendo e defendendo o rio e dizendo o quê que o rio significa pra vida deles, né, pra vida da comunidade, então o rio, além de despertar essa questão da mística, desperta também, faz desabrochar, né, o veio musical, o veio poeta. (BIAGONNI, 2018). Imã Ângela, MOAB e EAACONE

Diante disto, conforme Escobar (2010), o Rio Ribeira de Iguape colabora com a construção de uma identidade local e também na formação dos territórios, na mesma medida que é a residência da combinação de tipos de relações sociais que se deram no Vale do Ribeira, e assim acabou por dinamizar determinados lugares e identidades territoriais. Sendo assim, o Rio Ribeira está presente na cosmovisão e cultura das comunidades tradicionais do território e tem influência direta na resistência – inclusive aos olhos dos participantes do MOAB resiste junto com as comunidades e as pessoas que o defendem:

Ele é responsável, né, ele é o responsável pela formação da formação destas comunidades, é o responsável da formação dos territórios tradicionais porque foi por eles que, que os bandeirantes entraram em busca de ouro, foi por ele que trouxeram os escravos, foi a beira dele que

abandonaram os escravos aqui na beira do Vale do Ribeira e foi na margem dele que os antigos escravos se redescobriu de outra forma pra poder sobreviver o abandono, das minas, né, foi na beira do rio que se começou a roça de subsistência. (BERLANGA, 2018). Irmã Sueli, MOAB e EAACONE.

A história da região ela é toda pelo rio, e as primeiras pessoas que chegaram aqui foi pelo rio, pelo Rio Ribeira. As comunidades sempre são feitas, mesmo que o rio encha tudo, mas também é por causa da água, né, que num tinha outra, como, é sempre na beira do rio, e aqui também era tudo na beira do rio, depois que subindo pra cá, assim (PINTO, 2018). Cida, Autora Livro MOAB

A partir dos relatos de resistência do próprio rio os integrantes do MOAB destacam também a dimensão do rio na sua história e formação históricogeográfica. Outro aspecto fortemente evidenciado pelos entrevistados e entrevistadas foi a ligação dos povos, mais especificamente dos quilombolas, com o Rio Ribeira. Segundo os participantes do MOAB é fundamental destacar a importância do papel do Ribeira na comunicação e transporte entre as comunidades:

O rio também sempre foi uma coisa que vivia com a gente como se fosse qualquer membro de comunidade, porque tudo que se fazia pensava-se nele, se fosse atravessar o rio, pra ir pra um lugar, você tinha que pensar nele, se fosse, sei lá, pescar, você teria que pensar nele, né, qualquer tipo de ação que você fosse fazer dentro da comunidade ele tinha que fazer parte ou tem que fazer parte de pensar, de ser pensando nisso pra poder, fazer alguma coisa, né, então essas coisas o rio, ele tá de alguma forma é, de modo geral, aliás, ele tá dentro de cada um de nós como um mecanismo, como funciona um corpo humano e tal que faz com que viva as comunidades até porque todas as comunidades dependem do rio de modo, assim, extraordinário porque é importante também pra vivência da comunidade que o rio esteja de forma até intacta pra poder manter esta vivência, essas ligações, né, e então tudo isso, ele tem um significado muito forte pras comunidades. Pra você ter uma ideia, quando não tinha estrada, a comunicação das comunidades era através do rio, né? uma comunidade que tava rio acima descia o rio até a outra comunidade que tava rio abaixo pra se comunicar e tal. (MARINHO, 2018) Rodrigo MARINHO, Liderança Quilombola, EAACONE e MOAB

O Ribeira é como se fosse a estrada das pessoas, né? E aqui também, quando viemos pra cidade, pra mim a lembrança que eu tenho do rio é um rio, não como transporte, isso eu fui ver depois, mas pra mim o rio é uma coisa bonita, gostosa de se ver, né, então a gente tinha uma praia aqui, mas pra cá também tinha uma praia, não é como (?) cheia de mata, era bem limpinha, a gente ia lá no rio brincar, ia nadar. O rio sempre fazia parte da vida da gente, e também teve uma época que, não sei qual foi o motivo que faltava água, sempre tava faltando água, a gente ia lá, roupas, eu num lavava roupa, mas eu acompanhava minhas irmãs pra lavar roupa no rio, lavava, buscava água no rio também, isso eu fiz, buscar água no rio, eu vinha com uma coisa pequena, mas eu ia buscar. Então o rio fazia parte da vida da gente. (PINTO, 2018). Cida, Autora Livro MOAB

Para além do papel na mobilidade e comunicação, o Rio Ribeira também aparece como um elemento que contribui com a própria defesa do território de maneira integral, ou seja, que se considere nos projetos de desenvolvimento a sua totalidade:

Assim como uma veia que corre no seu corpo, o rio também é uma veia que também tá ligando e também fortalecendo algumas regiões, localidades onde ele passa, né? Então, assim, desde seu percurso da nascente até onde ele deságua, tem um conjunto de comunidades, de povos, de agricultores familiares que caminha em algumas ações que faz perante ao rio, caminha na mesma, numa linha paralela ao que as comunidades tradicionais pensam, né? Em proteção, em questão de manter aquela, aquele conhecimento que de alguma forma também é tradicional de ver o rio como um coisa que não deve ser barrada, tem que ter respeito, em que ter é, todo esse movimento de preservação deste rio, né? (MARINHO, 2018) Rodrigo MARINHO, Liderança Quilombola, EAACONE e MOAB

Além disso, outro destaque dos relatos se deu no sentido do rio Ribeira representar a identidade regional, ou seja, o rio marcando inclusive o nome de referência a região, assim como a constituição de mitos, crenças e tradições:

O Ribeira pra nós representa, primeiro uma identidade, né? É a nossa identidade no Vale, né? É o Vale do Ribeira, né? Sem o Ribeira esse nome não teria sentido, né? O Vale talvez seria diferente do que é hoje, né? Eu não vejo o Vale sem o Ribeira ou o Ribeira barrado, como seria, né? Eu não consigo imaginar, mas talvez, eu nunca parei pra pensar em como seria o Vale com o Ribeira barrado. Então o Ribeira pra nós significa além da identidade a vida, né? A própria vida por que é ele que, ele já tirou muita vida, isso, com certeza, né? Mas tem várias histórias que contam por aí que não se pode brincar com o Ribeira, que o Ribeira tem que ser respeitado. Se não respeita, ele vai e leva mesmo, entendeu? Não que ele seja ruim, mas ele impõe essa, esse respeito, né? E aí os de fora vem com essas histórias de barragens tentando não respeitar as nossas crenças, que isso também acaba não deixando de ser uma crença. (LIBÓRIO, 2018) Everton. EAACONE e MOAB.

Porque tem tanto nos afluentes como no Rio Ribeira, né? Vai matar os afluentes e o Rio Ribeira mata o rio porque vai matar os afluentes. A gente sempre quis, né, o movimento sempre exigiu estudo da bacia e sempre eles só do empreendimento. só consideravam, o máximo que eles ampliaram foi até Registro. (BIAGIONNI, 2018) Irmã Ângela, Fundadora do MOAB.

Em relação à identidade dos povos do Vale do Ribeira com o Rio Ribeira de Iguape, pode-se dizer que há uma relação direta com a própria garantia de vida. No caso com os modos de vida que se constroem a partir da conexão com o território e os aprendizados, conhecimentos e saberes do Rio:



O Ribeira é vida, em dois aspectos, mínimos (?), pelo menos, vida porque a partir dele existe culturalmente falando, que é a partir dele que as culturas se propagaram, né? Tanto os povos indígenas, os quilombolas, né? Os caboclos, que estavam sempre à margem dele e que utilizavam ele inclusive como, como referência cultural, referendando o rio, dando todo este respeito, é uma vida imaterial. Né? e a vida material que vem a partir do momento que ele traz a água, alimenta as lavouras, né? Com as cheias, né? As cheias que naturalmente, que as barragens propunham a regularizar nada mais é do que na verdade sempre uma cheia natural do rio e que os agricultores, os agricultores tradicionais, os quilombolas, os ribeirinhos, os caiçaras sempre souberam se aproveitar disso, sem barrar o rio (LIBÓRIO, 2018)

Ainda sob este aspecto (TORRES, 2007) coloca que a ciência (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; portanto as linguagens não são apenas fenômenos "culturais" em que as pessoas encontram a sua "identidade", para ele são também o lugar onde o conhecimento é inscrito. E se as linguagens não são coisas que seres humanos têm, mas algo que são, a colonialidade de poder, a partir da construção do conhecimento, engendrou também a colonialidade do ser, que passa a ignorar esta relação do território com a formação cultural do ser.

(ESCOBAR, 2010) também apresenta a ideia de que o "território" foi essencial para a sobrevivência física e cultural das comunidades no Pacífico da Colômbia, e podemos dizer que o argumento dado por ele à região pesquisada, a partir dos relatos, também cabe à região do Vale do Ribeira, ao destacar que essas comunidades têm formas únicas, enraizadas na cultura, utilizando os vários espaços formados pela floresta, o rio, mangue, as colinas e o mar, algumas das duas inovações conceituais mais importantes do autor.

A afirmação de DIEGUES, (2010) quando traz para o debate a dimensão imaterial da água, na formação cultural dos povos, ao colocar que a água é um dos elementos centrais da reprodução não somente material, mas também simbólica dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Ela está presente em inúmeros mitos, desde a criação dessas populações da qual as divindades separaram as terras firmes, como também nos mitos criadores das próprias sociedades, muitas vezes como dádiva dos Deuses, dos antepassados ou como presente na criação do mundo. Portanto, para os povos do Vale do Ribeira as águas e o Rio Ribeira de Iguape podem ser considerados como dádivas divinas abundantes e por isso mesmo seu desaparecimento significa o fim das próprias comunidades

#### 4.4.3 “O Meio Ambiente, com Gente”: re-existência, ecologia política e justiça ambiental

O slogan elaborado pelo MOAB ao longo dos seus 30 anos de resistência evidencia o caráter de denúncia para as políticas ambientais, mas também para dimensão colonial presente no território, quando desconsideram os modos de vida das populações tradicionais. Esse pensamento está presente e marca o cotidiano das comunidades quando resistem pela defesa do rio, mas também pela permanência no território:

Se tem meio ambiente é porque tem gente que conservou! Nós sempre vivemos no mato, né, Brasil colônia, Brasil descoberto, invadido, e depois posteriormente, sempre teve gente no mato, tá provado que onde tem gente, tem diversidade, porque ela precisa da diversidade pra sobreviver, então este é um motivo, outro que aqui no Vale do Ribeira, especificamente, aqui do Vale do Ribeira, essas comunidades preservaram, preservaram e criaram a multidiversidade e do jeito que o meio ambiente que vem com, com estes ambientalistas, as leis, parará, parará, vem punir justamente aqueles que eles preservaram, estão lá, muitas comunidades de 1856, né? Quando teve o registro de terra, tem registro que foram fazer e hoje porque plantam, faz 500 anos que tão plantando lá, que isso nunca foi motivo pra, eles não podem plantar, então, eu, pra mim, esse negócio de proteger ambiente, destes discursos que vem de lei, e de gente do governo, eu não acredito que a intenção seja a preservação ambiental, é preservar, é não deixar a população ocupar o território para que depois possa. (BERLANGA, 2018) Irmã Sueli, MOAB e EAACONE

O relato acima exemplifica a estrutura do racismo ambiental recorrente na forma e no tratamento para e com as comunidades tradicionais, que foram impostos no Vale do Ribeira. Também nos remete ao pensamento proposto por (TORRES, 2007), quando fala da atitude imperial/colonial fundamentalmente genocida em relação aos sujeitos colonizados e racializados presentes no dia de hoje. Segundo Torres, essa atitude é responsável por identificar os sujeitos colonizados e racializados como dispensáveis. Para (TORRES, 2007), o racismo é, portanto, fundamental sobre a manutenção de uma ordem governada pela naturalização da não-ética da guerra, conquistada pela colonização. Conforme o autor, os atos racistas da modernidade reproduzem formas de diferenciação humana entre sexo, casta, raça e sexualidade, e têm servido mais frequentemente como um meio de manter a primazia da relação entre o eu e o outro, para um mundo concreto e civilizado (TORRES, 2007).

Ainda sob o slogan do MOAB, cabe destacar o pensamento de Joan Martinez Alier. No livro *O ecologismo dos pobres* ele aborda os conflitos ecológicos distributivos, oriundos da utilização extensiva do ambiente natural, que beneficia uma parcela ínfima da população e acaba por afetar sempre os mais pobres. Para (ALIER, 2017), são conflitos que ocorrem simultaneamente em prol dos direitos humanos e da ecologia, e segundo ele vêm sendo compreendidos como luta por justiça ambiental, na qual diversos atores expressam diferentes discursos de valoração do ambiente natural. Desta forma cabe ressaltar a dimensão da ecologia política, a partir dos apontamentos de ALIER (1998), quando preocupa-se com a maioria da humanidade, mas cima de tudo com aqueles que, na contramão, dispõem de relativamente pouco espaço ambiental [...] e cuja subsistência está ameaçada por minas, barragens, reflorestamentos e extração de petróleo para abastecer o crescente uso de energia e de matérias primas dentro e fora de seus países (p. 38). Ao exemplo de situações que se caracterizam como casos de conflitos nos territórios, Rodrigo traz o saber e o conhecimento tradicional da terra e do manejo da roça como um elemento de fundamental importância para a permanência no território, que acabam por ser invisibilizados e criminalizados pelo próprio Estado:

Um exemplo disso é o sistema agrícola das comunidades tradicionais. Quando você faz roça, você não faz roça cinco anos no mesmo lugar, mas você faz um rodízio de umas áreas pra manter o equilíbrio da mata, então assim, essas populações, quando a gente fala, meio ambiente com gente, também faz parte deste equilíbrio de preservação da natureza (MARINHO, 2018)

O ambiente que a gente fica só olhando, nós pobres ficamos só olhando, enquanto os ricos fazem, usufruem, fazem seus resorts lá dentro, como a gente tá próximo à zona litorânea aqui, a costa do... eles colocam mansões na praia, coisa que é proibido, né? (LIBÓRIO, 2018)

Ainda sobre os aspectos do domínio da terra e de seu próprio manejo, nos relatos também surgiram elementos que trazem a dimensão do sentir e pensar com a terra e o pertencimento ao lugar. Cabe aqui o ponto de destaque da obra de Alier (ALIER, 2017, 1998), quando atribui o fato de os pobres, com frequência, favorecerem mais a conservação dos recursos naturais e, para além disso, sentirem muito mais os impactos dos problemas ambientais, e de se concentrarem nos países em desenvolvimento.

Para (ESCOBAR, 2014), a prática e as racionalidades presentes nos modos de vida dos povos que historicamente foram subjugados são orientados por um lado que pode apresentar alternativas viáveis para o discurso e as práticas do mundo hoje. Segundo (ESCOBAR, 2014), essas lutas são necessariamente inter-epistêmicas, ou seja, em parte é um conflito que parte da premissa de que existem muitas configurações de conhecimento, e que o conhecimento está para além daquele consagrado pela academia. Sob este aspecto (ESCOBAR, 2014) também enfatiza que processos de resistência desencadeados por diferentes movimentos em diferentes localidades, afirma que estes procuram iluminar o mundo sobre as capacidades de re-existência, a partir das suas epistemes. Ou seja, denunciam com suas forças, que não existe uma única noção de mundo, do humano, nem do natural que pode ocupar completamente os espaços de estudos. Enfim, deve-se reconhecer que a pluralidade deve ser central nessas narrativas e processos que reivindicam seus modos de vida junto com a natureza.

(ALIER, 2017, 1998) também destaca o movimento ambientalista que permanece dominado por duas correntes principais, o “culto ao silvestre”, respaldado pela ótica conservacionista, e o “credo da ecoeficiência” ou “desenvolvimento sustentável”, apoiado na crença da “internalização das externalidades” por novas tecnologias, como também de elementos que se configuram como disputa também epistêmica.

Para (BRANDÃO, 1999), não há como não perceber esse sentimento nas pessoas que vivem na região, como “Ser do Vale”. E essa afirmação pode se confirmar no relato dos participantes do MOAB quando se referem ao seu modo de entender o que seria um título de terra:

Mas pra mim eu entendo que o título da terra que eu reconheço é aquele vínculo que você tem com ela, não existe título maior de detenção e domínio de um território do que a sua sensação de pertencimento dela, você olhar pra ela, socar o pé no chão assim igual, igual esses homens estão aqui no emblema da (?), com o pé plantado no chão, quer mais pertencimento que isso? A cultura se faz na terra, sem ela ninguém é nada, nós somos o que comemos e o que comemos vem da terra, não vem da química do capitalista (LIBÓRIO, 2018).

Para (BRANDÃO, 1999) não é nenhum exagero quando dizemos que existe esse sentimento de pertencimento no Vale, como podemos verificar quando se fala sobre o meio ambiente na região. Para ele, praticamente todos os problemas - dos

sujeitos individuais aos grupos domésticos –, sentir-se “do Vale” é reconhecer-se preocupado com o seu presente e o seu futuro, e de alguma maneira tem a ver com temas e questões propostos e projetos vinculados a isso que, de maneiras muito diferentes, contrastantes mesmo em alguns casos, as pessoas de lá ou que estão lá aprenderam a chamar de “meio ambiente” (BRANDÃO, 1999). Portanto, o lema “*Meio Ambiente com Gente*” também revela as práticas do Estado e as políticas existentes para a questão ambiental que se caracterizam como práticas racistas e excludentes, que conservam a natureza de forma estratégica e para o MOAB fazendo também alusão às políticas conservacionistas estadunidense:

O meio ambiente hoje é tido pra legislação, pros governantes, hoje quem vê o meio ambiente como um modo só de ganhar dinheiro, eles olham pros pequenos, já digo, os pobres, independente de ser quilombola, ou não, tá ocupando uma área, eles reprimem por quê? Primeiro porque tem interesse de futuramente aquela área possa de explorada, mineralmente, porque se tiver gente em cima é difícil, né? Se tiver gente em cima é difícil porque você vai ter que deslocar gente, é um processo mais complicado, e aí que olham e falam, “olha, você está com esta terra aí, tá fazendo o quê? Você podia furar aí, podia minerar, essa água aqui você podia barrar, você podia produzir energia pra ganhar muito dinheiro”, que não é, as pessoas acabam nem tendo a ideia de disso, né? E quando eles acham pessoas que não querem, não coadunam com essas ideias deles, eles reprimem essas pessoas, né? Aí vem a história do racismo ambiental que é quando a gente contrapõe a história do racismo ambiental com essa, com esses slogan de meio ambiente tem que ser com gente, por que eles pregam aí um no parque de Yellowstone, salvo engano, nos Estados Unidos, quando criaram aquele parque, segundo o professor (?), eles criavam na intenção, os EUA criou na intenção de preservar de fato, fazer uma ilha de preservação que ninguém estivesse lá dentro (LIBÓRIO, 2018).

Os relatos dos participantes do MOAB sobre a morte da cultura, da vida, ao considerarem os povos originários e tradicionais da região, nos remetem às palavras de (TORRES, 2007), quando apresenta o conceito de colonialidade do ser como estratégia de dominação dos povos. A colonialidade do ser é como se fosse o produto do excesso de ser. Em sua busca para continuar sendo e para evitar a interrupção do que está além do ser, produz o que vai mantê-lo, ou seja, o ser humano e um mundo desumano. Ainda neste sentido, para (TORRES, 2007) a colonialidade do ser não se refere apenas a reduzir o particular com o conceito geral ou um conceito específico, mas sim a um horizonte que dê sentido à violação do sentido humano da alteridade até o ponto onde o alter-ego é transformado em um sub-alter. Diante disso, as situações expostas no Vale do Ribeira, conforme é

possível verificar abaixo, revelam-se como parte e estrutura da formação colonial quando negam a existência do ser e sentir o território:

Em nome da preservação, você tá matando gente, você tá matando vida, você tá matando cultura, como que pode? Reduzindo famílias inteiras à miséria, transformando um agricultor que não sabe nem vim aqui pra Eldorado sozinho em criminoso, em bandido, tratando como, como o promotor falou no processo, é elemento, elemento perigoso, periculoso, se você falar que ele é elemento periculoso. (BERLANGA, 2018)

Quando as unidades de preservação vem, ela vem num modelo é de fora, né, onde conservação é uma área sem gente, só animal e mato, né, e isso não existe, se você pega, se você for pegar historicamente a história da região, tanto do Brasil como da América Latina em si, você vê que os povos indígenas eles também fizeram e fazem parte deste processo de equilíbrio da natureza, então não tem como você falar que o meio ambiente é sem gente, o meio ambiente é com gente. Porque a gente também faz o equilíbrio disso. (MARINHO, 2018)

Tais relatos também relembram que as políticas de desenvolvimento no território do Vale do Ribeira praticamente não consideraram os modos de vida dos povos afetados e que portanto, ao reivindicarem um meio ambiente com as pessoas, estão lutando para continuar em seus territórios e para preservá-los em sua integridade a partir das suas visões e interesses, pautados na existência legítima de vários outros modos de vida e projetos de apropriação dos territórios e das condições naturais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Diante destes contextos, as perspectivas comunitárias e de aproveitamento dos recursos naturais são essenciais para a manutenção desses grupos e se constituem também como estratégias de regulação fundiária, que possibilitem a esses grupos serem não serem só reconhecidos, mas sim associados a uma terra determinada e logo, a um território específico.

Sendo assim, no Vale do Ribeira, ao evocarem a mensagem de um Meio Ambiente com Gente, o MOAB quer dizer e enfatizar que é urgente e necessário não reproduzir negações históricas na região, mas considerar a conservação ambiental. Deve-se necessariamente considerar os saberes dos territórios:

Nós queremos, não só para região, mas um país que nós queremos, é um país pluricultural, é enxergar o país com, porque a lei tenta enquadrar você, encaixar você num quadradinho, dizer que você é aquilo e nada mais, então isso é muito ruim, e o desenvolvimento que hoje tá posto é isto, é enquadrar você no esquema porque senão eu não te conheço, se você tá fora daquele quadradinho, eu não te conheço, você é um elemento estranho na sociedade, entendeu? E o povo do Vale do Ribeira acaba sendo pro

governo do Estado, pra União, né? Pras próprias prefeituras de cada município daqui é um povo estranho ainda, porque não se encaixa nas legislações. (LIBÓRIO, 2018)

Neste sentido é possível relacionar a visão de meio ambiente do MOAB, ao pensamento de (ALIER, 2017, 1998), quando aborda os movimentos ambientais e o Estado, a perspectiva do ecologismo dos pobres, ao trazer para a economia ecológica a necessidade de se avaliar também os aspectos distributivos da questão ambiental, levando em conta que os diversos grupos sociais atribuem diferentes valores ambientais e que dependem de suas posições políticas, sociais e culturais. Para (ALIER, 1998), esses conflitos ecológicos distributivos em todo o mundo reivindicam seus direitos territoriais, a exemplo dos povos indígenas, pela sacralidade da natureza e, ao mesmo tempo, defendem e asseguram seu sustento.

Portanto, o MOAB, ao forjar esse lema na região, enfatiza a dimensão do ecologismo dos pobres, que luta por justiça ambiental com diferentes histórias e culturas e resistência popular ante a degradação ambiental, assim como sua própria identidade (perda do território), conforme nos mostra figura 10.

FIGURA 9 - AMEAÇAS – IDENTIDADE – TERRITÓRIO



Inspirado em ESCOBAR (2010), pg. 73 (Desenho Ecológico da Bacia do Rio)

FONTE: Autora (2018), baseada na tese de ESCOBAR (2010).

A partir das palavras de (BERLANGA, 2017), a população tradicional da região responde aos ditos projetos de morte, com sua resistência, organização, com sua cultura e com seus gritos de luta: “Terra sim! Barragem não! Meio ambiente com gente! Água para a vida, não para morte!”

#### 4.4.4 Os alcances do MOAB e os novos desafios: das desigualdades de poder a resistência no lugar

Ao identificar as ameaças e desafios relacionados à defesa do território do Vale do Ribeira, os alcances do MOAB se destacam em relação às suas ações e aprendizados nesses 29 anos de resistência. O primeiro aprendizado a destacar é o fato do MOAB se caracterizar como um movimento que articula diversas bandeiras e reivindicações no território, e por provocar o Estado quando questiona dados que constantemente abordam a desigualdade econômica do Vale do Ribeira. Ao mesmo tempo, o movimento compreende as ameaças que sempre existiram no território em relação à permanência dos povos e comunidades tradicionais de forma articulada, sistêmica e diretamente ligada a interesses e grandes poderes econômicos:

Eu vejo assim, parece que são vários projetos separados, mas é um pacote, é um pacote de uma coisa só, que é apropriar-se da riqueza daqui e transformar a riqueza que tá aqui, que é o dom, a graça, transformar em capital. Acho que é essa é a principal, acho que todos eles veem pra se apossar, pra se apoderar, pra expropriar os verdadeiros donos de tudo isso. Acho que todos eles, seja a mineração, seja a barragem, seja a indústria, seja o que for, outra característica é a população local é um estorvo pra esse projeto, então é, o Vale é rico, falar que o Vale é pobre é mentira, o Vale é riquíssimo, a população é mantida na pobreza, propositalmente, é a política do esvaziamento do território pra que os de fora possam se apropriar desta riqueza” (BERLANGA, 2018)

Um segundo elemento a destacar dentre os avanços do MOAB é o papel do movimento ao reivindicar a terra como elemento fundamental para a formação da cultura e o direito de posse, de forma conectada à luta contra a barragem, dando origem à luta pela permanência da terra, em especial a luta pelos territórios quilombolas e a própria criação da EAACONE:

Pra mim eu acho que é o protagonismo das comunidades quilombolas, né, eu acho que foram as comunidades quilombolas que mantiveram, né, mantem até hoje, a resistência e a luta, inclusive contra as PCH's” (BIAGIONI, 2018)



Além disso, acho que também tem a questão de que não foi só a luta contra as barragens, mas também a afirmativa territorial e cultural, né? Eu acho que a consciência também que a barragem iria destruir tudo isso, né? Isso acho que ajudou a manter” (BERLANGA, 2018)

Neste sentido, o território aliado à cultura foram elementos fundamentais na luta pela permanência pela terra, e provocaram também outra questão fundamental ao tratar do sentido epistêmico e da forma de lidar e agir em relação à natureza. Conforme nos aponta (ESCOBAR, 2010), através de suas práticas diárias de ser, saber e fazer, os grupos locais têm construído ativamente seus mundos sócionaturais durante séculos, mesmo quando eles têm que resistir a outras forças. Cabe ressaltar ainda a importância do ato desses grupos de desobedecer e questionar uma injustiça histórica diante da questão fundiária local, passando a se reconhecer e reivindicar como verdadeiros donos das terras, amparados por uma conexão direta com a natureza a formação sóciohistórico regional.

Sobre os aprendizados que se destacam, cabe ainda ressaltar que mesmo diante das vitórias e reconhecimento dos direitos das comunidades, ao longo desses 30 anos inúmeras famílias sentiram diretamente os efeitos materiais da ameaça de UHE Tijuco Alto e foram deslocadas de suas casas, conforme pesquisa realizada por (BERMANN; GUERRA, 2012). Os autores demonstram que a CBA atuou, expropriou e deslocou proprietários e não-proprietários, pessoas, famílias e comunidades inteiras, restando a dinamização da economia regional, ameaçando a segurança, e iniciativas que pudesse trazer investimentos públicos e privados nos município com histórico de possibilidade ou impossibilidade de construções da usina.

A gente usa deste histórico pra também poder construir essa nova mobilização, falar de uma realidade que aconteceu, né? Então assim, você tem razão, eu conheço famílias que abandonaram suas terras lá no Paraná, porque achou que a barragem ia chegar de hoje para amanhã e que ia inundar tudo e pronto (LIBORIO, 2018)

Diante desse desafio, o movimento aponta como um exemplo prático e concreto para que as pessoas vejam os impactos gerados por esses tipos de empreendimentos e propostas de desenvolvimento na região. Outro elemento fundamental para a permanência e força do movimento apontada pelo MOAB é a identidade do Rio Ribeira. (ESCOBAR, 2010) afirma que construiu-se um discurso em defesa do rio que o caracteriza como um território central e de matriz cultural-

espacial. Ou seja, a identidade é significativa em si mesmo e confirma ser um elemento de grande unidade e convergência nos modos de vida do Vale do Ribeira:

O movimento conseguiu e deu certo, tá vivo até hoje, obviamente não por um fato isolado, né? São vários fatores aí que a gente pode notar, né? Primeiro que remete à gente ao início da nossa conversa, à própria identidade do rio, porque todo mundo é uníssono na defesa do rio, o rio como identidade, o rio como cultura, o rio como vida, né?" (LIBÓRIO, 2018)  
Everton, EAACONE e MOAB

Essa ideia de território foi e é o que nos assegura, primeiro pelo fato da relação que essas populações regionais têm com a terra e com o ambiente que vive, e segundo, por ver o território não só como fatia, mas ver o território como uma coisa que é de todos, um conjunto de situação que forma aquele território, aquela região, aquela localidade, né, então o rio, ele faz com que, a gente se ligue, né, então quando você fala, por exemplo, de uma barragem que vai acontecer lá em Adrianópolis, você tá falando como se tivesse uma barragem aqui em Eldorado, porque o rio é um caminho de ligação da região, mostrando, isso é, talvez, é um pouco bem tradicional de conhecimento, mas é uma coisa óbvia assim de você falar, pô, o rio nasce lá, deságua aqui porque ele é importante banhar essa região, né, porque o processo conjunto de fatores e indicativos que tem nesta região necessita desta água deste modo com que, e uma coisa bem natural, não tem como fugir deste processo, né, e uma das coisas que a gente mais defendeu, quando tinha o projeto de Tijuco Alto foi esta questão de a empresa fazer um estudo de impacto onde abrangesse a bacia do Rio Ribeira como um todo (MARINHO, 2018)

E a grande questão brasileira é isso, é território, quem tem território tem autonomia, tem poder, tem, então quando ele fala isso, realmente, então, quanto menos aquela população tradicional tiver autonomia do seu território, mais terras teremos para mercantilizar, manter no processo do comércio. (LIBÓRIO, 2018)

Ainda em relação a elementos que garantiram a continuidade do movimento, o MOAB também se destaca por tratar questões de gênero, desde a sua origem, ao discutirem nos primórdios os trabalhos com as mulheres. Nesse sentido, cabe destacar a perspectiva decolonial de (MALDONADO, 2007), quando afirma que é preciso superar a colonialidade<sup>34</sup> do ser no que se refere a dinâmicas existenciais que emergem em contextos débeis ou fortemente marcadas pelo ditado moderno/colonial e racial, que pregam sentimentos de superioridade e inferioridade, escravidão, racial, indiferença aos diferentes, genocídio e morte e, assim, tornam-se aparentes como realidades comuns.

34 A colonialidade refere-se a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de se limitar a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, refere-se à maneira como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas são articuladas entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça (MALDONADO, 2007).

Foi, foi a, a luta pela terra, né, e a luta pela vida também, mas quando começou o MOAB, principalmente as mulheres, começou primeiro só com os homens, as mulheres num tinham vez, quase não falavam, os homens que levantaram a questão da barragem, né, e foi justamente no estudo bíblico com as irmãs, né, elas que perguntaram o que que tinha e eles falaram da barragem porque eles sabiam da barragem que se construísse a barragem tinha uma aqui no batatal, eram quatro barragens, e ia, inundar e ia perder a terra, iam fazer o quê né, como que eles iam fazer? Aí as mulheres, a irmã começaram um trabalho com as mulheres de valorização das mulheres, sabe? E elas começaram a usar o exemplo das mulheres na bíblia, né, começaram a fazer memória da cultura dos costumes tudo aquilo e as mulheres, e aí as mulheres se levantaram e pegaram o microfone e foram na luta também.

As mulheres nem sala vinham e foi graças a esse movimento, não do MOAB, só do MOAB, tudo faz parte do MOAB, né, a valorização, a, como que é, levantar a autoestima da mulher, né, e também dos homens, fez com que esta auto estima, fez com que eles lutassem, acho que foi uma grande, acho que foi um dos, acho que o marco que fez com que a luta fosse a valorização deles, tanto da mulher, valorização, a auto estima (PINTO, 2018)

Outro destaque do movimento foram os períodos das audiências públicas posteriores à licença prévia cedida pelo IBAMA, que se revelaram estratégias desiguais pelo próprio Estado ao agendarem no mesmo dia audiências em locais diferentes, o que dificultou a mobilização das comunidades ameaçadas. No entanto, os colaboradores também destacam esse momento como de forte aprendizado, resistência e sabedoria do movimento:

Foi o processo de quando o IBAMA dá a primeira licença prévia pra construção de Tijuco Alto, porque daí também dá autonomia pra empresa já fazer audiência de consultas entre aspas da população pra dar andamento pro empreendimento. E aí essas audiências foi, foi de modo bem alvoroçadas, tipo, acontecia uma lá em Adrianópolis agora de manhã, à tarde acontecia uma aqui em Registro.

Foi um momento muito importante porque o povo tava disposto a amanhecer e anoitecer na rua, na caminhada, na estrada pra ir onde fosse pra todas as audiências falar não, aqui nós não queremos barragem, aqui não serve este modelo de desenvolvimento, e precisamos bloquear isso, pra que isso não aconteça (MARINHO, 2018) Rodrigo MARINHO, Liderança Quilombola, EAACONE e MOAB

A licença prévia de Tijuco Alto, então, as comunidades se organizaram assim, um grupo foi pra são Paulo e um grupo ficou aqui porque a Votorantim organizou pra trazer lá do Alto Ribeira ônibus pra ir pra são Paulo também, assim como organizou também de Sorocaba, daquela região ali, e aqui eles montaram uma barricada ali na, no André Lopes, no quilombo de André Lopes, pra não deixar os ônibus. Não deixar os ônibus de cima ir pra são Paulo, descer pra São Paulo, e umas das mulheres a

dona XXX, né... conta a história da dona XX aí, eu não estava presente, mas aquilo me chamou a atenção (BIAGIONNI, 2018)

Na época das audiências públicas foi um momento muito bom de juntar movimento popular, mas também movimento acadêmico e Ministério Público, é, pesquisadores que foram, foram protocolados muitos documentos (BERLANGA, 2018)

Diante destes relatos cabe ressaltar o aspecto de libertação e desobediência, assim como um movimento que é indisciplinado, ou seja, como prega (ALIER, 1998), trata-se de um movimento que não se enquadra nessa disciplina injusta e racista. Ainda sob os aspectos dos impactos no desenvolvimento regional, os colaboradores do MOAB consideram que o projeto de Tijuco Alto afetou diretamente a vida das pessoas e teve influência direta em possíveis iniciativas que poderiam ser mais coerentes com os aspectos regionais. Ao atribuírem esse aspecto do impacto na região, os relatos dimensionam o quanto a ameaça da construção da barragem contribuiu para o aumento das desigualdades, configurando grandes injustiças ambientais:

Uma repercussão... o projeto de Tijuco Alto, só de falar que tinha um projeto de barragem lá, ele teve uma repercussão muito grande a nível de Vale, Paraná e São Paulo. Aqui nas nossas vidas muitas coisas, quantos sonhos perdidos, quanta raiva, quanto dinheiro, né? Investido, inclusive pra tocar essa mobilização, quantas vezes passando frio, fome, dormindo em lugares insalubres pra poder conseguir, dormia, às vezes, em um ônibus, ônibus até que tá melhor, mas muitas vezes passando fome, carro quebrar na estrada, a gente fica lá, dorme, tudo isso, né? Em prol de ver o povo quilombola livre, né? Os demais povo do Vale, livre, da barragem, né? Economicamente, voltando àquela questão, quanto ao desenvolvimento proposto pelo capitalismo, nenhuma empresa quis se instalar aqui no Vale, nenhum tipo de empresa quis, porque a região ia ser afetada, cobrir de água, aí só o eucalipto mesmo porque depois só, antes de cobrir tira, acabou, ninguém vai perder nada, mas uma empresa, uma construção ninguém quer colocar, ninguém vai querer colocar uma pousada num lugar que pode ser alagado...

Só essa ameaça impediu vários e vários projetos, entendeu? Permanecendo só aqueles projetos que quando vir a coisa é só levantar acampamento e ir embora, né? Que é a mineração, que é essa coisa da agricultora, agricultura não, agropecuária..., agricultura intensiva, que é predatória, que é banana, que é.... alguns ainda plantam arroz com veneno, né? (LIBÓRIO, 2018)

No aspecto das injustiças ambientais fica evidente o olhar dos empreendimentos para a região como um "celeiro" de mão-de-obra barata e matéria-prima de alto valor, e que por essa ameaça da barragem não contou com

investimentos de longo prazo que assegurassem a presença das pessoas nos territórios.

Pra poder privatizar como tem aí a lei da privatização dos parques, que no primeiro, no primeiro artigo falam que eles podem inclusive fazer comércio com a madeira, por quê que os moradores locais não podem derrubar pra plantar aquilo que a constituição garante que é a prática da cultura. Aí num pode, aí é crime, mas quando o governador baixa uma lei pra privatizar daí não é mais crime, então, quem que determina se é crime ou se não é crime? É quem tá fora daqui, que não tá vivendo a dificuldade daqui. (BERLANGA, 2018)

Sobre os desafios atuais, o maior destaque dado pelos entrevistados é com relação às PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que segundo os colaboradores do MOAB consistem em novas estratégias criadas após o indeferimento da obra de UHE Tijuco Alto. Dessa forma, aumenta-se o desafio de mobilizar as comunidades, pois os processos de licenciamento acabam por ser relativamente mais fáceis para estes empreendimentos tidos como de pequeno porte:

O que dificulta? É assim, essa pulverização de tantas, né, agora na PCH já é uma dificuldade isso, porque a gente vai ter muito menos gancho jurídico, além de ser pulverizada, a impressão que causa é que num vai trazer tanto prejuízo, mas a hora que cercar tanto os afluentes do jeito que tão querendo, vai matar o Ribeira. (BERLANGA, 2018)

O principal desafio é também mobilizar e aí de forma já direta municípios que tão ligados ou que são banhados pelo Rio Ribeira, porque é o processo de licenciamento destas PCHs são processos mais, entre "aspas", fácil.

Hoje já não, você vê que todos esses quatro projetos é fragmentado pra poder desestruturar o movimento e as empresas alcançarem seu objetivo. O que também nos remete a remodelar as estratégias pra gente bloquear também essas, essas estratégias do capital. (MARINHO, 2018)

Diluíram nas PCH por ser menores, ter aquela ideia, assim, falsa de, mas que eles vendem pro povo e que o povo compra bem que o impacto é menor ao meio ambiente, o impacto social é menor, e somando todas elas a geração de energia seria a mesma que uma grande, entendeu? Mas o impacto é menor se você ver, obviamente, ela isolada, né? E o que eles fazem não juntar todas elas, eles individualizam justamente porque as pessoas não conseguem olhar, porque isso tudo são peças de um grande quebra cabeça. (LIBÓRIO, 2018)

As novas estratégias dos empreendedores se dão por meio da criação das PCH's, em busca do represamento de rios na região para fins comerciais e empresariais. Esse questionamento colocado pelo MOAB se faz extremamente

relevante, pois problematiza o aspecto fragmentado dos estudos realizados no EIA/RIMA de UHE Tijuco Alto, assim como o olhar para a Bacia hidrográfica, e o entendimento do Rio na sua totalidade:

Um dos grandes argumentos que se teve neste processo do Tijuco Alto foi o de que o movimento sempre defendeu, por isso que a gente falou no começo, a região do vale do Ribeira, a gente vê ela como um conjunto de riquezas naturais desde aonde nasce o rio até onde ele deságua, então assim, não tem como a gente pensar nem um tipo de projetos de fora, vamos pensar assim, de desenvolvimento, sem olhar pra essa dimensão, então, não é porque aqui embaixo a gente não quer a barragem, mas lá em Adrianópolis vai ter que ter, não, se aqui não tem, lá também não pode ter, porque se tiver lá vai afetar o restante dos municípios, das regiões do vale, médio e baixo Vale.

Tem muitas coisas comuns por parte destes grandes empreendimentos, quando você fala de vir parques, vir PCH, né, vir mineração, eles estão tudo interligado, se você precisar, mineração precisa de energia, né, energia, você precisa de alguma forma de preservação da região pra você poder manter, né, então assim, na questão do parque tá amarrado muito com a questão turística, o fluxo turístico que possa vir pra essa região dentro de um lógica de controle do Estado, e onde novamente, exclui quem são os protagonistas da região, que daí cai naquilo que a gente vem sempre trabalhando que é a questão do racismo ambiental, né? Onde atropela tudo, deixa mais rígido pra que as populações locais não consigam acessar e fazer seu modo de vida tradicional, enfim, tudo isso, mas é bem claro que tem muitas coisas que tá vindo ao mesmo tempo, mas que aparentemente, eles estão desconectado, mas eles tão tudo conectado.

Quando você fala em PCH que agora num é mais usina elétrica é PCH, é um monte, então assim, tá se reorganizando, quando você fala de privatização de parque tá também fechando o cerco na questão ambiental, quando você fala de transposição... então assim, cria-se um grande conjunto de exploração (MARINHO, 2018)

Ainda sobre os desafios atuais na região, destaca-se também como foco de atenção a centralidade atual a luta e resistência frente à mineração. Há uma quantidade de solicitações para explorar a mineração em territórios quilombolas é grande e a região do Alto Vale no Paraná é a que sofre mais pressão nesse sentido. Nesse sentido cabe destacar que diversos quilombos da região têm de 92% a 99% de seus territórios incluídos em pedidos de extração de algum tipo de minério, com destaque para calcário, minério de cobre e chumbo de ouro. Somente do lado paulista do Ribeira são 16 territórios quilombolas possuem áreas com processos tramitando no Departamento Nacional de Produção Mineral.

A mineração ainda é muito mais forte que a própria barragem, porque vai além de outros interesses além do Vale, além do próprio país, ele tá

atrelado...Sobre ferro, bem, tudo que tá debaixo da terra que seja comercialmente viável, né? Que a ideia de minério na lei é isso, aquilo que tá debaixo da terra ou sobre ela que é viável a prospecção.

Hoje a especulação imobiliária acho que fica em terceiro lugar, mas em primeiro, as mineradoras e em segundo, as PCH que hoje né? Os barrageiros, os grandes barrageiros, eles continuam sendo grandes, mas as ideias deles. (LIBÓRIO, 2018).

Maior desafio? O maior desafio num é barragem, mas são as mineradoras que estão aí, tão se espalhando por aí sabe? É, no Vale, e elas também estragam o rio, então é uma ameaça também pro rio, porque vai poluir o rio, a água torna contaminada, é são várias coisas, então estas mineradoras, e elas vão avançando também sobre o terreno dos quilombolas, vão aos pouquinho, pouquinhos, eles vão perdendo terreno.

Agora é a luta contra as mineradoras, as mineradores agora realmente é uma ameaça. E as barragens também a gente não pode esquecer porque tem sempre lá num tem grande, mas essa aí era grande, tem pequena lá, num sei se já estão construindo, lá no Itaoca, sempre eles querem, vir aqui no Ribeira e construir coisa. Essa de Itaoca é uma empresa lá de santa Catarina que veio também pra construir (PINTO, 2018)

Por fim, cabe ressaltar o a narrativa do MOAB como uma decolonialidade popular exercida diante de todos esses desafios, ao fazerem um convite ao diálogo, em diferentes escalas e poderes para reconhecerem a diversidade epistêmica do território e levar os “de fora” a conceberem os conceitos de descolonização, não como as imposições de uma classe iluminada, mas sim entendendo esta ação como expressões da disponibilidade dos sujeitos que querem diálogo e produzir mudanças concretas e a garantia da autonomia nos seus diferentes territórios.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO OURO A ENERGIA.**

Acerca das percepções e saberes dos grupos envolvidos nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, foi possível identificar que essas lideranças e fundadores do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira, o MOAB, são de origem de comunidades e povos tradicionais (quilombolas), e percebeu-se que para resistir ocorreu primeiro um processo de se libertarem de estigmas e formas de colonialidade do ser, saber e poder, para então re-existirem e reivindicarem suas cosmovisões, epistemes e racionalidades acerca do Rio e do território. Neste sentido o trabalho de educação popular e comunitária desenvolvido pela Igreja católica, e da práxis das irmãs pastorinhas na década de 80 contribuiu significativamente para este processo de luta no território.

Observou-se também que o território do vale do Ribeira esta permeado por jogos de interesses que geram ameaças para um meio de vida sustentável, ou de bem viver a essas famílias e comunidades. A história revisitada, a partir de uma abordagem decolonial e sob a ótica dos participantes do MOAB ressaltou a característica da região, como um lugar de exploração das riquezas e inviabilização dos povos e modos de vida tradicional, desde o período colonial e que permanece até os dias de hoje, seja pelo Estado ou pelo Mercado, passando do ouro à energia.

Esta pesquisa, possibilitou também destacar e aprofundar alguns elementos de grande relevância no que compete às discussões que orientam os planos, projetos e ou empreendimentos que visam o desenvolvimento no Vale do Ribeira. Neste sentido, para a contribuição com a construção de saberes e conhecimentos locais, foi possível identificar evidências de que as experiências vividas pelo MOAB, e todos os processos de aprendizagem e reconhecimento das comunidades e povos tradicionais, fortaleceu os sujeitos no movimento de luta e resistência em defesa do Rio Ribeira de Iguape e não somente contra barragens, gerando um movimento decolonial, que defende a manutenção desse Sentir e Pensar com a Terra e com o Rio.

Sob este aspecto o Rio Ribeira de Iguape, caracteriza-se então como um elemento de fundamental relevância em relação à formação cultural e também territorial no que se refere à construção da própria identidade regional. Ou seja, o rio Ribeira constrói o sentir e o pensar que organiza os modos de vida das



comunidades e povos tradicionais, dentre eles os indígenas, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e caboclos desde os tempos de sua colonização, assim como aos períodos mais recentes.

O MOAB demonstra com os seus 30 anos de existência e resistência, um fator que o caracteriza como um movimento de permanência, quando encontra nas suas garantias de defesa, a luta pela terra e pelo território. Esta dimensão tornou-se tão forte que acabou por influenciar diretamente na regularização fundiária da região, ao consolidar as titulações de terras quilombolas, com o apoio e assessoria da EAACONE.

Ainda sobre o papel do MOAB e os aprendizados gerados destaca-se a relevância do Rio Ribeira de Iguape, como um elemento aglutinador e de convergência para as lutas entre os povos e saberes originários e tradicionais do Vale do Ribeira. Assim como a valorização, articulação e estímulo à organização das mulheres, junto a movimentos populares da Igreja católica. É visível em toda a trajetória do movimento o despertar em defesa do rio Ribeira, a partir das mulheres, assim como a permanência, continuidade e força do movimento ao longo desses anos.

O MOAB também contribuiu para a consolidação de uma reivindicação estrutural, do sistema mundo-colonial, no que se refere a disputa pela autonomia nos territórios, ou seja, a partir da articulação de pautas, e intersecções de gênero, raça, classe e epistemes o MOAB pode garantir e possibilitar que os sujeitos no interior de diferentes lutas, compartilhassem situações e conflitos vividos, assim como o sentimento de permanência no território. Este discurso e afirmação tornou-se permanente e cada vez mais relevante no contexto regional visto que todos os segmentos de povos e comunidades tradicionais, ou não historicamente vêm sendo afetados e ameaçados pelo ideal de Desenvolvimento.

Diante destas imposições e visões sob o território, vale destacar um papel importantíssimo de ação direta do MOAB ao evidenciar a desobediência civil, em suas ações, como formas legítimas de reivindicação, num sistema que se denomina democrático. Desta forma, o MOAB organizou e participou de diferentes estratégias de pressão popular que foram desde assembleias populares, passeatas, ocupações, de caráter autonomista em prédios privados e públicos, missas, romarias,

caminhadas, manifestações, pesquisas, reuniões comunitárias, audiências públicas, fechamento de estradas, entre outras ações.

Ainda sob este papel aglutinador e articulador observou-se a necessidade do MOAB em aprofundar e reorganizar as articulações na região, em virtude das novas ameaças, as PCHs. E diante a este desafio permanece a necessidade de articular com diferentes segmentos, e parceiros para assegurar os modos de vida e as territorialidades dos povos e comunidades tradicionais da região.

Articulado a esta ameaça já eminente, os participantes do MOAB abordam a necessidade de estudos futuros sobre as PCHs, mas também sobre outros empreendimentos que afetam o Rio e as comunidades de uma maneira geral. Dentre os empreendimentos citados pelo movimento o maior destaque foi a mineração na bacia, que ainda permanece como “recurso central” econômico para o desenvolvimento regional.

Neste sentido destacam-se a quantidade de pedidos futuros para exploração mineral expedidos nos órgãos competentes, que estão em sobreposição de terras tradicionais quilombolas. Este fator torna-se de extrema relevância pois se de fato ocorrer estas autorizações, as comunidades irão sofrer de forma dupla a ameaça aos seus territórios, repetindo a situação vivida diante à criação dos Parque e UCs. Sobre os as Unidades de Conservação os participantes do MOAB também alertam como outra ameaça a Lei Paulista que dá direito de uso e concessão as empresas privadas, ou seja, passando a autonomia de terras já em conflito com estas comunidades, nas mãos do mercado.

No entanto, enquanto resistem também reivindicam a permanência e seus modos de vida, através de diferentes estratégias como foi possível verificar, com atenção especial aos quilombolas, que encontram na dimensão comunitária, e na titularidade de terras coletiva sua grande força e resistência. No que se refere a luta pela permanência, o MOAB junto a outros parceiros forjam um lema que denota o caráter racista e higienista de políticas ambientais, ao clamarem por um “ Meio Ambiente com Gente”. Neste sentido ao denunciarem o racismo ambiental, também se caracterizam como um movimento de base ecologista popular e que defende a justiça ambiental, nos territórios historicamente prejudicados.

Este lema também apresenta-se como força, pois destaca a desigualdade existente nas estratégias de conservação ambiental, quando são pensadas a partir

dos “de cima”, e não se consideram os de “baixo”, gerando conflitos permanentes com os modos de vida das comunidades. Portanto ao reivindicarem um meio ambiente que considere as pessoas que nele habitam, também trazem a dimensão do sentimento de pertencimento da terra e ao território como grandes fortalezas dos povos do Vale do Ribeira.

Este destaque se dá em relação a poderem exercer as suas liberdades plenas, seja no modo de pensar, agir e ser. Como exemplo das imposições e criminalização dos modos de vida os participantes do MOAB destacaram a perseguição ao manejo de roças tradicionais, que historicamente vêm criminalizando camponeses e comunidades tradicionais, por simplesmente exercerem outras práticas de manejo da terra. Neste ponto cabe ressaltar novamente o papel da EAACONE, como fruto do MOAB, que está em permanente trabalho de assessoria com as comunidades negras e para além delas, no que se refere a defesa legal dos seus direitos garantidos em constituição para essas comunidades.

Em relação aos impactos gerados com a especulação e ameaça de construção da usina de Tijuco Alto, a pesquisa resgatou e identificou que houveram casos de deslocamentos por conta da ação de pressão e especulação no território da CBA, como também o impacto subjetivo da constante ameaça na vida das pessoas, a favelização de bairros de cidades de influência direta da UHE e a própria ameaça de mercantilização da natureza, por meio do controle do território e da água.

Sobre esta dimensão subjetiva torna-se um dos maiores desafios na tentativa de apresentar dados, pois esta exatamente na dimensão que estruturalmente conflita com os modos de vida desses povos, que é o seu sentir e pensar com o seu território, sua cosmovisão, e epistemes.

Desta forma o MOAB aponta que é preciso aprender com os impactos gerados para não se enganar com a realidade, e outros projetos falaciosos que chegam para os povos e comunidades tradicionais, assim como ver que a organização popular e comunitária, articulada com outras escalas de poder, pode conter uma corporação de grande relevância nacional como a CBA, pertencente ao grupo Votorantim.

A pesquisa confirma o Ribeira de Iguape como um Bem Comum desses povos na medida em que este rio produz e organiza a vida das comunidades, seja pela sua simbologia, geografia, espiritualidade, poesia, literatura ou história. O rio

Ribeira de Iguape se apresenta aos povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira como um lugar de memória, mas também de futuro, visto que suas práticas, comunicação, mobilidade e saberes estão inteiramente ligados ao Rio e aos impactos gerados nele. Neste sentido o MOAB chama atenção para a resistência do próprio rio ao vivenciar todas as pressões e opressões que as comunidades sofrem em virtude do avanço do sistema capitalista.

Portanto, o Rio Ribeira de Iguape é um elemento de fundamental importância para as comunidades, por trazer a dimensão de pertencimento, de ser do Vale do Ribeira, ou seja, de ser da terra do Rio Ribeira e por assim defenderem a totalidade da bacia e a relação imaterial desses povos com a água. Desta forma pensar o território impõe reconhecer a cultura na perspectiva radical, ou sejam, entender as diferenças em cada localidade, para então fomentar políticas públicas que atendam a multidimensionalidade do ser humano, bio, psico, social e estrutural. Neste sentido, é preciso ressaltar que tais políticas tendem a uma racionalidade instrumental, que fere diretamente os modos de vida desses povos.

Por fim, ao pensar sobre o território e as pessoas, é necessário compreender as epistemes e saberes presentes em cada localidade, assim como buscar formas de garantia de autonomia e dos seus modos de vida.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. O bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos; tradução de Tadeu Breda. - São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 264 p. 2016.
- ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S. J. A. & PÁDUA, J. A. (Orgs.) Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.
- ACSELRAD, Henri. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2009
- Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira / editores Kátia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto. -- Instituto Socioambiental, 2008.
- ALIER, Joan Martínez. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.
- ALIER, Joan Martínez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração / Joan Martinez Alier; [tradutor Maurício Waldman] - 2. ed., 3ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2017
- BERLANGA, Sueli. Conflitos nos Quilombos – Vale do Ribeira SP/BR. In. Lutas Sociais no Campo São Paulo 2014 / 2015. Observatório dos Conflitos Ruais em São Paulo. 1ª Edição. Campinas IFCH/UNICAMP 2017
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016.
- BLAUDE, Maude / CLARKE, Tony. Ouro Azul – Como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2003.
- BORDA, Orlando Fals. Una sociología sentipensante para América Latina (antología), Bogotá, CLACSO /Siglo del Hombre Editores, 2009.
- BRANDÃO, C. R.; TSIKIOKA, C. G.; CARVALHO, M. C. P. DE. O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente. Ambiente & Sociedade, , n. 5, p. 155–180, 1999.
- BRINGEL, Breno e MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. Revista Direito & Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016, p. 389-413
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber:

eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur-Sur Clacso, 2005

CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSGUÉL, Ramón, El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, Bogotá, Universidad Javeriana, 2007.

DANSERO, Egidio e ZOBEL, B. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: Promozione della sostenibilità nel Pinerolese – un percorso di ricerca/azione territoriale. Turim: Euro Mountains, 2007.

DIEGUES, A. C. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. , p. 41. 2007

DIEGUES, A. C. Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. NUPAUB, USP. I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, 2007

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50. Curitiba: UFPR, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos S. & VIANA, Virgílio. Comunidades tradicionais e manejo dos Horizontes: recursos naturais da Mata Atlântica. São Paulo, NUPAUB, 2000b.

DOS SANTOS, A. A.; DA SILVA, A. S. S.; ROZENDO, C. Libertar para desenvolver: os grandes empreendimentos e o “des-envolvimento” na comunidade tradicional do Cumbe, Ceará, Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 45, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/55110>>. Acesso em: 15/5/2018.

DOWBOR, Ladislau – Há riquezas que são de todos: os bens comuns – abril – 2015, 2p.

DUSSEL, H. Europa, Modernidade, Egocentrismo. In: LANDER, E. (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

EACONE :: EACONE - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - Vale do Ribeira. Disponível em: <<https://eaacone.webnode.com.br/eaacone/>>. Acesso em: 17/5/2018.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. En Daniel Mato (coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización.

Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31. 2005.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia/ Arturo Escobar--Medellín: Ediciones UNAULA, 2014 184 p. (Colección Pensamiento vivo)

ESCOBAR, A. Sentipensar la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. Revista de Antropología Iberoamericana, 11(1): 11-32, 2016

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes. Trad. Eduardo Restrepo. Bogotá: Envión Editores, 2010.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. Rivalidade entre os polos : a construção discursiva do Conselho Mundial da Água / Rodrigo de Freitas Espinoza. -- São Carlos : UFSCar, 2016. 239 p. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

FERREIRA, M. R. Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável. 2010. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Paraná, Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo, Setor de Ciências Agrárias, Curitiba, 2010.

GROSFOGUEL, R. e MIGNOLO, W. D. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. In: Tabula Rasa., No.9: 29-37, julio-diciembre, Bogotá – Colombia, 2008.

\_\_\_\_\_. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura un manifiesto. Em: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- JERONYMO, A. C. J.; BERMANN, C.; GUY-GUERRA, S. M. Deslocamentos, itinerários e destinos de populações atingidas por Barragens: UHE Tijuco Alto, SP – PR\* Displacements, Itineraries and Destinations of Populations Affected by Dams: HP Tijuco Alto, SP - PR. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 25, p. 133-152, jan./jun. 2012. Editora UFPR
- LAURA DOS SANTOS ROUGEMONT; JORGE RAMON MONTENEGRO GÓMEZ. A Usina Hidrelétrica De Tijuco Alto (vale Do Ribeira) No Contexto Dos Conflitos Gerados Pela Construção De Barragens. , 2012.
- MACAS, L. (2010b). El Sumak Kawsay. En L. Hidalgo, A. Guillén, & N. Deleg (Edits.), Sumak Kawsay Yuyay. Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay (págs. 179-192). Huelva-Cuenca: CIM-PYDLOS-FIUCUHU
- MACEDO, R. S. A pesquisa e o acontecimento compreender situações, experiências e saberes acontecimentais. Salvador: EDUFBA, 2016 120 p.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2007, p. 127-167.
- MARINHO, Mauricio de Alcantara. Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: uma análise do Parque Estadual Intervales e o Bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP). 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MIGNOLO, W. D. Histórias Locais /Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. Yo no quiero ser humano; porque el concepto humanidad construyó el racismo. Universidad Iberoamericana Ciudad de México. 2016. Disponível em: <https://desinformemonos.org/yo-no-quiero-ser-humano-porque-el-concepto-humanidad-construyo-el-racismo-walter-mignolo-en-la-ibero/>. Acessado em 15/12/2016.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



MONTENEGRO, J. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, DESENVOLVIMENTO E DECOLONIALIDADE: articulando um discurso fragmentado. , p. 12, 2012.

MONTENEGRO, Jorge R. Desenvolvimento em (des)construção narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural, Presidente Prudente : [s.n.], 2006

MORA-OSEJO, L.E.; BORDA, O.F. A superação do Eurocentrismo: enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: SANTOS, B.S. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.711-20.

MORETTI, Cheron Zanini, ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: Epistemologias do Sul. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>

NASCIMENTO, L. K. (2005). Identidade cultural e territorialidade: impacto das políticas ambientais e dos projetos de barragens nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

NASCIMENTO, L. K. O lugar do Lugar no ensino de Geografia: um estudo em escolas públicas do Vale do Ribeira-SP. The place of Place in Geography teaching: a research in public schools of Vale do Ribeira-SP, 2012.

NASCIMENTO, Lisângela Kati. O lugar do lugar no ensino de geografia: um estudo em escolas públicas do Vale do Ribeira-SP / São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2017

OLIVEIRA, C. M. N. MST: A juventude como caminho, 2010. 220f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OSTROM, E. Governing the commons. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

PAES, Gabriela Segarra Martins. Ventura e Desventura no Rio Ribeira de Iguape. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-13052014-112252. Acesso em: 2018-06-11.

População do Vale do Ribeira está livre de Tijuco Alto. .Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/populacao-do-vale-do-ribeira-esta-livre-de-tijuco-alto>>. Acesso em: 17/5/2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. « Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola », Polis [Online], 41 | 2015, posto online no dia 20 Setembro 2015, consultado o 29 Setembro 2016. URL : <http://polis.revues.org/11027>

PORTO-GONÇALVES, C. W. A REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA AMÉRICA LATINA/ABYA YALA em Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo – UNAM – Mayo 2012

PORTO-GONÇALVES, C. W. Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina. Geografía de los movimientos sociales en América Latina, Venezuela, Editorial IVIC. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Civilização Brasileira, 2006

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina, Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros –seção três lagoas-MS, V 1 –n. 3, Maio de 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. Oceania, v. 7, n. 4.570, p. 2.510, 2008.

PORTO, CARLOS WALTER. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola / For Life, Dignity and Territory: a new theoretical political lexicon springing from social struggles in Latin America/AbyaYala/Quilombola / Por la Vida, la Dignidad y el Territorio: un nuevo léxico teórico político desde las luchas sociales en Latinoamérica/Abya Yala/Quilombola. Polis (Santiago), , n. 41, p. 237, 2015.

PORTO, Marcelo Firpo (Org) Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. / organizado por Marcelo Firpo Porto, Tânia Pacheco e Jean Pierre Leroy. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. , p. 11, 2011.

QUIJANO, A. “Colonialidad y Modernidad-Racionalidade”. In: BONILLA, Heraclio. Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.

- Quijano, A. (2000c) "El Fantasma del Desarrollo en América Latina". Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, 2, 73-91. Universidad Central de Venezuela, Caracas.
- QUIJANO, A. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. Revista Novos Rumos. v.17, n.37,2012,pp.04-28.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993
- RIBEIRO, Wagner Costa. Org. Governança da água no Brasil: uma nova visão interdisciplinar. / São Paulo. Annablume; Fapesp; Cnpq, 2009 p.380 ; 14x21 cm.
- ROSA, Leandro da Silva. Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB). 2007. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/99014>>.
- SANTOS, Anderlany Aragão dos, ROZENDO, Cimone e SILVA, Amanda Stefanie Sérgio da. Libertar para desenvolver: os grandes empreendimentos e o "desenvolvimento" na comunidade tradicional do Cumbe, Ceará, Brasil. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 45, p. 22-41, abril 2018
- SANTOS, M. Dinheiro e território. Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, p.7-13.
- SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Outras Expressões, 2015., 2015.
- SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. DOS. Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressao Popular, 2010., 2010.
- SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- SAQUET, Marcos; DANSERO, Egidio e CANDIOTTO, Luciano (Org.). Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos. Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática, Revista Resgate, Campinas, vol. 19, n. 21, 2011.

SAQUET, Marcos. Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado / Amartya SEN e Bernardo Kliksberg; tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SEVÁ FILHO, A. O.; KALINOWSKI, L. M. Transposição e hidrelétricas: o desconhecido Vale do Ribeira (PR-SP). Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 269–286, 2012.

SHIVA, V. Guerras por água: Privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In. Conhecimento Prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências “revisitado”. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ALVES, TANIZE TOMASI; CICILIAN LUIZA LÖWEN SAHR. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO “VALE DO RIBEIRA NEGRO”: descompassos entre redes e escalas Land Registration in the Black Ribeira Valley: incompatibilities between networks and scales Regularización Agraria en el “Vale do Ribeira Negro”: descompás entre redes y escalas. , 2010.

Usina de Problemas - Rolling Stone Brasil. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/edicao/42/usina-problemas-grupo-votorantim-cba-hidreletricas#imagem0>>. Acesso em: 17/5/2018.

VANEGAS, Samuel Mahecha, Orlando Fals Borda, el legado del hacer ciencia. Universitas Humanística [en línea] 2008, (Julio-Diciembre) : [Fecha de consulta: 11

de junio de 2018] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79106602>>  
ISSN 0120-4807

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e Conservação das Florestas brasileiras. In: Comunidades Tradicionais e Manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica: Coletânea de textos apresentados no Seminário alternativas de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado de 15 a 19 de Junho de 1999. 2 ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB:CEC, 2000.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. Política & Sociedade, São Paulo, n. 14, p. 27-75, abr. 2009.

ZHOURI A. & LASCHEFSKI, K. (Orgs.) Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

## ANEXO 1 – ROTEIRO ENTREVISTAS

### Registrar as percepções e saberes dos grupos envolvidos nos processos de resistência na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape

Dimensões	Aspectos de análise
<b>RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO E O RIO RIBEIRA SENTIR E PENSAR / RIO RIBEIRA DE IGUAPE / TERRITORIALIDADES</b>	1. Nome 2. Idade 3. Quanto tempo vive ou nasceu no Vale 4. O que faz 5. O que o Rio Ribeira de Iguape é para você? 6. Na sua opinião qual a importância do Rio Ribeira de Iguape para os sujeitos que habitam no território? 7. O Rio Ribeira se configura como um bem comum para esses povos e comunidades tradicionais que habitam e resistem no Vale do Ribeira?

### Elaborar um quadro teórico sobre desenvolvimento, colonização, decolonialidade e território e Identificar as ameaças e desafios relacionados a defesa do Território do Vale do Ribeira

Dimensões	Aspectos de análise
<b>DESENVOLVIMENTO / DECOLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO VALE DO RIBEIRA CONFLITOS / RACISMO E INJUSTIÇA AMBIENTAL</b>	1. O que significa desenvolvimento para você? 2. Como pensar o desenvolvimento a partir da nossa história ? 3. Quais os marcos e eventos importantes do território? 4. O que conhece da história da região sobre o Rio Ribeira? 5. É possível ao olhar a história e indicar questões e desafios estruturais, ou seja, que estejam presentes em diferentes lutas? Exs... 6. Quais os aspectos comuns dos projetos de desenvolvimento para a região, que ameaçam os povos e comunidades do Rio Ribeira de Iguape?

### Sistematizar o histórico de resistência dos grupos e comunidades tradicionais, à luz do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto

Dimensões	Aspectos de análise
<b>LUTA CONTRAS AS BARRAGENS E A DEFESA DO RIO RIBEIRA E O ENVOLVIMENTO COM O MOAB / MOVIMENTO DOS AMEAÇADOS POR BARRAGENS / RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA</b>	1. Em que momento da vida se envolveu com a luta contra Tijuco Alto? 2. Quais foram os saberes e impactos gerados na vida dos povos e comunidades tradicionais, diante da defesa do Rio Ribeira de Iguape, na luta contra a barragem de Tijuco Alto? 3. Ao longo desses anos como foi o processo de resistência em defesa da água e do Rio Ribeira? 4. Quais foram as ações de resistência contra a barragem do Tijuco Alto? 5. Como é a relação com o poder público (prefeitura e equipamentos públicos) ao longo do tempo? Percebe alguma mudança desde que o MOAB foi fundado? 6. Atores importantes durante a trajetória / Marcos e eventos importantes 7. Como MOAB se organiza hoje e quais os os novos desafios? 8. Quais são os elementos importantes que na sua opinião fizeram o MOAB se manter vivo e ter essa vitória ao longo dos 30 anos?

**ANEXO 2 – TERMOS DE CONSENTIMENTO – ENTREVISTAS****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral****Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Eldorado, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Convido para participar da pesquisa do mestrado em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná/Litoral referente: PARA RESISTIR É PRECISO PRIMEIRO TER A OPÇÃO DE SE LIBERTAR: O PROCESSO DE RE-EXISTÊNCIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE-SP

A seleção de seu nome para participar da entrevista ocorreu por ser considerada uma participante importante e estar relacionada à temática da pesquisa. Sua participação nesta pesquisa consistirá somente em responder uma entrevista acerca do tema: desenvolvimento, território e água. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Você receberá uma cópia deste termo, no qual consta o telefone e o endereço da pesquisadora de campo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisadoras: Camila Gomes de Mello /Orientanda do Projeto de Pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Profa. Dra. Marcia Regina Ferreira/ UFPR Litoral/ Orientadora do Projeto de Pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Declaro que entendi os objetivos, assim como os benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Camila Mello – 11. 964335516 – Rua Clélia, 1414 apt 05 – São Paulo/SP